
 <p>PPGEDAM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA</p>	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE – NUMA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA - PPGEDAM</p>	 <p>NÚCLEO DO MEIO AMBIENTE NUMA - UFPA</p>
---	---	---

JACILINO ESTUMANO BARBOSA

**O USO DO SOLO NA CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ DA SILVEIRA
NETTO: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO DE ESPAÇOS INSTITUCIONAIS**

Belém

2012

JACILINO ESTUMANO BARBOSA

**O USO DO SOLO NA CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ DA SILVEIRA
NETTO: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO DE ESPAÇOS INSTITUCIONAIS**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.

Linha de Pesquisa: Gestão Ambiental: Desenvolvimento Territorial e ações públicas locais.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.

Belém

2012

Dados internacionais de catalogação-na-publicação (CIP),
Biblioteca do Núcleo de Meio Ambiente/UFPA, Belém – PA.

Barbosa, Jacilino Estumano

O uso do solo na Cidade Universitária prof. José da Silveira Netto: contribuições para a gestão de espaços institucionais / Jacilino Estumano Barbosa; orientador: Gilberto de Miranda Rocha. __ 2012.

141 p.

Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

1. Solo – Uso. 2. Espaço institucional. 3. Universidade Federal do Pará. I. Rocha, Gilberto de Miranda, orientador. II. Título.

CDD 19. ed. 333.73

JACILINO ESTUMANO BARBOSA

**O USO DO SOLO NA CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ DA SILVEIRA
NETTO: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO DE ESPAÇOS INSTITUCIONAIS**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará.

Linha de Pesquisa: Gestão Ambiental: Desenvolvimento Territorial e ações públicas locais.

Defendido e Aprovado em ___/___/___

Conceito Obtido _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha

Doutor em Geografia

Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da UFPA

Prof. Dr. Carlos Alexandre Leão Bordalo

Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido

Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFPA

Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho

Doutor em Estudos do Desenvolvimento

Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da UFPA

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus pela vida e pela coragem que recebo todos os dias para lutar.

À minha filha Renata a quem tento passar o melhor de mim todos os dias, ensinando o que de melhor um pai pode deixar: bons exemplos, incentivos, respeito e boa educação para continuar a sua trajetória de vida.

À minha esposa Selma, companheira de todas as batalhas, minha incansável incentivadora.

À minha querida mãe a quem tenho a oportunidade de tê-la junto de mim.

Aos meus irmãos que sempre me apoiaram e neste momento estão orgulhosos.

Ao Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha, meu orientador, pelo acompanhamento e ensinamentos científicos e grande responsável por mais esta grande conquista.

Aos Prof. Dr. Carlos Bordalo, pelo apoio e contribuições desde os primeiros momentos desta trajetória.

Ao Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho que sempre me auxiliou nas discussões.

Ao Prof. Luiz Otávio do Canto, pelas contribuições iniciais e pelas discussões ao longo da realização deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Saint- Clair Cordeiro da Trindade Jr, pelos ensinamentos.

Aos Secretários do PPGEDAM, Cláudio e Zelma, pela atenção e zelo com que sempre tratam a todos que os procuram.

À minha colega de turma Prof^a Andréa Valente, pelo apoio dispensado a este trabalho.

À Joana Barreto, colega de turma, pela colaboração disponibilizando material para a pesquisa.

Ao meu colaborador Fernando, que muito contribuiu com seu conhecimento para este trabalho.

Aos Prof. Emmanuel Zagury Tourinho e José Carlos Chaves da Cunha, pelo apoio.

A todos os colegas de trabalho da Propesp que me acolheram com muito carinho.

“Aprender é ter humildade para reconhecer fraquezas e virtudes”

O autor

RESUMO

Este trabalho visa compreender o processo de produção do espaço institucional em Belém (PA), especificamente a Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, da UFPA. Tem como escopo o seu ordenamento territorial e o exercício da sua função social, desde a implantação do *campus* universitário do Guamá, em 1960 até o presente momento. O estudo analisa o uso do solo, a interação entre a universidade e o seu entorno imediato, em função do exercício de sua função principal, o ensino a pesquisa e a extensão e, os desafios para a gestão do espaço patrimonial. A metodologia consistiu em pesquisa documental de relatórios de gestão da instituição, planos de investimentos, relatórios de atividades e de pesquisa de campo com observação “*in loco*” de informações da distribuição das edificações a partir de leitura da cartografia do *Campus* Universitário. A pesquisa mostrou que o patrimônio da UFPA teve redução de aproximadamente 46% por “ocupações” de famílias de baixa renda e por cessão de terras a outras entidades estatais; os setores básico e profissional encontram-se com taxa de ocupação do solo em torno de 30% e 21%, respectivamente. Os resultados apontam que: mantidos o modelo de apropriação e ocupação do solo visualiza-se a médio e longo prazos, o esgotamento de área para expansão física das unidades acadêmicas; a necessidade de estabelecimento de ordenamento territorial por um código de postura visando ordenar as apropriações e os usos do solo. Os grandes desafios apontam na direção da expansão das unidades acadêmicas e na ausência de espaço para este fim e como alternativa a instituição assinala a verticalização das edificações nos setores básico e profissional e a necessidade de recursos para o seu financiamento; a redistribuição dos equipamentos e a transformação em espaços de uso-comum entre unidades acadêmicas; e, a articulação e integração entre os grandes setores da Cidade Universitária: os campi I, II, III e IV. A pesquisa constatou que a formação do espaço da UFPA se configurou em decorrência da expansão urbana da cidade, motivada pela cooperação institucional entre os agentes sociais envolvidos e, induzida pelas ocupações de terras dos movimentos sociais das décadas de 1980 e 1990.

Palavras-Chave: Espaço Institucional. Espaço Patrimonial. Cidade Universitária. Uso do Solo.

ABSTRACT

This work aims to understand the production process of institutional space in Belém (PA), specifically a university city area called Professor José da Silveira Netto- Cidade Universitária, located in Para Federal University (UFPA). It has been based on is regional planning and the conduct of its social function, since the deployment of the University campus of Guamá, in 1960 to the present day. The study examines the use of soil, the interaction between the University and its immediate surroundings, on the basis of the exercise of its main function teaching, research and extension and the challenges for the management of this patrimony. The methodology consisted of documentary search reports of the institution's management, investment plans, activity reports and field research and with observatiion "on the spot" of information distribution of buildings from the reading of the cartography of the University Campus. Research has shown that the patrimony assets of UFPA had approximately 46% reduction per "occupations" of low-income families and for cession of areas to other Government -owned corporations; Basic and professional sectors are with high occupancy rate of soil around 30% and 21%, respectively, the higher recommended limit. The results suggest that: keeping the ownership and occupation of the soil can visualize the depletion of physical expansion area of academic units for a medium and long term; the need for the establishment of regional planning by a code of posture to sort the appropriations and the land use. The major challenges pointed out toward the expansion of academic units and the absence of space for this purpose. As an alternative the Institution notes the construction of buildings in a vertical position in basic and professional sectors and the need for resources for their financing; the redistribution of the equipment and the transformation into common use areas between academic units; and, the articulation and integration among large sectors of the university town: campuses I, II, III and IV. The survey found that the formation of the space (area) was configured as a result of the UFPA urban expansion of the city, motivated by institutional cooperation between the social agents involved, induced by the social movements areas occupations of the decades of 1980 and 1990.

Key-words: Institutional Space. Patrimonial Space. University Town. Use of Soil,

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 - Universidades Federais sediadas na Amazônia Legal – 2009.....	44
Quadro 2 – Principais Espaços Institucionais em Belém	71
Quadro 3 – Terras Adquiridas pela UFPA	85
Quadro 4 – Edificações na Cidade Universitária (Período 1970 – 1978)	95
Quadro 5 - Edificações Planejadas para a Cidade Universitária (Período 1979 – 1981)	96
Quadro 6 – Prédios construídos na “Cidade Universitária” da UFPA com outras Fontes de Recursos	99
Quadro 7 – Reitores e suas respectivas Gestões.....	105
Quadro 8 – Síntese do Uso do Solo na Cidade Universitária da UFPA, por Setor	115

TABELAS

Tabela 1 – Planejamento de Obras para a Cidade Universitária no Programa Reuni	103
Tabela 2 - Obras do REUNI para a Cidade Universitária (Período 2007 – 2011)	103
Tabela 3 – Índices Urbanísticos da Cidade Universitária	111

FIGURAS

Figura 1 – Homenagem ao fundador do Campus Universitário do Guamá Prof. José da Silveira Netto. Fonte: Jacilino. Barbosa, 2012.	54
Figura 2 - Invasão em área da UFPA. Fonte: Acervo UFPA (s/d).....	59
Figura 3 – Solenidade de Fundação da Universidade Federal do Pará. Acervo UFPA	78
Figura 4 - Atelier de Arquitetura – obra finalizada na 6ª gestão. Acervo da UFPA	97
Figura 5 - Vista aérea do Campus pelo acesso da Av. Perimetral na gestão do Reitor Aracy Barretto (5ª gestão), em foto de 1977 – Acervo da UFPA.	99
Figura 6 - Prefeitura da Cidade Universitária da UFPA. Fonte: Jacilino, Barbosa. 2012.....	106

MAPAS

Mapa 1- Localização da Área de Estudos (UFPA) em Belém-PA.....	17
Mapa 2 - Campus da Ilha do Fundão, Cidade Universitária da UFRJ.	41
Mapa 3 - Cidade Universitária da USP, São Paulo-SP.....	42
Mapa 4 – Espaços Institucionais em Belém	65
Mapa 5 – Localização do Bairro Universitário e seus bairros Adjacentes	74
Mapa 6 – Patrimônio Fundiário da UFPA (1967-1978).....	83
Mapa 7 - Universidade Federal do Pará – Área Remanescente	88
Mapa 8 – Construções Prediais na Cidade Universitária (1964-2006)	101
Mapa 9 - Mapa da divisão territorial da Cidade Universitária	107
Mapa 10 - Mapa de uso do solo da Cidade Universitária.....	114
Mapa 11 - Ocupação do solo na Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto.	118
Mapa 12 – Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá.....	120
Mapa 13 – Habitantes por Setor Censitário nos Bairros Guamá, Montese (Terra-Firme), Universitário e Curió-Utinga em 2010	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CDP	Companhia das Docas do Pará
CEAMAZON	Centro de Excelência em Eficiência Energética da Amazônia
CEASA	Central de Abastecimento do Estado
CEPES	Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior
CODEM	Companhia de Desenvolvimento da área Metropolitana de Belém
CONSUN	Conselho Universitário
COPLANCU	Comissão de Planejamento do Conjunto Universitário
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
CPATU	Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido
CPRM	Companhia de Pesquisa dos Recursos Minerais
DABEL	Distrito Administrativo Belém
DAENT	Distrito Administrativo Entroncamento
DAGUA	Distrito Administrativo Guamá
DAICO	Distrito Administrativo Icoaraci
DAMOS	Distrito Administrativo Mosqueiro
DAOUT	Distrito Administrativo Outeiro
DASAC	Distrito Administrativo Sacramenta
DEMA	Departamento de Manutenção
DEMEF	Departamento de Meio Físico
DERCA	Departamento de Registro e Controle Acadêmico
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
ELETOBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S/A.
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENASA	Empresa de Navegação da Amazônia S/A
ETA	Escritório Técnico Administrativo
FCAP	Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAN	Instituto Agrônômico do Norte
IASP	International Association of Science Parks
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
ICED	Instituto de Ciências da Educação
ICEN	Instituto de Ciências Exatas e Naturais
ICJ	Instituto de Ciências Jurídicas
ICS	Instituto de Ciências da Saúde
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior

IG	Instituto de Geologia
ILC	Instituto de Letras e Comunicação
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPEAN	Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITEC	Instituto de Tecnologia
JBBRA	Jardim Botânico de Belém Rodrigues Alves
JK	Juscelino Kubitschek
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeld
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NPADC	Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Matemática e Científica
NPI	Núcleo Pedagógico Integrado
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
PCT	Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá
PCU	Prefeitura do Campus Universitário
PD	Plano de Desenvolvimento
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDU	Plano Diretor Urbano de Belém
PLADES	Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento
POEMA	Pobreza e Meio Ambiente
PREMESU	Programa de Expansão e Melhoramento das Instituições do Ensino Superior
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
REUNI	Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RMB	Região Metropolitana de Belém
SAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura
SECOM	Serviço de Computação
SEDECT	Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia
SESu	Secretaria de Ensino Superior
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
ZEF	Zona de Funções Especiais
ZEIA	Zona Especial de Interesse Ambiental
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEP	Zona Especial de Preservação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	DELIMITANDO O OBJETO DE PESQUISA	15
1.2	PROBLEMA E HIPÓTESE	21
1.3	OBJETIVOS	22
1.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCOLHA DO MÉTODO E DAS FONTES	23
1.5	A ESTRUTURA DO TRABALHO	25
2	ESPAÇOS, ESPAÇOS INSTITUCIONAIS E ÁREAS ESPECIAIS	27
2.1	DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA SOBRE ESPAÇO E OS AGENTES SOCIAIS DA SUA PRODUÇÃO	27
2.2	CONCEITO DE INSTITUIÇÃO PARA A PESQUISA.....	31
2.3	ESPAÇOS INSTITUCIONAIS.....	31
2.4	ÁREAS ESPECIAIS	35
2.5	BENS PÚBLICOS E PATRIMÔNIO DA UNIÃO	35
2.6	ORIGEM E CONCEPÇÕES DE UNIVERSIDADE NO BRASIL.....	36
2.7	A UNIVERSIDADE NA AMAZÔNIA.....	43
2.8	UNIVERSIDADE PÚBLICA E O ENSINO SUPERIOR NO LIMAR DO SÉCULO XXI...45	
2.9	CAMPUS E CIDADE UNIVERSITÁRIA.....	51
3	ESPAÇOS INSTITUCIONAIS EM BELÉM (PA)	55
3.1	URBANIZAÇÃO, EXPANSÃO URBANA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO.55	
3.2	A FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS EM BELÉM (PA).....	63
3.3	O BAIRRO UNIVERSITÁRIO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL SOB O PRISMA DO PLANO DIRETOR DE BELÉM	73
4	A CIDADE UNIVERSITÁRIA JOSÉ DA SILVEIRA NETTO DA UFPA: DA CRIAÇÃO AOS DESAFIOS PARA A GESTÃO DO ESPAÇO PATRIMONIAL	77
4.1	A CRIAÇÃO DA UFPA E O CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO BRASILEIRO.....	77
4.2	FORMAÇÃO E A REGULARIZAÇÃO DO ESPAÇO PATRIMONIAL DA UFPA	80
4.3	A INSTALAÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ DA SILVEIRA NETTO.....	89
4.4	A UFPA E OS PLANOS DE EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS	93
4.4.1	O PREMESU IV	93
4.4.2	O REUNI.....	102
4.5	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E O USO DO SOLO NA CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFPA.....	104
4.6	O PARQUE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO GUAMÁ – PCT GUAMÁ	119

4.7	CONCEPÇÃO DE PLANO DIRETOR PARA A UFPA.....	122
4.8	OS DESAFIOS PARA A GESTÃO DO ESPAÇO PATRIMONIAL DA UFPA	123
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	REFERÊNCIAS	136

1 INTRODUÇÃO

1.1 DELIMITANDO O OBJETO DE PESQUISA

É inegável a contribuição que as instituições de ensino superior oferecem ao desenvolvimento científico e tecnológico das nações. A universidade nos países desenvolvidos se encontra em um patamar elevado de organização. Instituição milenar há muito tempo presente naqueles países, encontra-se em fase de estruturação em países emergentes como o Brasil.

Embalado pelo crescimento econômico pelo qual o país passa atualmente, o Governo brasileiro aproveita para ampliar os investimentos na expansão da educação superior, embora com certo atraso. Nem sempre os agentes políticos brasileiros colocaram a educação superior como prioridade no país. Isto está evidente no quadro histórico dos investimentos na expansão das universidades públicas. Esses fatores contribuíram decisivamente para limitar o crescimento do ensino superior no país por um longo período.

Desde a transformação das primeiras escolas e faculdades em Universidades na década de 1920 o governo brasileiro vem tentando expandir e melhorar a estrutura acadêmica e o ensino no Brasil. De lá para os dias atuais, a instituição se fortaleceu e vem gradativamente se estabelecendo em todo o território nacional.

A história das Universidades brasileiras é muito recente e data de 1920. Um dos primeiros desafios enfrentados pelos gestores públicos para a implantação das primeiras universidades se constituiu na construção de espaço próprio para abrigar as unidades acadêmicas das faculdades incorporadas à nova estrutura universitária, fato ocorrido, por exemplo, com a criação da UFRJ, nesse mesmo período, quando adquiriu extensa área de terra para a construção do seu *campus* universitário na Ilha do Fundão. Fato semelhante ocorreu também em Pernambuco, Bahia, São Paulo Minas Gerais e Rio Grande do Sul e Belém.

Essas transformações ocorreram no Brasil durante o século XX, quando o governo federal implantou várias instituições de ensino em diversos estados da Federação. Todavia, a expansão das instituições não se resumiu às atividades voltadas ao ensino. O país precisava se firmar e garantir sua soberania e o controle territorial. Para isto implantou diversas instituições em várias regiões do país, principalmente nas capitais e a Amazônia precisava se integrar ao restante do país, visão do governo militar da época.

As instituições se multiplicaram em todo o país e hoje se fazem presentes em todas as capitais. Esta é, portanto, a origem dos espaços institucionais objeto desse estudo. São nesses espaços que estão presentes várias organizações estatais, pertencentes à estrutura dos entes federativos: União, Estados e Municípios.

A presente dissertação tem como objetivo compreender o processo de produção do espaço institucional em Belém (PA), especificamente a Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, da UFPA (mapa 01). Para compreender como se deu a organização interna do seu espaço e o exercício da sua função social, no contexto da implantação do *campus* universitário do Guamá, em 1960 até o presente momento. Primeiramente, procuramos investigar como se deu o processo de implantação do *Campus* Universitário da UFPA e sua fixação como instituição de ensino, pesquisa e extensão.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO (UFPA) EM BELÉM - PA



Mapa 1- Localização da Área de Estudos (UFPA) em Belém-PA

Desde 1940 do século XX, o município de Belém (PA) assiste à apropriação de grande parte de sua área por diversos entes: União, Estado e Município, visando garantir a propriedade desses espaços a fim de atribuir-lhes funções estatais próprias. Como por exemplo, as áreas militares, com função de segurança; os institutos de pesquisa e as

universidades com funções de ensino e pesquisa, os portos destinados ao transporte, e assim por diante.

No entendimento de Corrêa (1989) e de Trindade Jr (1993) a criação do “cinturão institucional”¹ na década de 1940 serviu como obstáculo à expansão da cidade para além da Primeira Léguas Patrimonial², limitando fisicamente a expansão da cidade em razão da implantação dos espaços institucionais. O estabelecimento dessas áreas tornou-se um marco importante para compreender a expansão urbana da cidade.

O estabelecimento dos espaços institucionais, na capital paraense, representou um importante marco no processo de apropriação do espaço urbano pelo Estado e pela “ocupação espontânea configurada pela ação dos grupos sociais excluídos” (TRINDADE JUNIOR, 1993, p. 67).

A palavra espaço tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior (CORRÊA, 2010, p.15). O trabalho se restringe à escala da cidade e tem como categoria de análise a estrutura, o processo, a função e a forma (SANTOS 1997).

A abordagem conceitual de espaço é o ponto de partida deste trabalho tendo como referência a formação dos espaços institucionais em Belém e as ocupações espontâneas por famílias de baixa renda dentro do então *Campus* Universitário do Guamá, a partir de 1980. Desse modo, a pesquisa tem como objeto de estudo o uso do solo em Espaços Institucionais.

Discutir espaços institucionais denota discutir também alguns aspectos do espaço urbano como a expansão urbana e o conhecimento da história da cidade, sobretudo por se tratar de uma discussão bastante complexa e polêmica. É bom lembrar, que cada sociedade concebe o espaço de uma forma diferente e que esta diretamente estará ligada às suas concepções sociais e culturais. Corrêa (2002), se manifesta desse modo sobre o espaço urbano capitalista:

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto

¹ Corrêa, A. (1989) *apud* Trindade Jr.(1993). Utilizou o termo baseado na formação de grandes áreas pertencentes ao Ministério do Exército, Marinha e Aeronáutica, Universidade Federal do Pará, Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, Companhia de Saneamento do Pará, e outras instituições públicas que, na década de 40, passaram a formar uma espécie de cinturão (“cinturão institucional”) à altura dos limites da Primeira Léguas Patrimonial.

² A área definida pelos colonizadores como Primeira Léguas Patrimonial abrange as terras que estão dentro de um limite de 1 léguas a partir do Forte do Presépio em direção ao interior do continente (FERREIRA, 1995) . De acordo com C. Bordalo (2006), a Primeira Léguas Patrimonial foi criada em 1627.

social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. (...) A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura³ e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORRÊA, 2002, p. 10)

É nesse espaço que surge a cidade como polo de atração. O espaço urbano e o uso do solo tem sido apropriados produzindo uma massa de excluídos sociais. Carlos (1990) corrobora dizendo que a cidade é produto das contradições de classe e envolve interesses e necessidades diversas. Já Corrêa (1995) identifica os agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano, são eles: os proprietários fundiários e dos meios de produção, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Nesse contexto, os primeiros algumas vezes especulam e moldam o espaço mediante as necessidades da demanda populacional das classes média e alta. Ou seja, pode-se afirmar que o acesso à terra somente se dá àqueles que podem pagar por ela ou que tem o controle político do território. O autor também dá a entender que os grupos sociais excluídos, ao produzirem favelas, invadindo terrenos públicos ou privados, tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço.

Estudar a cidade, como diz Santos (2008) “exige a necessidade de articular o conceito de espaço, e que sem isso, nem mesmo saberemos do que vamos tratar”. Para o autor, o espaço é uma categoria histórica e, por conseguinte, o seu conceito muda, já que aos modelos se acrescentam novas variáveis no curso do tempo.

Santos adverte também que devemos distinguir a história urbana da história da cidade. Para ele, não se deve confundir o urbano com a cidade. O urbano teria como referencial o abstrato, o geral, o externo. A cidade diria respeito ao particular, ao concreto, ao interno.

A história do urbano seria a história das atividades que se realizam na cidade, não numa determinada cidade, mas no ambiente urbano de modo

³ Optamos por não corrigir as citações em função do Novo Acordo Ortográfico que passou a vigorar em janeiro de 2009.

geral. Seria portanto, a história do emprego não agrícola, das classes urbanas, da divisão do trabalho entre cidade e campo e dentro das próprias cidades, a história, enfim, da socialização na (s) cidade (s) que nelas ocorre. A história da cidade seria outra coisa. Seria a história dos processos sociais que se materializam de forma mais objetiva: a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade. Segundo o mesmo autor, o conjunto dessas duas histórias nos daria ‘a teoria da urbanização, a teoria da cidade, a história das ideologias urbanas, a história das mentalidades urbanas, a história das teorias’ (SANTOS, 1994, p. 69-70 *apud* ABREU 2011, p. 32)

Para estudar e interpretar os espaços do passado, o fundamental então é definir quais são os conceitos e variáveis adequados à análise do tempo que se decidiu investigar. “Se o objeto de estudo é uma cidade, o ponto de partida é a recuperação do quadro referencial maior daquele lugar naquele tempo, ou seja, o seu enquadramento espaço-temporal” (ABREU 2011, p. 32).

A análise deste trabalho se fundamenta no conceito de espaço social na concepção de Santos (1997) que o define teórica e metodologicamente por quatro conceitos gerais: forma, função, estrutura e processo. Para Lefebvre (1976) mencionado por Santos⁴ significa que todo espaço social pode ser objeto de uma análise formal, estrutural e funcional.

As contribuições de Lefebvre sobre o espaço aparece nas obras *La Production de l'Espace* (1974). E, em outra obra *Espácio y Política* onde ele argumenta que o espaço “desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema” (LEFEBVRE, 1976 *apud* CORRÊA, 2010).

O espaço entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções” (LEFEBVRE, 1976, p. 29), bem como um produto da sociedade, “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto *funcional*” (LEFEBVRE, 1976, p. 30). O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social).

O espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo (CORRÊA, 2010, p. 25).

⁴ *Ibid.*, p. 38

Considerando a complexidade das relações entre os atores envolvidos na produção do espaço urbano e da realidade constatada em Belém, que esta investigação da implantação da Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto está amparada.

1.2 PROBLEMA E HIPÓTESE

Para alcançar os objetivos propostos nesse trabalho, foram elaboradas três grandes questões norteadoras:

- a) Como o espaço da Universidade Federal do Pará tem sido usado e ocupado ao longo do tempo?
- b) Qual é a interação que tem se estabelecido entre a Universidade Federal do Pará e o seu entorno imediato em função do exercício de sua função principal?
- c) Quais os desafios que se apresentam à gestão do espaço patrimonial da UFPA no atual contexto?

Foram elaboradas pelo menos três hipóteses que nortearão a análise a ser desenvolvida no trabalho. A primeira de que o espaço institucional da UFPA tem sido usado e ocupado ao longo do tempo motivado pelo planejamento do desenvolvimento institucional da UFPA, pelas relações e interações entre as unidades acadêmicas bem como por motivações externas ao exercício da sua função social.

A segunda hipótese está associada à interação existente entre a UFPA e o seu entorno imediato. Baseia-se no uso desse espaço em função da sua natureza institucional: o ensino, a pesquisa e a extensão e, ao mesmo tempo, por diversos atores sociais do entorno que o usam para as mais diversas atividades (acadêmicas, comerciais, serviços de saúde, lazer, etc), motivados pela expansão urbana e dinâmica da cidade.

A terceira hipótese de que os principais desafios que se colocam ao ordenamento territorial do espaço patrimonial da UFPA dizem respeito à consolidação do espaço patrimonial, das perspectivas acadêmicas e da interação entre a cidade e a UFPA.

Este trabalho se justifica por permitir o diálogo sobre a gestão de espaços institucionais, trazendo à discussão ao meio acadêmico e servindo como instrumento de reflexão sobre o passado, o presente e o futuro dos espaços institucionais e visa oferecer contribuição à gestão de cidades universitárias.

O espaço patrimonial da UFPA se estendia desde os limites norte - Escola de Aplicação da UFPA (antigo Núcleo Pedagógico Integrado – NPI) até os limites sul com o Rio Guamá. Compreendia também áreas da UFPA parte dos bairros do Guamá e Terra-Firme, ocupados por diversas famílias de baixa renda, a partir da década de 1970. Ferreira, (1995) relata que “a várzea do igarapé do Tucunduba ficou à margem da expansão da malha urbana de Belém até o início da década de 60”. A autora enfatiza, ainda que:

A ocupação da várzea do Tucunduba por famílias de baixa renda e a conseqüente luta pela posse legal dos terrenos ocupados, apesar dos níveis de degradação ambiental, estão relacionados a dois fatores: essas famílias não têm outro lugar para morar na cidade e a proximidade do Tucunduba em relação ao centro urbano de Belém. (FERREIRA, 1995).

As ocupações irregulares de terrenos e a cessão de terras para a implantação de outras instituições públicas como a Eletronorte, em 4 de abril de 1989, provocou a redução do espaço patrimonial da UFPA. Atualmente está em fase de implantação o Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá - PCT, em terras do patrimônio da UFPA. O uso múltiplo do espaço interinstitucional contribui para o desenvolvimento da Universidade e ao mesmo tempo reduz sua área para futuras expansões de suas unidades acadêmicas.

1.3 OBJETIVOS

Este trabalho visa compreender o processo de produção do espaço institucional da UFPA ao longo do tempo tendo em vista o seu ordenamento territorial e o exercício da sua função social.

Além desse objetivo, o trabalho visa: 1) identificar o uso e a ocupação do solo na Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto ao longo do tempo; 2) compreender a interação entre a UFPA e o seu entorno imediato em função do exercício de sua função principal e 3) identificar os desafios que se apresentam para a gestão do espaço patrimonial da UFPA.

Desse modo, pretende-se através desta análise oferecer subsídios para a gestão de espaços institucionais e o ordenamento territorial da Cidade Universitária José da Silveira Netto.

1.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCOLHA DO MÉTODO E DAS FONTES

Para que o desenvolvimento da pesquisa atingisse os objetivos definidos nesta dissertação, foram realizados procedimentos metodológicos distribuídos nas seguintes atividades:

Pesquisa documental e bibliográfica: leis, decretos, resoluções, programas, projetos, teses, dissertações, relatórios técnicos, relatórios de gestão, textos de caráter histórico e publicações junto às instituições de pesquisa, órgãos públicos, bibliotecas especializadas e na rede mundial de computadores;

Trabalho de campo e observação “*in loco*” de informações da distribuição das edificações a partir de leitura da cartografia do *Campus* Universitário da UFPA fornecida pela PCU;

Trabalho de laboratório: confecção de cartografias temáticas, utilizando o Aplicativo ArcGis 9.3, elaboração de quadros e tabelas, tratamento e manipulação de dados.

A metodologia utilizada para chegar às respostas das questões e alcançar os objetivos indicados foi a modalidade qualitativa e quantitativa. A primeira para resgatar a história da Cidade Universitária e, a segunda para quantificar as formas de uso dentro do espaço universitário. Elas serviram de base para responder aos questionamentos dos problemas apresentados e ao entendimento do processo de produção espaço-temporal da Cidade Universitária da UFPA.

Toda pesquisa científica se inicia pela pesquisa bibliográfica, ou seja, é aquela que se fundamenta a partir do conhecimento disponível em fontes bibliográficas, principalmente livros e artigos científicos. Segundo Koche (1997, p. 122), “tem a finalidade de ampliar o conhecimento na área, de dominar o conhecimento para depois utilizá-lo como modelo teórico que dará sustentação a outros problemas de pesquisa e para descrever e sistematizar o estado da arte na área estudada”.

A pesquisa documental se baseia em documento escrito. Para Cellard (2008) “a noção de documento se aplica quase exclusivamente ao texto, e, particularmente, aos arquivos oficiais”. A escolha dos documentos analisados obedeceu aos objetivos colocados para a análise, sendo que os primeiros documentos identificaram o uso e ocupação do solo na Cidade Universitária. Neste procedimento metodológico, escolhemos os documentos oficiais, principalmente os Planos de Investimentos nas universidades públicas brasileiras como o

Programa de Expansão e Melhoramento das Instituições do Ensino Superior – PREMESU⁵; os relatórios de gestão universitária; os relatórios de atividades da Comissão de Estudo do Plano Diretor da UFPA, a análise desses documentos trouxeram respostas significativas para compreender o momento atual, vivido no espaço institucional da UFPA, indicando novas perspectivas e tendências para o futuro da instituição; a base cartográfica da Cidade Universitária fornecido pela Prefeitura do *Campus* Universitário serviu de suporte à elaboração de mapas temáticos.

O segundo momento consistiu na análise do Projeto História do Patrimônio Imobiliário do Campus, de 2006, através de registros de Cartórios de imóveis da capital, quando foi possível estabelecer uma periodização dos momentos representativos para registrar cartograficamente a história do campus, representando os momentos: de implantação, um período intermediário e o atual.

O terceiro momento correspondeu à análise do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI⁶), o qual se propôs financiar planos de reestruturação e expansão das universidades federais durante cinco anos.

O quarto momento foi a análise de iconografia produzida pela Prefeitura do Campus Universitário da UFPA, alusivo à comemoração dos cinquenta anos da instituição. Estes documentos forneceram informações valiosas para compreender o processo de implantação e expansão da UFPA e serviram para montar a história da implantação da Cidade Universitária.

A análise quantitativa dos dados se pautou na interpretação de informações prestadas em documentos fornecidos pela PCU e em estudos realizados sobre a Universidade. A partir desses dados foram elaborados tabelas e quadros representando o aproveitamento e uso do solo no interior do espaço universitário. Essas informações subsidiaram a compreensão da interação entre a UFPA com o seu entorno e, com a comunidade acadêmica usuária dos seus serviços. Ao mesmo tempo em que ofereceu a base para o entendimento dos desafios para a gestão do espaço institucional.

O segundo procedimento metodológico consistiu na elaboração de mapas temáticos resultado das pesquisas documentais e levantamento de campo.

Delineados os caminhos a serem trilhados, demonstraremos como foram organizados os nossos argumentos para que o leitor compreenda a estrutura geral do trabalho.

⁵ Decreto nº 73.857 de 14/03/1974

⁶ Decreto federal nº 6.096/2007

O método científico adotado foi o histórico dissertativo⁷, ”pois seu objetivo é demonstrar, mediante argumentos, uma tese, que é uma solução proposta para o problema, relativo a determinado tema (...). A demonstração baseia-se num processo de reflexão por argumentação, ou seja, baseiam-se na articulação de ideias e fatos, portadores de razões que comprovem aquilo que se quer demonstrar”.

1.5 A ESTRUTURA DO TRABALHO

Nestes termos, as informações obtidas através do instrumental de coleta de dados foram selecionadas, analisadas e sistematizadas, de modo que o resultado final da pesquisa fosse organizado em uma dissertação dividida em três partes, seguidos das considerações finais.

A primeira parte, correspondente ao item 2, teoriza sobre o conceito de espaço formulado por autores como: Lefébvre (1970), David Harvey (2010) e Santos (1996). Promovendo um diálogo entre a concepção dos conceitos objetivando discutir o significado de espaço institucional para efeito de compreensão do processo de criação, manutenção, ordenamento e gestão desses espaços nos grandes centros metropolitanos.

A segunda parte, item 3, apresenta dados empíricos sobre o processo de criação dos espaços institucionais em Belém, capazes de comprovar e demonstrar as mudanças ocorridas na estética da cidade e as consequências desse processo para a sua organização espacial⁸

A terceira parte, item 4, discute desde a criação aos desafios para a gestão do espaço da UFPA. Reconta a história da formação e organização da cidade universitária. Neste item analisamos sobre o processo de produção espaço-temporal, descrevendo as transformações físicas ocorridas no seu interior, desde sua fundação até os dias atuais e analisa os desafios para a gestão patrimonial da Cidade Universitária.

⁷ SEVERINO, Antonio J. METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO. São Paulo: Cortez, 2007

⁸ Segundo Corrêa (2003): “A organização espacial é uma expressão da produção material do homem, resultado do seu trabalho social. A organização espacial, ou seja, o conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução). O conjunto de todas essas formas configura a organização espacial da sociedade”. Ainda segundo Santos (1977) para se compreender a organização espacial e sua evolução torna-se necessário compreender a relação dialética entre estrutura, processo, função e forma.

Este item tem duas dimensões, uma de caráter mais descritivo, em que são apresentadas as transformações ocorridas no interior da Cidade Universitária, a configuração espacial das estruturas físicas, suas etapas de construção; outra de caráter mais analítico, em que se visa apresentar os desafios para a gestão da Cidade Universitária.

2 ESPAÇOS, ESPAÇOS INSTITUCIONAIS E ÁREAS ESPECIAIS

2.1 DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA SOBRE ESPAÇO E OS AGENTES SOCIAIS DA SUA PRODUÇÃO

A produção do espaço na cidade capitalista é o resultado da ação de vários agentes agindo numa mesma base territorial, onde cada um procura ocupar, via apropriação, o seu espaço. Cada agente dispõe de estratégias e meios diferenciados para atingir os seus objetivos.

A produção do espaço, seja o da rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado da “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade (CORRÊA, 2011, p. 43).

Para o autor citado os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade e na espacialidade de cada formação sócioespacial⁹ capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram. São os agentes que materializam processos sociais na forma de um ambiente construído, seja a rede urbana, seja o espaço intraurbano. O autor afirma que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento.

Assim, é no espaço fragmentado e articulado que emerge a cidade como polo de atração. Aglomeração de pessoas, de origens diversas e carentes das necessidades mais elementares que um ser humano sonha e deseja alcançar, como moradia, por exemplo.

Dessa maneira, Corrêa (2002) conceituou o espaço urbano: “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. Para o autor:

espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um

⁹ “*Socioespacial*”, sem hífen, se referiria *somente ao espaço social* (por exemplo, considerando-se o ângulo do resultado de sua produção em um determinado momento); em contraste, “*sócio-espacial*” diria respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (levando em conta a articulação dialética de ambos no contexto da totalidade social, mas preservando a individualidade de cada um) (CARLOS, SOUZA, SPÓSITO, 2011).

mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. (...) A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORRÊA, 2002, p. 10)

Examinar o papel dos principais agentes produtores do espaço urbano, especialmente: a ação do Estado e, secundariamente, dos grupos sociais excluídos torna-se imprescindível para entender a expansão urbana e a forma que cidade adquiriu. O primeiro, por atuar na organização espacial da cidade e o segundo, por se tratar de ator muito atuante no cenário urbano das grandes metrópoles brasileiras. Esses agentes se destacam no cenário urbano da capital paraense e do nosso objeto de estudo, especialmente a ação do Estado.

Corrêa (2010), baseado em Harvey (1969), aponta três modos de conceituar o espaço: espaço absoluto; espaço relativo; espaço relacional. O espaço absoluto é compreendido como uma coisa em si mesma, independente da localização geográfica ou das relações sociais. O espaço constitui-se um fenômeno único relacionado com os eventos contidos dentro dele. O espaço relativo pode ser traduzido como sendo aquele que depende da distância entre os objetos, ou seja, o movimento de pessoas, do capital, de informações está amarrado ao tempo e ao dinheiro gastos. Logo, o espaço é designado pela localização e pela relação custo-benefício que na sociedade capitalista torna-se um problema real. O espaço relacional é visto como aquele que contém e assinala dentro de si as relações contidas em outros espaços.

Na Teoria da Produção do Espaço, o espaço envolve as contradições da realidade à medida que é um produto social. O espaço social para Lefebvre contém dois tipos de relações a partir das quais o homem interage/modifica a natureza: 1) as relações sociais de reprodução e 2) as relações de produção. O espaço da universidade se constituiu pelas relações sociais. Assim, não podemos compreendê-lo se o concebemos dissociado das relações sociais de produção e de reprodução da sociedade.

Para Martins (1996), Lefebvre estabelece “as relações analíticas entre o urbano e a vida cotidiana, sendo estes, ao mesmo tempo, produtos e produção do espaço”. A teoria do espaço social tem como objetivo principal desvendar a realidade atual, tendo como parâmetro a vida cotidiana na sociedade moderna. Souza (2009) destaca que “em uma sociedade que

almeja a libertação das coerções políticas e economicista, a teoria do espaço social, entendido como um movimento do pensamento passa a servir e dá sentido para a construção de uma nova realidade”.

A concepção de espaço geográfico para Santos (1982) é a de que “o espaço é acumulação desigual de tempos”. O que significa conceber espaço como heranças. Santos (1997) vai se referir a espaço-tempo como categorias indissociáveis, permitindo-nos uma reflexão sobre espaço como coexistência de tempos.

Santos (1997) afirma que o espaço geográfico é trabalho humano; sendo assim, o espaço social é um produto das relações sociais de produção, além de ser o lócus da sua realização. Enquanto que na dimensão social, o espaço é homem e natureza, manifestando-se como espaço físico e social das relações entre sujeito e objeto, o que o torna humanizado. O homem se diferencia nestas relações quando de posse de sua liberdade de ter consciência de sua ação, trabalho e busca pela satisfação.

Na visão de Santos (1997) os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros. E continua proferindo que o mesmo espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por esse mesmo processo produtivo, os separa. O que une, no espaço, é a função de mercadoria ou de dado fundamental na produção de mercadorias. Ele diz que o espaço reúne homens tão fetichizados quanto a mercadoria que ele vem produzir nesse mesmo espaço. Em suma, “como o espaço se tornou também um produto no mercado, é a sua raridade que une os homens” (SANTOS, 1997, p. 22).

Na opinião de Corrêa (2010), a contribuição de Santos aparece com o estabelecimento do conceito de formação sócio-econômico submetido a intenso debate na década de 1970.

Corrêa (2010), assegura ainda que o mérito do conceito de formação sócio-espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz, e por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. E resume “não há, assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a posteriori, mas sim de formação sócio-espacial” (p. 26-27).

Para Lefebvre mencionado por Santos¹⁰ significa que todo espaço social pode ser objeto de uma análise formal, estrutural e funcional.

¹⁰ *Ibid.*, p. 38

A forma é o aspecto visível, exterior, de um objeto, seja visto isoladamente, seja considerando-se o arranjo de um conjunto de objetos, formando um padrão espacial. Pode ser um bairro, uma cidade, etc.

A função sugere uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhada pelo objeto criado, a forma. Pode ser ensinar, pesquisar, estudar, habitar, trabalhar, fazer compras, lazer, etc.

Trindade Jr (1997) destaca que a função é a atividade elementar de que a forma espacial se reveste. E, que forma e função não podem estar dissociadas de outro elemento de significativa importância na organização do espaço – a estrutura. Esta que por sua vez corresponde à interação das diversas partes que compõe o todo. O autor complementa destacando que a estrutura, em qualquer ponto do tempo, atribui valores e funções determinadas às formas do espaço.

A estrutura diz respeito à natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo: é a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas.

E finalmente, processo é definido como uma ação que se realiza, de modo contínuo, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança.

Corroborando com Santos, Trindade Jr (1997) arremata dizendo que o processo é a ação contínua que se desenvolve rumo a um resultado qualquer. E, que por isso, envolve conceitos de tempo, continuidade e mudança. O tempo é considerado como processo e indica o movimento do passado ao presente, tornando-se uma propriedade entre forma, função e estrutura.

Daí não ser possível promover uma análise em separado desses conceitos, conforme propõe Santos da necessidade de levarmos em conta a inseparabilidade concreta e conceitual dessas categorias:

Não se pode analisar o espaço através de um só desses conceitos, ou mesmo de uma combinação de dois deles. Se examinarmos apenas a forma e a estrutura, eliminando a função, perderemos a história da totalidade espacial, simplesmente porque a função não se repete duas vezes. Separando a estrutura e a função, o passado e o presente são suprimidos, com o que a ideia de transformação nos escapa e as instituições se tornam incapazes de projetar-se no futuro. Examinar a forma e a função sem a estrutura, deixamos a braços com uma sociedade inteiramente estática, destituída de qualquer impulso dominante. Como a estrutura dita a função seria absurdo tentar uma análise sem esse elemento. (SANTOS, 1985 p. 56)

Agora que já discorremos sobre os elementos que envolvem aspectos do urbano e das concepções teórico-metodológicas do espaço, que servirão de fundamento às discussões propostas, partiremos aos desdobramentos das proposições sobre os Espaços Institucionais.

2.2 CONCEITO DE INSTITUIÇÃO PARA A PESQUISA

O conceito de instituição concebido nesta pesquisa envolve o conjunto de organizações públicas, criadas pelo poder público brasileiro, com objetivos e funções de prestar serviços essenciais à população. Incluem-se, nesta concepção as organizações destinadas ao ensino superior, à pesquisa científica e tecnológica, à segurança, à saúde, ao transporte, ao abastecimento e, à preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Neste sentido, instituição assume a forma e natureza jurídica da entidade que a instituiu. Podendo ser fundacional, autárquica ou paraestatal. Não se pretende fazer uma discussão quanto ao aspecto jurídico, mas, sobretudo do aspecto funcional, para a qual foi criada.

2.3 ESPAÇOS INSTITUCIONAIS

As discussões envolvendo os conceitos de espaço, em sentido *lato*, encontram-se bastante avançadas nas ciências humanas. Todavia, não podemos dizer o mesmo quando a finalidade é discutir os “espaços institucionais”. Tema pouco explorado contemporaneamente e, sobretudo, por se traduzir num exercício intelectual desafiador para a pesquisa científica. O acolhimento pelas ciências humanas e sociais como categoria de análise exige ainda, um esforço considerável no sentido de produzir algumas contribuições para a inserção dessa temática nas discussões acadêmicas.

As grandes metrópoles regionais conviveram, e ainda convivem, com problemas urbanos relacionados à organização da cidade. Para compreender o fenômeno urbano, sobretudo, na ótica abordada nesta dissertação torna-se indispensável considerá-lo sob o prisma do ordenamento territorial, uma ação eminentemente estatal que visa o controle territorial do espaço. Sabemos que o Estado não é o único responsável por essa atividade, e como processo que é, se desenvolve no espaço e no tempo. Desse modo, assumimos o conceito utilizado por Benatti (2003) que o utiliza como sinônimo de zoneamento.

Para Benatti (2003) os documentos oficiais começam a fazer distinção entre ordenamento territorial e zoneamento ecológico econômico no final da década de 1990, apresentando este como um instrumento técnico e político para tomada de decisão e aquele como plano mais geral para disciplinar a ocupação e a exploração do solo e dos recursos naturais. Na concepção de Benatti, o ordenamento territorial é um elemento decisivo na gestão dos recursos naturais, e deve ser entendido como “a busca de um equilíbrio entre os equipamentos habitacionais e de produção e a distribuição fundamental da população”. Além disso, ele ressalta que o ordenamento só pode funcionar com uma gestão dos recursos naturais.

O autor considera que “o ordenamento territorial implica um envolvimento tanto dos agentes estatais quanto da sociedade local, tendo em vista que nele se realizam ações de curto, médio e longo prazo que devem integrar-se às particularidades das diferentes zonas a serem ordenadas”. (p.3). Todavia, Machado (2004, p. 177) diz que “o zoneamento consiste em dividir o território em parcelas nas quais se autorizam determinadas atividades ou interdita-se, de modo absoluto ou relativo, o exercício de outras atividades”.

À medida que o Estado divide o espaço ele cria as condições materiais para a fixação da população e conseqüentemente, das suas instituições no território. Foi a partir dessas intervenções no espaço urbano das capitais regionais que o Estado brasileiro estabeleceu os primeiros espaços institucionais na década de 1940. Não podemos negar, inclusive, que esta ação não possa ser considerada ordenamento territorial naquele contexto.

Retomando-se a ideia dos espaços institucionais consideramos que não há como delimitá-lo e, ao mesmo tempo, defini-lo conceitualmente sem que se faça uma breve comparação com outros conceitos de espaço amplamente discutidos. Todavia, é possível fazer, ainda que empiricamente, algumas considerações que possam contribuir para as discussões teóricas que envolvem o tema.

Neste sentido, daremos nossas contribuições para introduzir o assunto “espaços institucionais” nas discussões acadêmicas. A rigor, a concepção de instituição abordada neste trabalho não se confunde com as concepções das instituições sociais, políticas e religiosas amplamente discutidas pela Sociologia. As instituições objeto desta pesquisa são as organizações estatais, integrantes da estrutura administrativa do Estado brasileiro.

A concepção de espaço institucional para este trabalho compreende à delimitação física das unidades administrativas, formada por instituições governamentais civis e militares pertencentes à estrutura administrativa dos entes federativos: União, Estados e Municípios,

investidos das funções de estado, com objetivo de oferecer serviços públicos essenciais à população.

Antes de traçar as primeiras linhas que definirão os limites desses espaços, o Poder Público precisa atribuir forma jurídica, em consonância com as normas que regulam a sua criação e implantação. A procedência desses espaços se inicia na maioria das vezes, pela desapropriação das áreas de interesse público, principalmente nas grandes cidades, em razão, sobretudo, da indisponibilidade de espaços vazios. E o decreto se traduz no instrumento mais utilizado para este fim. Através, dele, o poder público se impõe para se apropriar dos espaços que mais lhe convém.

O espaço institucional apresenta semelhanças com o espaço público. Todavia, não se confunde como tal, posto que aquele possua aspectos que diferencia deste. Os espaços públicos possuem, via de regra, são de livre acessibilidade e uso por usuários que circulam livremente em seu interior. Enquanto que nos espaços institucionais há certo controle ao acesso, apropriação e o uso, tanto no espaço quanto no tempo. Além dos usuários habituais/transitórios, neste último, existe a figura dos agentes públicos responsáveis pela gestão do uso do espaço. Eles são encarregados de proteger, zelar, guardar e fazer uso desse patrimônio. As semelhanças e diferenças não se reduzem a essas características. Importante destacar, que esta comparação serve apenas de parâmetro para que possamos “visualizar” melhor nosso objeto de estudo antes de proceder a sua análise.

Para alguns estudiosos do espaço público, podemos destacar as contribuições de Hannah Arendt e Jürgen Habermas¹¹, apontados no trabalho de Serpa, (2011, p. 16), sobre o Espaço Público na cidade contemporânea. “Na obra de Arendt, o espaço público aparece como lugar da ação política e de expressão de modos de subjetivação não identitários, em contraponto aos territórios familiares e de identificação comunitária”. Para Habermas, “o espaço público seria o lugar *par excellence* do agir comunicacional, o domínio historicamente construído da controvérsia democrática e do uso livre e público da razão”.

Na concepção de Serpa (2011), a soma de apropriação de um coletivo de indivíduos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público. O parque público é um espaço aberto à população, acessível a todos, posto à disposição dos usuários, mas todas essas características não são suficientes para defini-lo como espaço público. Este exemplo ilustra perfeitamente a complexidade implícita nos conceitos.

¹¹ A citação dos autores ocorreu com base em pesquisa realizada na obra de Serpa (2011).

O significado de público não pode ser concebido como sinônimo de gratuito, nem tampouco de algo desprovido de regras de uso. Mesmo os bens públicos de uso coletivo como ruas, praças, bosques, praias, etc. necessitam de normas de postura. Em suma, nenhum espaço público é totalmente desprovido de regras de uso.

No Brasil, o Estado, é o principal detentor do poder político de criar e ordenar o uso dos espaços, conforme recorda Serpa (2011), quando trata da teoria Lefebvrina que discute os espaços “concebidos”:

... Produto da violência e da guerra, o espaço abstrato é instituído pelo Estado e, portanto institucional. Ele serve de instrumento para que os detentores do poder (...) destruam tudo aquilo que representa ameaça e resistência, em outras palavras, abram caminho para que se homogeneizem as diferenças...

Nesta perspectiva, todo o espaço que possua no seu interior uma instituição¹², seja ela pública ou privada, é considerado, neste trabalho, um espaço institucional. No sentido amplo da palavra, uma área que sedia um aeroporto, uma universidade, um porto, uma agência bancária, uma escola, um centro de pesquisa ou mesmo um parque ambiental, é considerada, então, “espaço institucional”. Porém, em sentido estrito, serão considerados espaços institucionais, neste trabalho, apenas aqueles que concentram as instituições públicas estatais.

As instituições públicas estão presentes em várias dimensões da vida moderna, no âmbito social, financeiro, econômico, jurídico, educacional, ambiental, religioso, etc. Assim sendo, podemos enumerá-las: a) instituições políticas – assembleia legislativa, câmara de vereadores, prefeitura, tribunal de justiça, ministério público; b) instituições sociais - igreja, templo religioso, sinagoga, centro comunitário, casa de apoio; c) instituições financeiras - banco, lotérica, casa de cambio; d) instituições educacionais - universidade, faculdade, centro de ensino tecnológico, escola; e) instituições científicas - centro de pesquisa, museu; e, f) instituições militares: área de segurança nacional, quartel, corpo de bombeiro, presídio e outras.

O presente estudo se concentrou no âmbito dos espaços institucionais implantados pelo poder público em Belém (PA), capital do Estado, sobretudo a partir da década de 1940, momento em que se formou o que alguns autores denominaram de “cinturão institucional”,

¹² O termo instituição usado neste trabalho é sinônimo de organização pública

completando, ou melhor, fechando o cinturão com a criação/implantação da cidade universitária Prof. José da Silveira Netto, o espaço institucional da Universidade Federal do Pará.

2.4 ÁREAS ESPECIAIS

A noção de áreas especiais de interesse institucional corresponde a lugares da cidade onde existem equipamentos públicos de usos especiais, destinado a aeroporto, centro administrativo, portos, universidades, hospitais, quartéis, entre outros, que estruturam o espaço urbano e servem de referência à população. O conceito de áreas especiais embora se assemelhe um pouco ao de espaços institucionais, não se confundem. A primeira corresponde a uma tipologia criada pelo poder público para distingui-la das demais quanto à sua finalidade. Enquanto que a segunda se caracteriza pela função que recebeu do ente que a criou para o desenvolvimento de suas atividades. Ambas muitas vezes se sobrepõem e se complementam, fazendo com que o limite entre elas sejam muitas vezes imperceptíveis.

2.5 BENS PÚBLICOS E PATRIMÔNIO DA UNIÃO

O patrimônio público é formado por bens de toda natureza e espécie que tenha interesse para a Administração e para a comunidade administrada. Esses bens recebem conceituação, classificação e destinação legal para sua correta administração, utilização e alienação.

Bens públicos em sentido amplo são todas as coisas, corpóreas ou incorpóreas, imóveis, móveis e semoventes, créditos, direitos e ações, que pertençam a qualquer título, às entidades estatais, fundacionais e empresas governamentais (NOVO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, 2008, p. 77).

O Novo Código Civil conceitua os bens em públicos e particulares, esclarecendo que são públicos os de domínio nacional, das pessoas jurídicas de direito público interno, e particulares todos os outros, seja qual for a pessoa a que pertencerem (art.98).

Bens públicos podem ser federal, estadual e municipal, conforme a entidade política a que pertençam ou o serviço autárquico, fundacional ou paraestatal a que se vinculem.

Todos os bens públicos são nacionais, por pertencerem ao patrimônio da União, mas embora componha o acervo nacional, civil e administrativamente pertencem a cada uma das entidades públicas que os adquiriram.

De acordo com o art. 20 da Constituição Federal de 1988, são bens da União: (EC nº 46/2005) I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos; II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei; III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais; IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; V – os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva; VI – o mar territorial; VII – os terrenos de marinha e seus acrescidos; VIII – os potenciais de energia hidráulica; IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo; X – as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos; e XI – as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

2.6 ORIGEM E CONCEPÇÕES DE UNIVERSIDADE NO BRASIL

O termo *universitas* entre os romanos designava um colégio, ou seja, uma associação. Desde o final do século XII, passou-se a falar das corporações de mestres e estudantes, *universitas magistrorum et scholarium*, que significava autênticos trabalhadores intelectuais (Nunes 1969 *apud* Tubino, 1984). A citação acima reforça também, a tese de criação das primeiras universidades brasileiras: a universidade do Amazonas, em 1909,(CUNHA 2010, p. 161) seguida da universidade do Rio de Janeiro, em 1920 (SILVEIRA, 1984, p.64).

De acordo com Cunha (2010), desde 1808, o ensino superior no Brasil foi ministrado em estabelecimentos isolados, oferecendo cursos estritamente profissionais, especialmente em Direito, Medicina e Engenharia. Não existia nenhuma instituição com *status* de universidade neste período.

Durante a primeira República, foram criados no país 64 estabelecimentos de ensino superior. De 1930 a 1949 fundaram-se 160 estabelecimentos; e entre 1950 e 1960, foram instalados 178 estabelecimentos superiores de ensino superior. Houve, no entendimento de Fernandes (1986) uma rápida multiplicação e disseminação da escola superior, todavia, em conformidade com o antigo padrão cultural, ou seja, “nasciam e cresciam como escolas superiores típicas”. O autor destaca, ainda que:

... quando a ideia de universidade passou a prevalecer (...) de forma mais complexa e tortuosa: as escolas superiores agregadas entre si, mantidas e fortalecidas sua estrutura tradicional e suas tendências autárquicas pela conglomeração, passaram a ser chamadas de “universidade (FERNANDES, 1986, p. 179).

Antes da criação da Universidade do Rio de Janeiro, surgiram vários projetos com o propósito de criação da primeira universidade brasileira. Contudo, não foram adiante, como ocorreu em 1892, o historiador Rocha Pombo chegou, inclusive a lançar a pedra fundamental de uma universidade na capital do Paraná (TUBINO, 1984). Seguido de outro projeto, em 1900, Elysio de Carvalho, idealiza uma “Universidade Popular” voltada à educação social do proletariado (*Ibid.*, p.62). Três anos mais tarde, o Deputado Gastão Cunha propõe a criação de cinco universidades: Rio de Janeiro (RJ) , São Paulo (SP), Recife (PE), Belo Horizonte (MG) e na Bahia, baseadas no modelo alemão que proclamava a liberdade de ensinar e aprender, a instituição dos cursos livres e da livre docência.

O Brasil atravessou mais da metade do século XX, com um modelo de universidade centrada nas escolas superiores e nas faculdades. As discussões em torno da ideia de criação da primeira universidade brasileira envolviam várias correntes tanto a favor, quanto contra a sua criação. Correspondeu a um período de aproximadamente trinta anos. Na opinião de Cunha (2010) p. 161 “a República retardou muito a criação de universidades devido à rejeição dos positivistas a tal instituição”

A Universidade do Rio de Janeiro surgiu a partir de um agregado de faculdades, através do Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920 (TUBINO, 1984). Esta assumiu duradouramente o *status* de universidade. Fato que não ocorreu com a Universidade do Amazonas, criada em 1909, em Manaus, durou somente até 1926, quando se esgotou o período de prosperidade econômica gerado pela exploração da borracha (CUNHA 2010 p.

161). Por esta razão, o autor considera a Universidade do Rio de Janeiro a primeira universidade com status duradouro de Universidade (p.162).

A crítica existente sobre a Universidade do Rio de Janeiro era de que ela possuía apenas o rótulo de universidade, pois mantinha a estrutura e o conceito tradicional de ensino superior, “correspondiam a um conjunto de instituições de ensino profissional, autônoma e totalmente destituída do espírito universitário” (TUBINO, 1984).

De acordo com Tubino (1984) a universidade de Belo Horizonte, criada em 1927, seguiu a mesma linha da Universidade do Rio de Janeiro. Com a reforma do ensino aprovada em 1925, a chamada Lei Rocha Vaz, trouxe no seu bojo uma nova proposta de organização e funcionamento das faculdades isoladas. Todavia, manteve a organização da Universidade do Rio de Janeiro. A reforma trouxe também, a possibilidade de criação de outras universidades em outros estados da federação: Pernambuco, Bahia, São Paulo Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Essa foi a concepção de universidade concebida no primeiro período da República brasileira.

A partir de 1930, as elites do país se voltam para a realidade nacional, foi um momento importante na história do país. Neste momento, fatos marcantes aconteceram: a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista, o centenário dos cursos jurídicos, as Conferências Nacionais de Educação, a introdução do movimento da Escola Nova, entre outros. Esses acontecimentos auxiliaram na democratização e socialização do ensino e da educação e contribuíram decisivamente para a construção da nova concepção de universidade para o país.

Em 11 de abril de 1931, através do Decreto nº 19.851 foi publicada a Reforma do ensino superior. De acordo com Tubino (1984), a proposta apresenta três partes: a) corresponde ao Estatuto das Universidades Brasileiras; b) reorganiza a Universidade do Rio de Janeiro e todo ensino superior da República e; c) cria o Conselho Nacional de Educação e define suas atribuições.

Para o autor, o Projeto adota como regra do ensino superior o sistema universitário. E a universidade constituirá:

A unidade administrativa e didática que reúne, sob a mesma direção intelectual e técnica, todo o ensino superior, seja o de caráter utilitário e profissional, seja o puramente científico e sem aplicação imediata, visando assim a universidade o duplo objetivo de equipar tecnicamente as elites profissionais do país e de proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da

cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura (TUBINO, 1984, p. 66).

Houve, portanto, a ampliação dos objetivos da universidade brasileira, destacando o ensino, a formação de profissionais, a preocupação com a ciência pura e, a atividade social.

No que tange à criação de universidades, elas podem partir da União, dos Estados ou de particulares, neste caso sob a forma de fundação ou associações, constituindo-se em universidades livres (*Ibid.*, p.67).

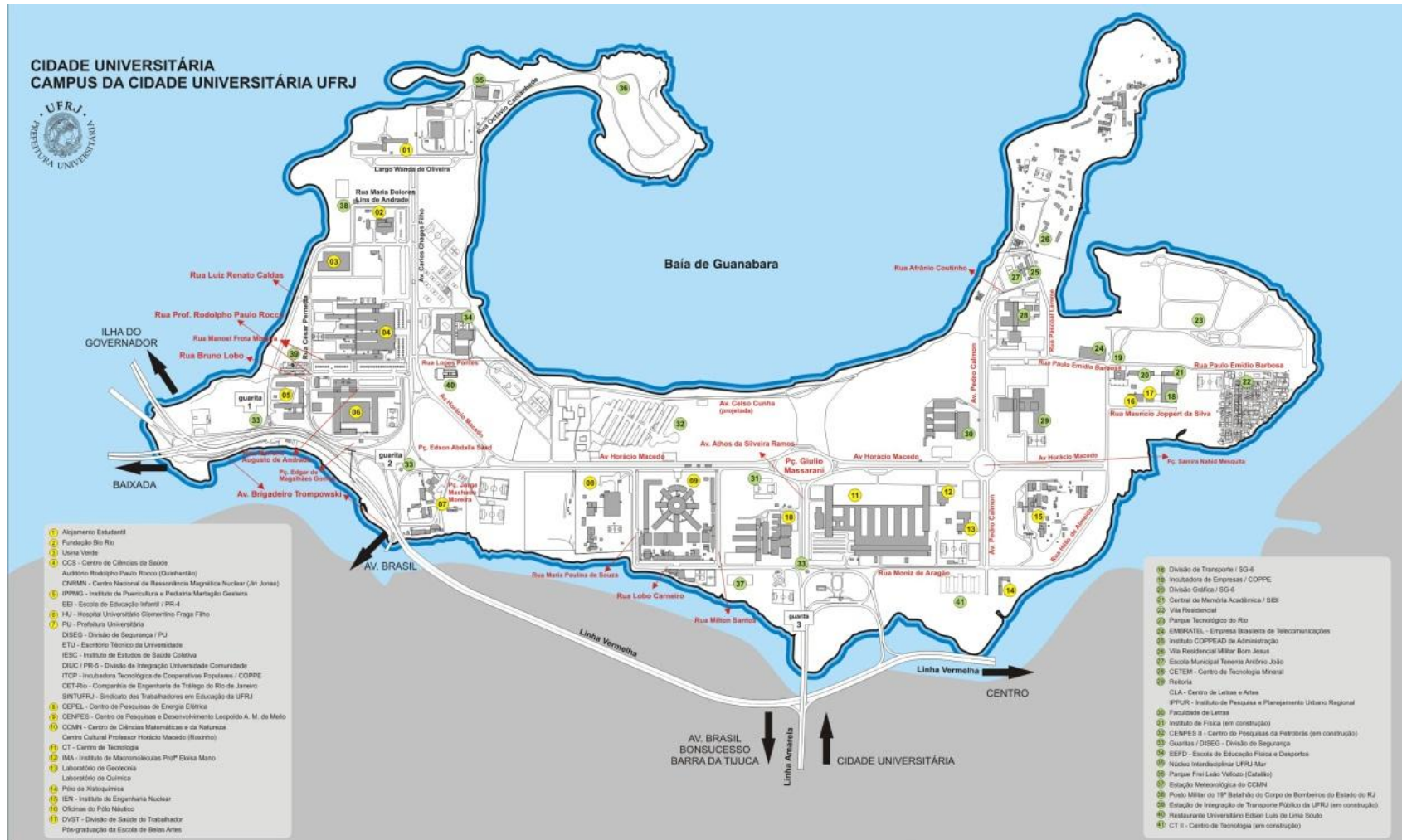
Até 1930 havia no Brasil duas universidades: a do Rio de Janeiro (1920) e a de Minas Gerais (1927), a terceira instituição a receber o *status* universitário foi a do Rio Grande do Sul, em 1934. No mesmo ano foi criada também, a Universidade de São Paulo e, em 1935 a Universidade do Distrito Federal, criada por Anízio Teixeira e dissolvida em 1939.

No dia 11 de abril de 1931, foi promulgado o Decreto nº 19.851 que criou o Estatuto das Universidades Brasileiras, foi o desdobramento no campo do ensino superior da centralização político-administrativa iniciada com a criação do Ministério da Educação (LOPES 2010; FARIA FILHO 2010; VEIGA, 2010). Com este ato, definiu-se o marco referencial do ensino superior brasileiro. Este perdurou até a década de 1960 com a Reforma da Educação.

No que tange ao aspecto urbanístico da universidade na Amazônia, as primeiras ações de a urbanização tiveram início no *campus* da UFPA, em Belém. Naquele contexto a universidade possuía forma assemelhada a outros *campi* universitários do país e seguiu padrões de organização mais espaçado e de menor densidade construída.

... este padrão (...) mais “espaçado”, remonta aos espaços universitários ingleses e, sobretudo, americanos, do começo do século XX (GOROVITZ, 1999). Naquele período os edifícios e suas articulações, quando do uso educacional de nível superior, exibiam a tensão entre o claustro medieval da educação controlada e a aspiração universalizante (GOROVITZ, *op cit.*), liberal-burguesa, da educação no capitalismo. Desta forma, o campus seria cidade; o relatório da Universidade de Colúmbia, transcrito por Gorovitz (1999), atesta o fato, associado a interligação e a dimensão urbanística dos espaços livres (inclusive do” pátio central”, monumental e da grande escala dos edifícios como um todo) à característica da própria cidade. Tornado “cidade”, o espaço universitário pretende agregar as Faculdades e Institutos em torno de grandes espaços, dotados de monumentalidade e de grande escala. A Universidade, assim, se pretende síntese das atividades especializadas, fora dos chamados “ofícios” e, também, uma estrutura de poder. (RELATÓRIO PARCELAMENTO DO PLANO DIRETOR DA UFPA, 2007). O grifo é meu.

Como dito anteriormente o caso específico da UFPA se assemelhava a de outros *campi* universitários do Brasil: os *campi* (ou Cidades Universitárias) da UFRJ, UnB, UFMG e da USP (São Paulo). Conforme observa o Relatório de Parcelamento do Plano Diretor da UFPA (2007), nota-se a recorrência do padrão de ocupação de grão maior, nas Cidades Universitárias mapeadas. Em termos urbanísticos, a Cidade Universitária José da Silveira Netto apresenta um padrão de parcelamento similar aos das cidades universitárias da UFRJ e da USP (ver mapas 2 e 3).



Mapa 2 - Campus da Ilha do Fundão, Cidade Universitária da UFRJ.

Fonte: <http://www.prefeitura.ufrj.br/mapas/ufrj_pu_cidadeuniversitaria, 2010>.

ÍNDICE DE VIAS

- A. Av. da Universidade
- B. Av. Prof. Lineu Prestes
- C. Av. Prof. Luciano Gualberto
- D. Av. Prof. Ernesto de M. Leme
- E. Av. Prof. Almeida Prado
- F. Av. Prof. Melo Morais
- G. Rua do Anfiteatro
- H. Rua da Praça do Relógio
- I. Av. Prof. Lúcio M. Rodrigues
- J. Rua do Lago
- K. Rua do Matão
- L. Av. Corifeu de Azevedo Marques
- M. Av. Escola Politécnica
- N. Av. Marginal Pinheiros
- O. Rua Alvarenga
- P. Rua da Reitoria

LEGENDA

- Áreas Verdes
- Canteiros
- Corpos D'água
- Cursos D'água
- Construções
- Campo de Futebol
- Quadras Esportivas
- Piscinas
- Áreas externas ao Campus
- Áreas internas ao Campus não-pertencentes à USP
- Praça dos Bancos
- Ruas, Avenidas e Pátios
- Instituições internas ou adjacentes ao Campus não-pertencentes à USP



Escala 1:20 200

Escala definida para o formato A4.



- 01. Fundação Universitária para o Vestibular - FUVEST
- 02. Centro de Visitantes
- 03. Escola de Educação Física e Esporte - EEF
- 04. Faculdade de Educação - FE
- 05. Escola de Aplicação da Faculdade de Educação
- 06. Centro de Práticas Esportivas - CEPEUSP
- 07. Coordenadoria de Administração Geral - CODAGE
- 08. Museu de Arte Contemporânea - MAC
- 09. Conjunto Residencial da USP (CRUSP) e Coordenadoria de Assistência Social (COSEAS)
- 10. PROLAM, PROCAM e CINUSP
- 11. Instituto de Estudos Brasileiros - IEB
- 12. Praça do Relógio
- 13. Reitoria, Coordenadoria de Comunicação Social (CCS), Editora da USP (EDUSP), Agência USP de Inovação, Instituto de Estudos Avançados (IEA), Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB), Escola de Comunicação e Artes (ECA)
- 14. Escola de Comunicação e Artes - ECA
- 15. Instituto de Psicologia - IP
- 16. CEPEUSP: Rala Olímpica
- 17. Praça dos Bancos
- 18. Faculdade de Economia e Administração - FEA
- 19. Barracões: ECA e FMVZ
- 20. Escola Politécnica - POLI
- 21. Instituto de Eletrotécnica e Energia - IEE
- 22. Instituto de Astronomia e Geofísica - IAG
- 23. Instituto de Matemática e Estatística - IME
- 24. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU
- 25. Clube dos Funcionários
- 26. Instituto Oceanográfico - IO
- 27. Instituto de Física - IF
- 28. Prefeitura do Campus da Capital - PCO
- 29. Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE
- 30. Grêmios dos Funcionários da PCO
- 31. Hospital Universitário - HU
- 32. Instituto de Ciências Biomédicas - ICB III
- 33. Faculdade de Odontologia - FO
- 34. Faculdade de Medicina - FM: Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional: FOFITO
- 35. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia - FMVZ
- 36. Instituto de Biociências - ICB I, II e IV
- 37. Instituto de Biologia - IB
- 38. Clube dos Professores
- 39. Administração da FFLCH
- 40. Instituto de Geociências - IG
- 41. Instituto de Química - IQ
- 42. Faculdade de Ciências Farmacêuticas - FCF
- 43. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
- 44. Casa da Cultura Japonesa
- 45. Núcleo de Recreação Infantil - NURI
- 46. Anfiteatro Camargo Guarnieri
- 47. Centro de Computação Eletrônica - CCE

Mapa 3 - Cidade Universitária da USP, São Paulo-SP.
 Fonte: < http://www.usp.br/mapas/cidade_universitaria.html>

2.7 A UNIVERSIDADE NA AMAZÔNIA

A primeira universidade na Amazônia data de 1909, com a Universidade de Manaus (CUNHA 2010). A história da Universidade de Manaus se destaca por ser considerada a primeira iniciativa em termos de Brasil. Já em termos de Amazônia, a primeira universidade, com *status* universitário, data de 1957, com a implantação da Universidade Federal do Pará, em Belém (PA).

De acordo com Fontes (2007), a gestão do presidente Juscelino Kubitschek criou e implantou a UFPA. Embora seja esta uma ação positiva, a autora ressalta que uma das críticas era de que a educação era colocada em lugar secundário pelo Governo. A área da educação foi contemplada com apenas 3,4% dos investimentos e existia uma única meta que tratava da formação de pessoal técnico, meta 30. E, que o plano de metas do Governo JK quase não contemplou os investimentos sociais em saúde e educação. A autora destaca também, que não havia um plano de metas para o ensino superior e para o desenvolvimento científico na Amazônia.

Fontes (2007) apresenta dados sobre a educação brasileira no final da década de 1950, destacando que metade da população era analfabeta, isto no final do governo JK, em 1960, o percentual de analfabetos da população da cidade com idade superior a 15 anos era de 39,35%, além de uma taxa perto de 40% de analfabetos entre a população adulta. Esses dados denotam que o Estado brasileiro precisava dar uma resposta rápida à solução desse problema, pois para um país que precisava se modernizar não poderia continuar com estruturas arcaicas de ensino. Esses exemplos são para mostrar o quadro da educação no contexto brasileiro.

Mesmo apresentando um cenário bastante crítico na década de 1950, “o ensino superior cresceu. Houve equivalência entre o secundário e os cursos profissionalizantes, o que gerou aumento na demanda pelo ensino superior. Foram criadas novas faculdades e ‘federalizadas’ faculdades estaduais e particulares” (FONTES, 2007, p. 18).

Para Vasconcellos Sobrinho (2000), a universidade na Amazônia surgiu no rastro da implantação dos projetos de ‘ocupação da Amazônia’ e de sua inserção aos programas de desenvolvimento econômico nacional. O autor apresenta também um quadro das universidades implantadas na Amazônia Legal, ordenado cronologicamente:

Quadro 1 - Universidades Federais sediadas na Amazônia Legal – 2009

UNIVERSIDADES	ANO DE FUNDAÇÃO
Universidade Federal do Pará	1957
Universidade Federal do Amazonas	1962
Universidade Federal do Maranhão	1964
Universidade Federal Rural da Amazônia	1967
Universidade Federal do Mato Grosso	1970
Universidade Federal do Acre	1974
Universidade Federal de Roraima	1980
Universidade Federal de Rondônia	1982
Universidade Federal do Amapá	1990
Universidade Federal do Oeste do Pará	2009

Fonte: atualizada pelo autor com base em Vasconcellos Sobrinho (2000, p. 32)

Para o autor, as universidades da Amazônia passaram grande parte dos seus anos iniciais formando pessoal, com pressupostos de profissões isoladas, seguindo a mesma linha condutora das faculdades que as conformaram. Ou seja, reproduzindo a mesma matriz do ensino superior, resquílios das antigas escolas superiores e faculdades.

Apesar do aumento no número de universidades na Amazônia, no período pós década de 1970, conforme quadro 1, as instituições precisaram se adequar às novas demandas do mercado de trabalho: formar profissionais técnicos e rever sua relação com a comunidade. A própria UFPA, através de sua Pró-Reitoria de Planejamento mantinha um Departamento de Pesquisa Institucional que visava estudar a interface entre ela e as demandas sociais, conforme relato de um ex-gestor dessa Pró-Reitoria:

O que ela tem e o que demanda para a comunidade também é muito diferente do que é para o que ela foi planejada anteriormente do ponto de vista físico e acadêmico. A Pró-Reitoria de Planejamento tinha um Departamento de Pesquisa Institucional, que estudava as interfaces da UFPA com a sociedade, por exemplo: qual o profissional que a Universidade formava em função do que a Sociedade precisava e quais as relações de causa e efeito entre a Universidade e a comunidade (Depoimento de José Freire, ex-gestor da UFPA, Projeto Univer[s/c]idade, 2007).

A partir da década de 1970 aumentou a pressão sobre a universidade no sentido de disponibilizar mais vagas aos alunos egressos do ensino secundário. Através desse novo cenário de aumento na demanda pelos serviços educacionais, motivado pela expansão da economia brasileira, as instituições tiveram de se adequar às novas exigências do mercado de trabalho por profissionais mais qualificados. Esses fatos despertaram a atenção dos gestores da época sinalizando a tendência de que era indispensável se adaptar às novas mudanças que começaram a emergir com a Reforma da Educação, trazendo no seu bojo novas orientações para a expansão da pesquisa e a extensão no país.

2.8 UNIVERSIDADE PÚBLICA E O ENSINO SUPERIOR NO LIMAR DO SÉCULO XXI

Visando compreender a situação em que se encontra a Universidade Pública e o ensino superior no Brasil no século XXI, torna-se imprescindível resgatar a memória pelo menos dos últimos 30 anos de educação no século XX, período que foi marcado a profunda crise da social-democracia e do Estado do Bem-Estar, na maioria dos países centrais, e do nacional-desenvolvimentismo e do Estado populista em muitos países na periferia latino-americana, como foi o caso do Brasil. Na opinião de Sguissardi (2009), a crise atingiu os países latino-americanos, porém de maneiras diferentes, diferenças que em geral são frutos da história sócio-econômico-política própria de cada país. Para o autor, diverso também tem sido o modo de enfrentá-la e as suas consequências. Há países ricos, remediados e pobres. Há nações soberanas, medianamente soberanas e subalternas. Há países de baixa renda, média, alta e altíssima concentração de renda. Há sistemas de educação superior democráticos e elitistas; autônomos e heterônomos; unitários binários e multiutilitários. Em alguns países os direitos dos trabalhadores avançaram muito, noutros pouco ou quase nada. Em alguns, a experiência dos direitos conquistados transformou-se em trincheira contra as mudanças articuladas pelo capital; noutros, a falta dessa vivência facilitou a aceitação do remédio amargo e da promessa de um suposto futuro melhor para todos (p. 110).

De acordo com o autor citado, as soluções para a crise são gestadas nos países ricos ou nos escritórios dos organismos financeiros multilaterais e disseminaram-se como remédio para todos os males, sem espaço para soluções alternativas. A receita foi sempre vendida como simples, única e eficaz: equilíbrio orçamentário (redução dos gastos públicos);

abertura comercial (redução de tarifas de importação); liberalização financeira (eliminação de barreiras ao capital estrangeiro); desregulamentação dos mercados domésticos (eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado); reforma do sistema de previdência/seguridade social e do mercado de trabalho; e privatização das empresas e dos serviços públicos (p. 110).

Importante destacar que as soluções apresentadas deveriam servir tanto aos países ricos quanto aos pobres, houve um nivelamento nos problemas e nas “soluções”, que consistia na imediata integração à economia mundial, nos moldes da redentora globalização. “Nela o mercado teria papel central na alocação de recursos em lugar do Estado cada vez mais mínimo, isto é, cada vez apenas um Estado subsidiário no campo dos direitos da cidadania, agora serviços sociais” (SGUISSARDI, 2009).

Na opinião ainda do autor, as recomendações se aplicavam a toda a organização da vida econômica e social, às relações internacionais, ao formato e poder do Estado. Com a desregulamentação dos serviços comerciais exploráveis pela iniciativa ou empresa privada. A educação superior seria vista como bem privado antes que público.

Diante da crise, as novas exigências que se propõem para a economia e para o Estado, diante das demandas da chamada sociedade do conhecimento, a educação superior e a universidade em particular são pressionadas a mudar. Mudar em que direção? A Tornarem-se mais autônomas, independentes da direção do Estado, ainda que custeada por este, e do mercado, ou mais heterônomas, dependentes dos recursos, da direção e do controle não somente do Estado mas em espacial do mercado? (SGUISSARDI, 2009, p. 111).

“As reformas da educação superior na América Latina ocorreram nos anos 90 e se caracterizaram por um discurso modernizador que, de certo modo, fez eco ao discurso próprio das mudanças nos países avançados nos anos 80” (GUARDILLA 2002 *apud* SGUISSARDI, 2009).

Para Sguissardi (2009), as pressões para mudança na educação superior são tanto internas quanto externas, com claro predomínio destas que se fazem presentes em todos os quadrantes do planeta pela onipresença e pelo poder de intervenção dos conhecidos organismos multilaterais de crédito (FMI, Banco Mundial, BID) a serviço dos países hegemônicos.

A nova concepção que a universidade brasileira assumiu, resultou das reformas do Estado impostas aos países de economia dependente, das lógicas das empresas privadas e do mercado.

Quanto às mudanças na educação superior, como parte dos serviços sociais do Estado, em relação aos quais a postura estatal deveria mudar radicalmente, a estratégia tem sido a disseminação, em especial pelo Banco Mundial, de teses como as de que: 1) o ensino superior seria antes um bem privado que público; 2) o retorno individual e social dos investimentos em educação superior seria inferior aos dos investimentos aplicados na educação fundamental; 3) a universidade de pesquisa – da associação, ensino, pesquisa e extensão – seria muito cara tanto para os países ricos, quanto especialmente para os países pobres ou em desenvolvimento, às voltas com os problemas de crônico déficit público ? (SGUISSARDI, 2009, p. 114).

Na década de 1990 houve, portanto, a abertura democrática e os ajustes econômicos no contexto da mundialização do capital nos moldes da denominada modernização conservadora. Na América Latina, o Brasil foi um dos últimos a participar do processo de liberalização econômica. Os ajustes iniciaram-se no governo do Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1991), seguiu em menor intensidade no governo de Itamar Franco (1992-1994) e se intensificou no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). No governo de Fernando Henrique Cardoso efetuaram-se os ajustes estruturais e fiscais e as reformas especialmente orientadas para o mercado. “A partir de 95 ocorreram as principais mudanças que conduziram à reconfiguração das esferas pública e privada, no âmbito do Estado, assim como da educação superior” (SGUISSARDI, 2009, p. 131-132).

O governo social-democrata de Fernando Henrique Cardoso cumpriu ao pé da letra as recomendações do ajuste neoliberal. O equilíbrio orçamentário foi buscado mediante cortes nos gastos com os serviços públicos e em especial, com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. As demais medidas liberalizantes: a abertura comercial, a liberalização financeira, a desregulamentação dos mercados domésticos, o fim do controle dos preços e da vinculação dos reajustes salariais aos índices inflacionários e a privatização das empresas estatais e dos serviços públicos foram seguidas à risca.

No que tange à reforma da educação superior seguiram as mesmas orientações das reformas implantadas nos países ricos, e se apresentam com as diretrizes da reforma administrativo-gerencial do Estado. Sguissardi (2009), diz que talvez nisto resida uma das suas especificidades. Outras poderiam ser: os altos índices de privatização direta, isto é, expansão do número de IES e de matrículas do setor privado: as IES privadas correspondem a 85% do total e as matrículas a 67%; a adoção de medidas de regulação e controle, em especial via exame de final de curso (Provão); continuidade de falta de autonomia, em

especial administrativa e de gestão financeira, no caso das instituições federais (IFES), e a tentativa de imposição de um modelo de autonomia que se traduz na desobrigação, pelo Estado, na plena manutenção das instituições públicas federais, e na exigência, para essas instituições, de buscarem outras fontes de recursos no quase mercado, vendendo serviços, consultorias, resultados de pesquisas, e cobrando mensalidades. Em outras palavras, a resposta oficial à pressão da demanda e por aumento de qualidade do subsistema de educação superior, no contexto dos ajustes promovidos pela modernização conservadora no país, foi o quase congelamento da expansão do setor público – via diminuição do financiamento, proibição de novas contratações de docentes e de funcionários técnico-administrativos, exigência de busca de outras fontes de recursos, criação de fundações privadas e apoio institucional, etc – e incentivo e apoio à expansão desenfreada do setor privado (p. 132-133).

O Governo de Fernando Henrique Cardoso foi responsável por mudanças estruturais importantes no país. No campo da educação superior tentou impor o modelo de gerenciamento proposto pelos organismos internacionais o que ocasionou no enfraquecimento da educação pública e o crescimento exponencial do ensino privado. De acordo com Sguissardi (2009), como a reforma da educação residiu nas diretrizes da reforma gerencial do Estado posta em prática a partir do Plano Diretor da Reforma do Estado, de 1995. Nele se encontra os conceitos básicos tanto da reforma do aparelho do Estado, quanto das reformas pontuais que se traduzirão no capítulo “Da Educação Superior” da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), nos Decretos nº 2.207/97, 2.306/97 e 3.860/01 e em muitas Portarias e em Propostas de Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias ou Projetos de Lei como os de autonomia das universidades federais. O Plano Diretor da Reforma do Estado estabeleceu o diagnóstico dos supostos males da administração pública federal, bem como as principais diretrizes para modernizá-la. Nele foram identificados quatro setores compondo o aparelho do Estado – núcleo estratégico, atividades exclusivas, serviços não exclusivos ou competitivos, e a produção de bens e serviços para o mercado – situou as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa entre os serviços não exclusivos ou competitivos do Estado. “Convicto que, em razão do déficit público, não seria mais viável ao Fundo Público do Estado a manutenção e o Financiamento, com expansão, da educação superior e outros serviços, como saúde, pesquisa etc., propõe que as Instituições Federais de Ensino (IFES) sejam transformadas em um tipo especial de entidade não estatal, as organizações sociais” (p. 133). Com as mudanças propostas transformando as universidades públicas em organizações sociais, estas estariam sujeitas à celebração de contrato de gestão com o Poder Executivo e

contar com a autorização Legislativa para participarem do orçamento público. Essas organizações sociais seriam uma espécie de entidades públicas não estatais ou fundações públicas de direito privado.

A educação superior brasileira já vivia um quadro caótico de atraso, se acaso fosse aprovado a transformação das IFES em organizações sociais seria difícil prever o resultado. Acreditamos que dificilmente o país reverteria esse quadro. Afinal, oito anos de gestão neoliberal pregando enfaticamente a retirada do Estado e a privatização da Educação, que poderia significar o colapso do ensino público superior.

As alterações produzidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) criaram as condições para que se consiga, por exemplo, o máximo de diferenciação institucional (universidade de pesquisa, universidade de ensino, centros universitários, faculdades, institutos superiores de educação), prevendo inclusive planos de carreira por instituição em lugar de uma carreira nacional; a implantação da autonomia financeira e a diversificação de fontes de recursos que não as do fundo público; o respaldo à criação de um emprego público em substituição ao contrato de trabalho regido pelo Regime Único dos Servidores Federais.

Em 2003 teve início o governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010). Os três primeiros anos de foram marcados pelo continuísmo das políticas neoliberais do governo anterior. Não ocorreram mudanças expressivas na administração pública como um todo, apenas uma nítida continuidade das políticas anteriores. No âmbito das políticas públicas para a educação superior brasileira, o Plano de Governo para a Educação assumiu compromisso para melhorar o ensino, e podem ser resumidos em: a) promoção da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos termos constitucionais (artigo 207 da CF); consolidação das instituições públicas como referência para o conjunto das IES do país; c) expansão significativa da oferta de vagas no ensino superior, em especial no setor público e em cursos noturnos; d) ampliação do financiamento público ao setor público, revisão e ampliação do crédito educativo e criação de programa de bolsas universitárias, com recursos não vinculados constitucionalmente à educação; e, e) a defesa dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público (artigo 206, IV, da CF) (SGUISSARDI, 2009, p. 215-216).

Os compromissos do governo do Presidente Lula para a educação foram:

- a) Ampliar as vagas de forma compatível com a meta de 30% da faixa etária até o ano 2011 e atingir, no médio prazo, uma proporção de 40% das matrículas no setor público;
- b) Promover a autonomia nos termos constitucionais, incluindo a escolha dos dirigentes;
- c) Resolver a questão da desigualdade da oferta regional de vagas em áreas de conhecimento que melhor respondam às necessidades do projeto nacional de desenvolvimento;
- d) Modificar o sistema de seleção, com atenção para as minorias raciais e socioeconômicas (cotas);
- e) Substituir o sistema de avaliação vigente (Provão);
- f) Revisar carreiras e matrizes salariais de docentes e funcionários técnico-administrativo das IFES;
- g) Ampliar a supervisão, pelo poder público, da oferta e expansão dos serviços públicos de educação superior prestados pelas IES públicas e privadas, aperfeiçoar e aplicar a atual legislação sobre reconhecimento ou renovação da condição de universidade atribuída às IES públicas e privadas, com base em procedimentos definidos pelo sistema nacional de avaliação institucional, e redefinir os critérios para autorização de funcionamento de novos cursos, para reconhecimento dos cursos autorizados e em funcionamento, e para credenciamento e recredenciamento das IES;
- h) Estabelecer novo marco legal para as faculdades integradas criadas nas IES públicas, regulamentando suas atribuições na prestação de serviços, de modo a garantir seu estrito controle e o retorno dos recursos financeiros e patrimoniais auferidos em suas atividades à respectiva IES, e impedir sua utilização por interesses de indivíduos ou grupos.

A conversão dos compromissos de governo em projeto concreto de Reforma da educação transformou-se num longo processo de discussão com a comunidade acadêmico-científica, entidades de dirigentes universitários do setor público e do setor privado, entidades empresariais e de trabalhadores, e movimentos sociais urbanos e rurais até o seu encaminhamento ao Parlamento, o que perdurou praticamente todo o governo do Presidente Lula.

No que se refere aos investimentos na estrutura física das IFES brasileiras, o governo Lula instituiu em 2007 o REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (artigo 1º do Decreto nº 6.096/07), assunto tratado adiante no terceiro capítulo.

2.9 *CAMPUS* E CIDADE UNIVERSITÁRIA

O conceito de *campus* universitário remete à ideia de um território concebido com a finalidade de reunir num mesmo espaço todas as atividades acadêmicas de determinada instituição de ensino superior. Essa concepção se generalizou e se tornou bastante usual no entendimento das pessoas e no cotidiano. Todavia, a concepção do termo - *campus* – e seu emprego, há muito tempo era utilizado na Europa e nos Estados Unidos para designar o “espaço universitário”, de onde foi transportado para o Brasil, em decorrência da implantação dos primeiros *campi*.

A concepção de *campus* e de “cidade universitária” estão diretamente relacionados a contexto político, econômico e social que permeia a sociedade. O conceito de *campus* está ligado à forma espacial ou territorial, enquanto que o conceito de cidade universitária se relaciona à função que o espaço universitário desenvolve.

Durante a pesquisa, não encontramos registros sobre as discussões envolvendo o modelo de *campus* que se pretendia para as primeiras universidades brasileiras, ao que tudo indica, havia apenas a preocupação em se constituir o território universitário. O *campus* traz a ideia de um ambiente isolado, e “distante” da sociedade. Já a cidade universitária parece ser mais aberta, e próxima da sociedade.

A ideia de cidade universitária se opõe à ideia de *campus* por simbolizar a abertura, a liberdade, a democracia, e por permitir um diálogo permanente com toda a sociedade, mediado pela oferta de serviços, sendo estes uma forma de aproximação e de interação com a sociedade e, principalmente com a comunidade do entorno.

Retomando as discussões anteriores, o modelo das universidades americanas se difundiu pela América do Sul, especialmente no Brasil, em razão da hegemonia que aquele país representava juntos aos organismos internacionais, como no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através da política de financiamento da expansão física das instituições universitárias dos países em desenvolvimento.

De acordo com Cunha (2010), as mudanças ocorridas no ensino superior brasileiro na década de 1960 resultam na fragmentação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; e, na substituição das faculdades, escolas e institutos pelos centros foi o mais importante elemento da reestruturação das universidades brasileiras, especialmente das públicas. O autor aponta que a combinação desses elementos com a Reforma Universitária foi marcada pela reiterada tentativa de criação do *teacher's college*¹³ nas instituições brasileiras de ensino superior e na reestruturação de seu território. Em decorrência dessas mudanças na educação brasileira e na reestruturação em andamento no país, o modelo das universidades americanas foi adotado na implantação dos nossos primeiros *campi* universitários.

A reestruturação do espaço institucional de algumas universidades brasileiras se deu em decorrência das faculdades estarem localizadas em diversos pontos das cidades e precisarem ser transferidas para os *campi*, em geral, situadas nas periferias urbanas, quando não fora delas. No campo da educação, durante a década de 1960 o Brasil viveu o período mais restritivo de sua história. A primazia do governo centralizador não permitia alternativa de gestão a não ser a imposta pelo Regime Militar. Por essa razão, Cunha, (2010, p. 182), acredita que “fosse outro o contexto político, talvez o modelo espacial dos *campi* não tivesse alcançado a hegemonia tão rapidamente ou até fosse derrotado por outras soluções”.

Ainda de acordo com o mesmo autor, a principal argumentação que justificava a indispensabilidade do *campus* destacava a condição espacial para que os objetivos econômicos da reforma universitária fossem alcançados, elas consistiram da eliminação da duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes e, da minimização do custo médio da matrícula adicional, num ensino superior em rápida expansão.

A aceitação do modelo norte-americano de *campus* pelo governo brasileiro se deu pelas vias da cooperação internacional na área da educação entre os dois países. Mediado por uma relação de dependência financeira, do primeiro sobre o segundo, bem como pela intenção do governo militar manter o “controle” sobre as universidades brasileiras. Nesse sentido, o

¹³ Nesse modelo, calcado na universidade norte-americana, os candidatos ao magistério, qualquer que fosse a matéria que pretendessem lecionar, ingressariam no *teacher's college* e só procurariam as unidades especializadas para cursar as poucas disciplinas de conteúdo científico ou artístico. Desde o Estatuto de 1931, o modelo brasileiro da licenciatura, isto é, dos cursos superiores que visam formar professores para o ensino secundário, consiste na colaboração entre os institutos especializados e a seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sendo que o lugar desta última foi ocupado pelas Faculdades, Centros ou Departamentos de Educação após a reforma universitária de 1968. Depois de quatro anos de bacharelado nos cursos de Matemática, de Física, de Química, de Biologia, de Filosofia, de Ciências Sociais etc., os estudantes cursam um ano de disciplinas didático-pedagógicas. Em certas instituições, essas disciplinas tem sido cursadas ao longo do bacharelado. Em algumas universidades, certos cursos apresentam maiores exigências para o bacharelado do que para a licenciatura.

modelo de *campus* se impôs como alternativa única e se firmou com sucesso, na década de 1960.

As insistentes recomendações dos consultores norte-americanos sobre as vantagens do campus suburbano resultaram não só do fato de que esse era o modelo que eles conheciam e valorizavam em seu país, como, também, de que o consideravam adequado para eliminar ou atenuar o que julgavam ser a excessiva politização dos estudantes das universidades brasileiras. Esse modelo foi reconhecido como adequado e logo apoiado pelas fontes de financiamento internacional (com hegemonia norte-americana), mas, foi, sobretudo, a receptividade que tal concepção encontrou no Conselho Federal de Educação e nas Reitorias das Universidades que determinou seu sucesso, (CUNHA, 2010, p. 183). *O grifo é nosso.*

O autor chama atenção, também, para as mudanças de concepção entre as universidades públicas e privadas sobre *campus*: “enquanto o *campus* segregado e excluído passou a ser a regra para as universidades públicas em todo o país, as universidades privadas faziam justamente o contrário”. Assim, ao mesmo tempo em que as universidades públicas abandonavam os centros urbanos, as universidades privadas expandiam aí suas instalações.

Foi nesse contexto político e econômico que emergiu o espaço institucional da UFPA na década de 1960. A área do *campus* encontra-se localizada na periferia urbana de Belém, é uma área pública, de acesso livre aos seus espaços comuns e de acesso controlado às áreas privativas ao corpo técnico e docente.

A cidade universitária da UFPA resultou da mudança de nome do *Campus* do Guamá para Cidade Universitária Professor José da Silveira Netto, em uma homenagem realizada no dia 28 de dezembro de 2007, pelo reitor Alex Fiúza de Mello, durante o Cinquentenário da Universidade Federal do Pará, ao fundador do então *Campus* Pioneiro do Guamá com a inauguração de um monumento com o busto do ex-reitor (ver figura 1).



Figura 1 – Homenagem ao fundador do Campus Universitário do Guamá Prof. José da Silveira Netto. Fonte: Jacilino. Barbosa, 2012.

Para efeito de organização, planejamento e gestão a UFPA não assume a “cidade universitária” como unidade administrativa. Para esta finalidade o seu Estatuto a reconhece como universidade *multicampi* (Art. 1º, § 2º) e se estrutura em *campi*. O *campus* é uma unidade regional da Universidade instalada em determinada área geográfica, com autonomia administrativa e acadêmica (Art. 26). O *Campus* poderá ser constituído de Unidades Acadêmicas, de Unidades Acadêmicas Especiais e de Órgãos Suplementares, que se organizarão na forma regimental (Art. 28). São Unidades Acadêmicas: os Institutos e os Núcleos.

3 ESPAÇOS INSTITUCIONAIS EM BELÉM (PA)

3.1 URBANIZAÇÃO, EXPANSÃO URBANA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO

A urbanização é um fenômeno mundial. Todavia, por extensão, não representa um fenômeno totalizante, haja vista que não atinge a todas as nações de forma homogênea. Este processo se intensificou na Europa a partir da chamada Revolução Industrial, em meados do século XVIII. Com a expulsão do homem do campo à cidade a fim de suprir de mão de obra a indústria nascente. Sposito (2010, p. 55) afirma que “a cidade recebeu diretamente as consequências do rápido crescimento populacional imprimido pela Revolução Industrial, e sofreu, em nível de estruturação de seu espaço interno, muitas transformações”. A autora assegura ainda que o rápido crescimento populacional gerava uma procura por espaço, e por outro lado o crescimento territorial das cidades no século XVIII e na primeira metade do século XIX estava restrito a um determinado nível, além do que ficava impossível percorrer a pé as distâncias entre os locais de moradia e trabalho. Ou seja, o crescimento populacional não podia ser acompanhado em seu ritmo pelo crescimento territorial.

As cidades pós-Revolução Industrial desempenharam cada vez mais seus papéis a partir da posição que ocupavam na rede urbana, da magnitude de suas relações econômicas, da quantidade de capital ali acumulado (o que quer dizer, inclusive, da infra-estrutura ali existente para dar sustentação à reprodução deste capital), da sua condição ou não de centro de decisões numa economia que não tinha mais por base o espaço local ou regional, mas ao contrário, propunha como meta romper as barreiras nacionais. (SPÓSITO, 2010, p. 54).

A partir da Revolução Industrial as cidades passaram a enfrentar os problemas urbanos decorrentes do acelerado processo de crescimento industrial, ocasionando mudanças na estrutura social e nas relações de trabalho e moradia.

“O crescimento das cidades tornou centro a área antes compreendida por todo núcleo urbano, formando-se ao seu redor uma faixa nova considerada a periferia” (SPÓSITO, 2010, p. 56). Periferia para a autora é entendida como uma espécie de território livre da iniciativa privada, onde surgiram bairros de luxo (para abrigar os ricos emigrados do centro), bairros pobres (onde moravam mais assalariados e recém-emigrados do campo), unidades industriais maiores, depósitos.

Contribuiu para este crescimento das cidades, que denotava uma desordem muito grande na paisagem e na malha urbana, o fato de que houve um abandono das formas de controle público sobre o espaço construído. O Estado não elaborava mais planos, nem regulamentos, e nem fiscalizava as formas pelas quais a cidade vinha sendo produzida. Ele próprio passou a ser um especulador, vendendo muitos terrenos públicos para pagar suas dívidas. A classe dominante aproveitou para realizar seus investimentos imobiliários. (SPÓSITO, 2010, p. 56). *O grifo é nosso.*

A urbanização nos países ricos industrializados acompanhou a Revolução Industrial enquanto que a nos países pobres ou em desenvolvimento, como de alguns países latino americanos, houve a industrialização tardia. O que no entendimento de Santos (1980) poder-se-ia dizer que nos países subdesenvolvidos encontra-se em face de uma urbanização demográfica, enquanto nos países industrializados a urbanização seria principalmente tecnológica ou econômica. Assim, podemos dizer que a diferença na urbanização dos países pobres e dos ricos está essencialmente no aspecto demográfico.

Desse modo, entendemos que a urbanização é muito mais ampla do que o simples aumento demográfico das cidades. Podendo verificar que quanto maior é o seu desenvolvimento econômico, maior também o seu poder de atração e expansão da malha urbana e, conseqüentemente maior urbanização. Daí advém a constatação de que a urbanização não acontece de forma homogênea em todo mundo, apresentando disparidades econômicas, sociais, políticas e culturais internas e externas entre as áreas urbanas.

No Brasil, o crescimento das cidades ainda é considerado um fenômeno recente, oriundo, sobretudo, do processo de industrialização e urbanização. Esta última resultante do êxodo rural, migração do campo para a cidade, ocasionando nas desigualdades econômicas e sociais – arcadamente nas grandes metrópoles, provocando assim o surgimento de cidades desordenadas e descontínuas. Desta forma, fica evidente que a migração se constituiu em um dos fatores determinantes do crescimento urbano.

Para Santos (2009, p. 179), até a década de 1940 a população da maioria das cidades brasileiras era tida como rural. Já a partir da década de 1970, conforme censo do IBGE, a população brasileira tornou-se mais urbana e, desde então não houve regressão nas taxas de urbanização, chegando a exorbitante taxa de 81% no ano 2000, como demonstram os resultados obtidos pelo IBGE através do censo do mesmo ano. Atualmente fala-se em uma taxa de urbanização de 83 a 84%, tendo em vista as estimativas de crescimento populacional no Brasil.

A urbanização das principais cidades na Amazônia se deu recentemente. De acordo com Oliveira (2008, p. 17-18), o processo de urbanização na Amazônia surge a partir do século XIX com a exploração do látex quando se intensificou a ocupação por população não indígena da parte oriental da Amazônia. Para o autor, a urbanização que acontece a partir de 1940 não supera uma das principais características da localização das cidades na Amazônia: a dispersão e a concentração. No período a partir de 1970, as duas principais capitais amazônicas Manaus e Belém já concentravam a maior parcela da população urbana, sendo 32,7% e 29,2%, respectivamente, da população do estado.

Apenas para efeito comparativo da urbanização na Amazônia, Oliveira destaca que Manaus, aumentou esse índice, em 1980 para 44,3%, atingiu 48% em 1991 e apresentou aumento em 2000, para 49,9%. Já Belém concentrou 28,31% na região metropolitana em 1991 e teve ligeiro crescimento para 29% em 2000 (p.18).

Trindade Jr. (1998) ao se referir à urbanização concentrada¹⁴ assegura que ela desempenha papel fundamental no conjunto do processo de urbanização. Ele afirma que a importância do Estado foi fundamental e por meio do incentivo ao surgimento de novas atividades e da criação de um número crescente de instituições vinculadas à nova dinâmica regional viu aumentar a concentração populacional nas capitais da Amazônia, configurando, em alguns casos, um processo de metropolização. Corrêa citado por Trindade Jr (1998, p. 54) ao discorrer sobre urbanização destaca que:

A urbanização concentrada reflete, de um lado, o papel do Estado através da criação nas capitais de um número crescente de instituições vinculadas às novas atividades implantadas e em implantação na região. Trata-se de numerosos órgãos da administração direta, fundações e empresas estatais ligadas à gestão daquelas atividades. Focos da vida econômica, política e administrativa, as capitais constituem pontos de atração de empresas privadas não apenas diretamente vinculadas às atividades regionais, mas também aos serviços e comércio para a população urbana. Todas essas atividades implicam um ponderável mercado de trabalho que justifica, em parte, o crescimento demográfico concentrado...

“A concentração urbana nas cidades capitais, que se acelerou a partir da década de 1960, foi responsável por definir o processo de metropolização, ao mesmo tempo em que contribuiu para a desestruturação da rede urbana...” (TRINDADE JR. 1998, p. 54).

¹⁴ Trindade Jr. (1998) entende o crescimento das grandes cidades, especialmente das capitais dos estados amazônicos, que nas últimas décadas aglutinaram percentual significativo da população regional.

Ainda no início do século XX a cidade de Belém do Pará possuía em torno de 80.000 habitantes. Em pouco menos de vinte anos, passa para uma população de aproximadamente 200.000 habitantes, em 1919 (BORDALO, 2006, p. 179). Estes números expressam o acelerado crescimento urbano pelo qual a cidade viveu no decorrer do século passado e, se intensificou com a integração da Amazônia pelas rodovias, ao centro-sul do país a partir da década de 1950. A expansão urbana pela qual a cidade viveu, sofreu as consequências da institucionalização dos espaços na década de 1940, quando o Estado selecionou e se apropriou de imensas áreas de terras para a instalação de suas instituições públicas.

Até a década de 1920 a cidade não se restringia apenas às áreas altas localizadas próximo ao centro, as terras mais distantes que acompanhavam os trajetos das antigas “Estradas Reais”, onde eram encontradas as “Rocinhas”, também foram ocupadas pela população mais abastadas, configurando uma segregação sócio-espacial. Outras áreas foram planejadas, para que servissem à expansão urbana, como o caso do bairro do Marco da Léguas, que era cortado pela Av. Tito Franco e pela estrada de ferro Belém – Bragança (BORDALO 2006 , p.179).

Essa rápida expansão urbana está relacionada ao diferenciado nível de desenvolvimento econômico e demográfico, e pela crescente industrialização e urbanização dos países em desenvolvimento (BORDALO, 2006, p.174).

O processo de expansão se intensificou durante a década de 1950 fazendo com que a população pobre passasse a ocupar as áreas de baixada da cidade, aonde predominava o exercício de atividades agropastoris. Tais áreas eram poucas valorizadas em função da distância entre o centro comercial e a sua localização. Os principais ocupantes das áreas de várzea eram migrantes, provenientes do interior do estado, que tentavam reproduzir na sua nova morada um pouco do modo de vida do interior. Vivendo em construções sobre palafitas e se deslocavam sobre estiva, uma espécie de ponte ligando a “casa” à rua.

A ocupação e apropriação dos terrenos não se realizaram sem conflitos entre as pessoas que se diziam proprietários da terra e os novos ocupantes, muito embora o estado se prontificasse a servir de mediador, promovendo inclusive, indenizações aos que se diziam proprietários (TRINDADE JR. 1993). Para Mourão (1987) citado por Trindade Jr. (1993), a fase mais intensa dos conflitos correspondeu ao período que vai de 1960 a 1980.

A expansão da cidade a partir do limite da Primeira Légua Patrimonial de Belém produziu resultados positivos e negativos para a metrópole. Se por um lado a limitação provocada pela criação dos espaços institucionais induziu à ocupação das baixadas, por outro lado, permitiu a proteção de importantes áreas verdes, que foram preservadas e hoje oferecem serviços à população como o manancial do Utinga (Abastecimento de água para o consumo da população) e os parques ambientais e as áreas de preservação ambiental (serviços ambientais).

De acordo com Bordalo (2006), somente a partir da segunda metade dos anos 70, foi que a expansão urbana de Belém rompeu e ultrapassou, definitivamente, o cinturão institucional expandindo-se pelo eixo da rodovia Augusto Montenegro até o Distrito de Icoaraci, e pela BR-316, até o Município de Ananindeua. Inicialmente, essa expansão ocorreu dentro de uma forma planejada, com a construção de conjuntos habitacionais, mas nas décadas seguintes (1980 e 1990), verificou-se um agravamento da crise econômica, política e habitacional, que favoreceu o grande número de assentamentos “espontâneos”, muitos deles em terrenos públicos e privados, conhecidas localmente como as “áreas de invasões” (p.189). O espaço patrimonial da UFPA também foi alvo desse fenômeno urbano, tendo parte de sua área ocupada por diversas famílias de baixa renda nas décadas de 1980 e 1990 (figura 2).



Figura 2 - Invasão em área da UFPA. Fonte: Acervo UFPA (s/d)

No que tange às transformações urbanas, ocorridas nas últimas décadas na Região Metropolitana de Belém (RMB), foram realizados alguns estudos, trazendo avanços significativos na pesquisa urbana, como: o Plano de Estruturação Metropolitana (PEM) de 1980, e a sua reavaliação em 1992; o Plano Diretor de Transporte Urbano de Belém (PDTU) de 1991, o Plano Diretor Urbano de Belém (PDU), de 1993; o Plano Diretor de Mineração em Áreas Urbana (RMB) de 1995; e a Tese de Doutorado do geógrafo Saint-Clair Trindade Jr, de 1998 (BORDALO, 2006, p.189).

Nesses estudos sobre o uso do solo foram definidos para a RMB três tipos de classificação para área urbana: (1º) a área urbana central ou consolidada; (2º) área urbana de transição; (3º) e a área de expansão urbana, esta última, mais recentemente, já incorporando as terras dos Municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara, enquadrando assim, os novos municípios integrantes da Atual Região Metropolitana de Belém (ARMB), criada em 1995 (BORDALO, 2006, p.189,).

A produção do espaço urbano é muito complexa por se tratar de uma relação de difícil consenso. Esta envolve a ação de vários agentes sociais produtores do urbano, dos quais o Estado se constitui no principal agente da produção do espaço, conforme assinala Corrêa (2002). Para o autor, os agentes sociais são os seguintes: a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado; e e) os grupos sociais excluídos.

Notadamente, a ação de cada um desses agentes não ocorre de forma isolada e estanque. A complexidade das relações se constitui num verdadeiro campo de forças, onde cada agente visa o seu objetivo, mesmo que para isto tenha que remover ou superar obstáculos impostos nas relações de uso e troca do solo urbano.

Os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais são, em razão das suas atividades, os grandes consumidores do espaço. Estes necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas. Para estes, a terra urbana tem um duplo papel: o de suporte físico e o de expressar diferencialmente requisitos locacionais específicos às atividades.

Os conflitos que envolvem a participação deste agente tendem a ser, em princípio, resolvidos em favor dos proprietários dos meios de produção, que no capitalismo, comandam a vida econômica e política. Na maioria das vezes “a solução desses conflitos se faz através de pressões juntos ao Estado para realizar desapropriações de terras, instalação de infraestruturas

necessárias às suas atividades e para a criação de facilidades com a construção de casas baratas para a força de trabalho” (p. 14).

Já os proprietários fundiários atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades. Eles estão interessados na conversão da terra rural em urbana, ou seja, tem interesse na expansão do espaço da cidade na proporção em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. O que significa que estão mais interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso. Estes, também, a exemplo dos proprietários dos meios de produção, podem exercer pressões junto ao Estado, especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis de uso do solo e do zoneamento urbano. Esta pressão não é uniforme, e nem beneficia todos os proprietários fundiários. Os mais poderosos poderão até mesmo ter suas terras valorizadas através do investimento público em infraestrutura, especialmente a viária.

A propriedade fundiária da periferia urbana, principalmente das grandes cidades, constitui-se um alvo dos proprietários de terras. Isto se deve ao fato de estar ela diretamente submetida ao processo de transformação do espaço rural em urbano. “As possibilidades dessa transformação são dependentes de um confronto entre as rendas a serem obtidas com a produção agrícola e com a venda de terras para fins urbanos” (p. 16).

Os promotores imobiliários são aqueles agentes que realizam as operações relacionadas:

- a) Incorporação, - operação chave da promoção imobiliária;
- b) Financiamento, visando à compra do terreno e a construção do imóvel;
- c) Estudo técnico, visando verificar a viabilidade técnica da obra dentro de parâmetros definidos pelo incorporador e à luz do código de obras;
- d) Construção ou produção física do imóvel; e
- e) Comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, acrescido de lucros.

Estas operações originam diferentes tipos de agentes concretos, incluindo o proprietário construtor do terreno, as firmas exclusivamente incorporadoras, outras que incorporam e constroem e aquelas que concentram em suas mãos todas as operações. (p. 20)

“O Estado capitalista desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. Essa multiplicidade decorre do fato de o Estado constituir uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam” (CORRÊA, 2011, p. 45). Para o autor, e baseado em Samson (1980), a atuação do Estado insere-se no contexto econômico, político e

social de cada momento da dinâmica socioespacial da região em que se situa. E, que de acordo com o mesmo autor, o leque de possibilidades de ação do Estado, inclui, entre outras, as seguintes:

- a) Estabelecer o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e uso do espaço;
- b) Taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas: diferenciais espaciais dessa taxaço refletem e condicionam a diferenciação socioespacial no espaço urbano;
- c) Produzir as condições de reprodução para outros agentes sociais, como vias de tráfego, sistemas de energia, água e esgoto sanitário, assim como o próprio espaço físico da cidade, por meio de obras de drenagem, desmonte e aterramento;
- d) Controlar o mercado fundiário, tornando-se, sob certas condições, proprietário de glebas que poderão ser permutadas com outros agentes sociais;
- e) Tornar-se promotor imobiliário, investindo na produção de imóveis residenciais em determinados locais do espaço intraurbano para determinados grupos sociais – esta ação tende, via de regra, a reforçar a diferenciação interna da cidade no que diz respeito à segregação residencial;
- f) Tornar-se produtor industrial, interferindo assim na produção do espaço, por meio da implantação de unidades fabris, e dos impactos, em outras áreas, próximas ou longínquas, de suas instalações industriais: conjuntos habitacionais, loteamentos populares e favelas são criados, em parte, em decorrência das indústrias do Estado, cuja ação interfere na divisão econômica do espaço e na divisão social do espaço da cidade.

O autor relata que essa multiplicidade de papéis do Estado se efetiva na escala da rede urbana. E, tanto nessa escala como na do espaço intraurbano estabelecem-se relações com outros agentes sociais, empresas industriais e de consultoria, bancos, empreiteiras, universidades e proprietários de terra. “Nessas relações entram em jogo mecanismos de negociação, cooptação e clientelismo, aos quais a corrupção não é estranha” (CORRÊA, 2011. p. 46).

É preciso considerar que a ação do Estado se processa em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal. Cada um destes níveis sua atuação muda. Vale ressaltar, todavia, que é no âmbito municipal que os interesses dominantes se tornam mais evidente, posto que a municipalidade foi constitucionalmente revestida de muitos poderes para a condução da gestão do espaço urbano.

Para Corrêa (2011), os grupos sociais excluídos constituem-se de parcela da população que não possui acesso a bens e serviços produzidos socialmente como, por exemplo, de habitação. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo, ou seja, exclui aquele que não possui renda para pagar um aluguel decente ou até mesmo para a compra de um imóvel.

Os grupos sociais excluídos têm como possibilidades de moradia os cortiços localizados próximos ao centro da cidade, velhas residências que no passado serviram de habitação às elites e que se acham degradadas e subdivididas, a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado e a favela (p. 30).

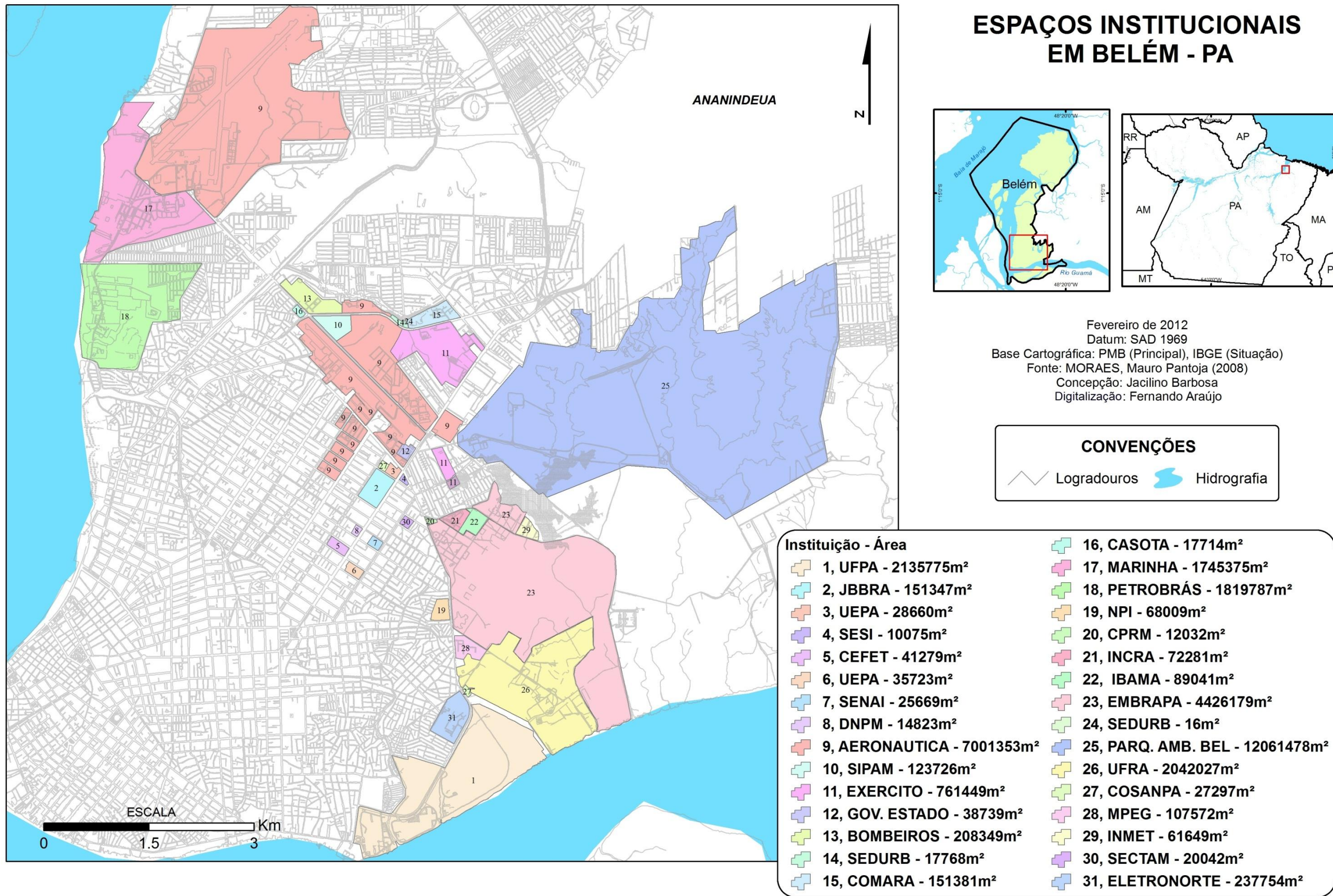
Ainda de acordo com Corrêa é na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes, A produção desse espaço é uma forma de resistência e ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência. “Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade” (CORRÊA, 2011, p. 30).

3.2 A FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS EM BELÉM (PA)

O início da formação dos espaços institucionais na capital paraense data da década de 1940, do século XX (Segunda Guerra Mundial) quando foi criada, ao longo da Primeira Léngua Patrimonial do Município de Belém, “uma zona em que foram instaladas inúmeras instituições públicas civis e militares, formando um arco que vai da foz do igarapé Tucunduba no Rio Guamá, até a foz do igarapé Val-de-Cães na Baía do Guajará” (BORDALO, 2006).

Atualmente, os principais espaços institucionais identificados em Belém correspondem a cerca de 4.000 ha, pertencentes a diversas instituições civis e militares como às Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica, Universidade Federal do Pará (UFPA),

Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), Companhia das Docas do Pará (CDP), Empresa de Navegação da Amazônia S/A (ENASA), Aeroporto Júlio César, Rede Celpa, Aeroporto Internacional de Belém (Val-de-Cães), Estádio de Futebol Alacid Nunes, Museu Paraense Emílio Goeld (MPEG), Eletrobrás/Eletronorte, Polícia Militar, Centro Administrativo do Governo do Estado do Pará, Central de Abastecimento do Estado (CEASA) e outras. Nota-se através do mapa 04 e de dados fornecidos em outros estudos que a dimensão espacial dos espaços institucionais, no contexto da totalidade do espaço metropolitano de Belém, quando comparamos sua área com a da primeira légua patrimonial de Belém (4.110 ha) verificamos que elas se equivalem em termos de tamanho, de fato, a segunda área dispõe de pouco mais de 100 hectares a mais do que a primeira. Significa dizer que as áreas que constituem os espaços institucionais são mais expressivas numericamente que os espaços contidos na primeira Légua Patrimonial da cidade. Daí decorre a importância do enfoque abordado neste estudo. A rigor, o processo de desmembramento e formação desses espaços institucionais persiste até os dias atuais, não nos moldes ocorrido no início da década de 1940, como demonstraremos ao longo deste capítulo.



Mapa 4 – Espaços Institucionais em Belém

As tipologias de instituições são as mais variadas: civis, militares, científicas, de pesquisa, ensino, recreativas, administrativas, e outras.

Na parte superior do semicírculo do Cinturão Institucional, sentido norte, que era cortado ao meio pela Av. Almirante Barroso e pela Estrada de Ferro Belém – Bragança, indo até as margens da Baía do Guajará, foram instalados o Batalhão de Infantaria e Selva de Belém, do Exército; a Base Aérea de Belém, da Aeronáutica; a Base Naval de Belém, da Marinha; os estaleiros e diques da Empresa de Navegação da Amazônia S/A (ENASA); e a Usina Termoelétrica de Miramar (BORDALO, 2006), o Centro Administrativo do Governo do Estado do Pará e outros.

Na parte inferior do semicírculo do Cinturão Institucional, sentido sul, em direção ao Rio Guamá, foram instalados a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), EMBRAPA, Universidade Federal do Pará (UFPA), Eletronorte/Eletrobrás, Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), o Museu Paraense Emílio Goeld (MPEG), Central de Abastecimento do Estado (CEASA), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do INEMET.

O processo de desmembramento de áreas e formação dos principais espaços institucionais, o chamado “cinturão institucional¹⁵”, teve início com a desapropriação de terras do antigo Engenho Murutucum para a implantação do Instituto Agrônomo do Norte (IAN), em 1939, com uma área de 3.000 ha, e outra parte para o Exército Brasileiro, onde já existia o antigo armazém da pólvora, às margens do Rio Aurá (BORDALO, 2006, p. 199).

Em 1943, o Instituto Agrônomo do Norte (IAN) foi transformado em Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN), servindo-se de sua área para o desenvolvimento de diversas pesquisas experimentais, em área de terra-firme e de várzea.

Ainda nesta década, a construção de um grande dique, de 6 Km de extensão, para a contenção das águas do rio Guamá e ensecamento das várzeas adjacentes, acompanhando a orla do rio desde as proximidades do igarapé Pedreira do Guamá até o igarapé de Arsenal, pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), propiciou uma valorização maior das áreas alagáveis da referida orla e, principalmente, depois da construção, sobre o dique, da Estrada Nova (hoje, avenida Bernardo Sayão). Tal fato desencadeou, a partir da década de 50, uma série de apropriações e aterramentos nas áreas atravessadas pelo dique e a conseqüentemente instalação de indústrias, serrarias e pontos comerciais, atraídos não só pela valorização das terras, mas também pela oportunidade de possuírem seus trapiches particulares na beira do rio, facilitando o embarque e desembarque

¹⁵ Trindade Jr. (1993), Ferreira (1995) e Bordalo (2006)

de mercadorias, ficando então a visão do rio completamente obstruída. Hoje, estão instalados, na Avenida Bernardo Sayão, às proximidades do *Campus* Universitário do Guamá e do trecho meridional da várzea do Tucunduba, o Novotel, várias serrarias, bares, uma fábrica de beneficiamento de castanha e outros estabelecimentos comerciais e industriais de pequeno porte (FERREIRA, 1995).

De acordo com Ferreira (1995), até o final da década de 1960, as várzeas ou baixadas periféricas ao centro de Belém não se constituíam ainda em espaços efetivamente ocupados. Eram áreas destinadas, desde o início do século, a atividades agropastoris aonde era proibida a prática de construção de estábulos e pastoreio de gado em lugares centrais já muito povoados, sendo designados para isso os subúrbios de Belém. Para a autora, o destino das baixadas fora selado pela política de saneamento implementada pelo estado na Intendência do Senador Antonio Lemos que proibia a prática de construção de estábulos e pastoreio de gado em lugares centrais da cidade, sendo designados para isso os subúrbios da capital.

Em 1951, parte da área pertencente ao IPEAN foi desmembrada e doada para a Escola de Agronomia da Amazônia – transformada posteriormente em Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), atual Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), que visava à formação de profissionais nas áreas florestal, agrícola e veterinária.

No entendimento de Bordalo (2006), a criação do Cinturão Institucional provocou ao longo dos anos cinquenta, o início de uma série de alterações no crescimento da malha urbana da cidade, que até então, vinha se expandindo, horizontalmente, pelas terras altas (terraços e tabuleiros), evitando o contato com as áreas alagadas (as várzeas), que eram destinadas à criação de gado leiteiro e a pequena produção agrícola, sendo conhecidas como as “vacarias”.

Trindade Jr. (1998), corrobora ressaltando que até a década de 1950, a cidade apresentava uma clara tendência à não ocupação de suas áreas de baixadas, consideradas insalubres, sem infraestrutura, ainda que centralizadas no conjunto do espaço construído. Para o autor, priorizou-se, a ocupação dos terrenos de cotas mais elevadas. E que “tal tendência conferiu à cidade, por muito tempo, uma malha urbana irregular, ajudada pela implantação das áreas institucionais...”.

De acordo com Trindade Jr. (1993), os estudos que tratam das baixadas¹⁶¹⁷ de Belém procuram defini-las como sendo trechos do sítio urbano cujas curvas de nível não

¹⁶ Essa denominação decorre das condições topográficas originais de certas frações da área urbana de Belém, correspondentes ao nível da planície de inundação, constantemente alagadas ou sujeitas a inundações durante determinadas épocas do ano e que chegavam a compor cerca de 40% do sítio urbano, correspondente hoje à área

ultrapassam a cota quatro, e que chegam a compor cerca de 40% da área mais valorizada da cidade, ou seja, a área correspondente à primeira légua patrimonial¹⁸.

Ademais, o autor define as baixadas como áreas inundadas ou sujeitas às inundações – decorrentes, em especial, dos efeitos das marés – e ficaram conhecidas, principalmente a partir da década de 1960, por serem espaços de moradia das camadas sociais de baixo poder aquisitivo. Ainda do ponto de vista analítico o autor levanta uma questão ao considerar as baixadas como integrantes do espaço urbano de Belém.

... Como espaços sociais que são, pois estão inseridas na divisão econômica e social do espaço da cidade, a definição de baixadas tratada em nosso estudo, extrapola o simples significado geomorfológico. Inclusive porque alterações substanciais têm ocorrido nessas áreas, devido à construção de canais, tratamento urbanístico, aterros, etc, estabelecendo um novo perfil a essas frações do espaço urbano, seja no sentido fisiográfico, seja no caráter de uso do solo e da apropriação das mesmas pelas diversas atividades e camadas sociais.

Ainda na análise de Trindade Jr, (1993), há autores que costumam identificar as baixadas a partir de certas características que se remetem às condições sócio-econômicas de seus moradores, ou ainda, das condições de insuficiência e precariedade dos serviços e equipamentos urbanos comunitários e deficiências de infraestrutura:

A população dessas áreas caracteriza-se pela falta de qualificação profissional, e baixo nível sócio econômico, enfrentando, conseqüentemente, sérios problemas de empregos e subempregos, crescendo-se a isso o grande número de elementos que compõem os grupos familiares residindo em reduzidos cômodos habitáveis, sem condições de higiene e conforto, refletindo-se essa situação na saúde da comunidade...

As baixadas da cidade de Belém poderiam ser descritas como:

- 1) Áreas de habitação subnormal desordenadamente distribuídas e que obstruem, não raro, o escoamento hídrico, em face do deficiente sistema de macro drenagem existente;

mais adensada do espaço urbano (Trindade Jr. 1997). Um atributo desses espaços é que passaram a desfrutar, no contexto metropolitano, de uma localização privilegiada, relativamente próxima ao núcleo central da metrópole (TRINDADE JR. 1998).

¹⁷ A Prefeitura Municipal de Belém considera baixada toda área topográfica de 4m e abaixo de 4m, corresponde à planície inundável (CODEM 1986 *apud* FERREIRA, 1995)

¹⁸ Área de terra de aproximadamente uma légua (contada a partir do marco de fundação da cidade) doada em 1627 pelo Governo da Província do Maranhão ao Conselho Municipal de Belém, ficando, a partir desse momento, sob o *Jus Domini* do Governo do Município. O limite da primeira légua é o atual bairro do Marco, assim chamado por ter sido nele onde foi fixado o marco desse limite (Avenida Almirante Barroso com a Avenida Dr. Freitas) (TRINDADE JR, 1993).

- 2) Com um sistema viário deficiente, o que impossibilita o desenvolvimento do tráfego normal da cidade e prejudica os serviços de transporte coletivo destinado ao atendimento dessas populações;
- 3) A circulação interna de pedestres, nas áreas de baixadas, se faz de forma precária, em geral através de estivas de madeira quase sempre em péssimo estado de conservação;
- 4) O transporte coletivo que atende às baixadas se limita a circular, dada a falta de condições para tráfego interno, em sua periferia, obrigando os moradores de tais áreas a realizar, por vezes, grandes deslocamentos diários, a pé, até os pontos de ônibus;
- 5) A impossibilidade de implantação de sistema de água potável, de esgotos sanitários e de coleta de lixo;
- 6) A impossibilidade de distribuição de energia elétrica através de redes de alta tensão, e por fim;
- 7) Há carência de equipamentos urbanos de educação e saúde, o que obriga o deslocamento da população que deles necessita, para áreas de cotas mais altas.

Constata-se pelo exposto, o quadro geral de grande carência e de precariedade das condições de vida da população residente nas áreas de baixadas. (BELÉM, 1986 *apud* TRINDADE JR, 1993).

Do ponto de vista da organização espacial da cidade, a partir do estabelecimento dos espaços institucionais, restaram poucas alternativas para a população que migrava do campo para a cidade em busca de oportunidades (êxodo rural), restando apenas a ocupação das áreas periféricas, ou seja, sobretudo, das áreas rurais e de várzea localizadas para além do marco da primeira légua patrimonial de Belém, contribuindo desse modo para o aumento do quadro de segregação sócio-espacial.

Ferreira (1995), Trindade Jr (1998), Marques (2001) e Bordalo (2006) acreditam que a existência de um cinturão institucional em Belém, foi decisiva para a indução do processo de apropriação e ocupação das baixadas, em face da obstrução à expansão urbana no limite da Primeira Légua Patrimonial, ocasionando a escassez de terras de cotas elevadas.

... quando a população mais rica iniciou o processo de verticalização, a classe média de baixo poder aquisitivo passou a ocupar as inúmeras passagens e vilas que foram surgindo nas áreas mais altas, restando a ocupação das antigas vacarias, localizadas nas várzeas, pela população local pobre e dos migrantes sem emprego, vindos do interior do estado. Essas áreas de várzea que foram sendo ocupadas, localizadas principalmente às margens do Rio Guamá, e das bacias dos igarapés do Una, Galo, Quintino, Estrada Nova e Tucunduba, sendo essas moradias feitas de madeira e sob estivas, formando grandes favelas denominadas localmente de “baixadas” (BORDALO, 2006).

A presença dos grandes terrenos institucionais configura a existência de grandes vazios urbanos¹⁹ devido à pouca ocupação e baixa densidade que caracterizam esses espaços institucionais (TRINDADE JR, 1998).

Para Bordalo (2006) a criação do “Cinturão Institucional” formou um verdadeiro arco de isolamento à expansão urbana da cidade, onde a presença de instituições governamentais civis e militares impôs um modelo de ocupação institucional de baixo impacto em relação ao nível de proteção ambiental da área dos mananciais.

Se por um lado, o cinturão institucional limitou a expansão urbana de Belém, por outro, auxiliou na proteção de importantes áreas e de recursos naturais essenciais para a manutenção da vida na metrópole. Um exemplo para ilustrar essa afirmativa é a existência do Parque Ambiental de Belém, área onde se encontra o principal manancial que abastece parte da RMB – o manancial do Utinga, formado pelos Lagos Bolonha e Água Preta.

Na cidade de Belém, as práticas de produção do espaço não têm promovido a melhoria da qualidade de vida. Pelo contrário, continua expulsando as famílias de baixo poder aquisitivo para áreas cada vez mais distantes da cidade, sem infraestrutura (TRINDADE JR, 1998).

Até a década de 1970, o processo de ocupação das áreas de várzea foi se intensificando em decorrência da ocupação pela população mais carente, formando as “baixadas”. Contrastando com a área urbana de Belém que se concentrava nas cotas mais elevadas da cidade.

Nas décadas de 1960 e 1970 o cinturão institucional se fortaleceu e completou o arco com a construção do Campus Universitário do Guamá, da Universidade Federal do Pará (UFPA), a partir de 1964, em terras desapropriadas pela União, localizadas nas várzeas dos igarapés Tucunduba e Sapucajuba. A transformação da Escola Agrônômica da Amazônia em Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), e a transformação do IPEAN em Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU/EMBRAPA), em 1975, quando uma parte das terras foi destinada ao Estado, para construção da Central de Abastecimento do Estado - CEASA.

¹⁹ Cabe fazer aqui a diferença entre “terrenos vagos” e “vazios urbanos”, como o faz R. Alvarez. Para esse autor, diferentemente dos “terrenos vagos” – que seriam uma modalidade de uso do solo, representando assim a somatória da disponibilidade de terras que a cidade possui num determinado momento, os e “vazios urbanos” constituem-se em conceito que sintetiza o movimento e a dinâmica incessante de reprodução dos “terrenos vagos” em sua totalidade. Servem para compreender, portanto, a dinâmica de (re)produção das parcelas da cidade que num dado momento não estão sendo utilizadas (Alvarez, 1994, p. 11 *apud* Trindade Jr 1998)

A presença dessas instituições, em grande parte das áreas das microbacias, voltadas para produção de pesquisas e experimentos agrossilvipastoris (EMBRAPA/CEPATU), ao ensino universitário (UFPA e a UFRA), e para o abastecimento de água (COSANPA), e do Exército, foi de fundamental importância, para que suas qualidades ambientais fossem preservadas, mesmo diante da forte degradação ambiental verificada nas demais bacias, inseridas dentro da malha urbana da Primeira Léguas Patrimonial (BORDALO, 2006).

Os espaços institucionais se destacam no cenário urbano de Belém. Apresentamos abaixo dados numéricos sobre os principais espaços institucionais identificados na capital paraense. Chamamos a atenção para os espaços do Parque Ambiental de Belém, com área de 12.061.478m², da Aeronáutica com área de 7.001.353 m², da EMBRAPA com área de 4.426.179 m², da UFPA com área de 2.135.775 m² e da UFRA com área de 2.042.027 m² além de outros, conforme quadro 2.

Quadro 2 – Principais Espaços Institucionais em Belém

Área	m ²
PARQUE AMBIENTAL DE BELÉM	12.061.478
AERONÁUTICA	7.001.353
EMBRAPA	4.426.179
UFPA	2.135.775
UFRA	2.042.027
PETROBRÁS	1.819.787
MARINHA	1.745.375
EXÉRCITO	761.449
ELETRONORTE	237.754
Total	32.231.177

Fonte: Elaboração própria a partir de Moraes (2008).

Atualmente, na parte localizada mais ao sul da cidade de Belém encontramos as terras pertencentes à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), da EMBRAPA Amazônia Oriental (antigo Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido – CPATU), onde foram construídas as sedes de suas instalações, e implantados os diversos experimentos agrossilvipastoris para a realização das pesquisas em apoio ao ensino e a extensão. A Companhia de Pesquisa dos Recursos Minerais (CPRM), e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Universidade Federal do Pará.

A outra parte pertencente à Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) corresponde à área ao redor dos açudes Bolonha e Água Preta e suas matas adjacentes, as estações de captação, tratamento e bombeamento da água potável para população da RMB. Nesta área ao redor dos mananciais do Utinga, para fins de conservação, foram criadas diversas ações ambientais, por parte do Governo do Estado e da Prefeitura de Belém, como a Zona de Preservação dos Mananciais do Utinga em 1984, a Zona de Proteção dos Recursos Naturais em 1988, o Parque Ambiental de Belém e a APA - Belém em 1993, a Zona Especial de Preservação dos Mananciais do Utinga – ZEP, e as Zona de Funções Especiais – ZEF, segundo o Plano Diretor Urbano (Lei N° 7.603, de Janeiro de 1993) (BORDALO, 2006).

A Universidade Federal do Pará é considerada uma das principais instituições públicas no contexto da totalidade dos espaços institucionais de Belém. Não apenas no que diz respeito à sua extensão territorial, mas, sobretudo, na importância que representa para a sociedade paraense e, principalmente pela finalidade que desenvolve nas áreas de ciências e tecnologia.

Uma instituição deste porte requer infraestrutura que seja capaz de fazer frente aos desafios que se apresentam para a educação superior brasileira. A UFPA localiza-se na periferia urbana de Belém, numa área de várzea, à proximidade de dois grandes bairros densamente povoados: Guamá e Montese. Desde a sua implantação o espaço patrimonial vive sob forte pressão social quando teve parte de seu patrimônio ocupado nas décadas de 1980 e 1990. Estes episódios fizeram com que a universidade passasse a se integrar mais com o seu entorno, atuando em parceria com as organizações sociais locais na busca de soluções para os problemas sociais latentes como: moradia, saúde, lazer e educação.

A carência de alguns equipamentos públicos nos bairros do entorno fez com que os moradores procurassem os serviços oferecidos no interior da Cidade Universitária. Lá, os moradores e os usuários em geral encontram serviços de saúde, no Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza; assistência odontológica na Faculdade de Odontologia; assistência psicológica nas Clínicas de Psicologia; assistência jurídica; utilizam os serviços bancários e de lazer no espaço de recreação; participam de atividades físicas nas vias de circulação internas; além do acesso ao Rio Guamá, entre outras atividades.

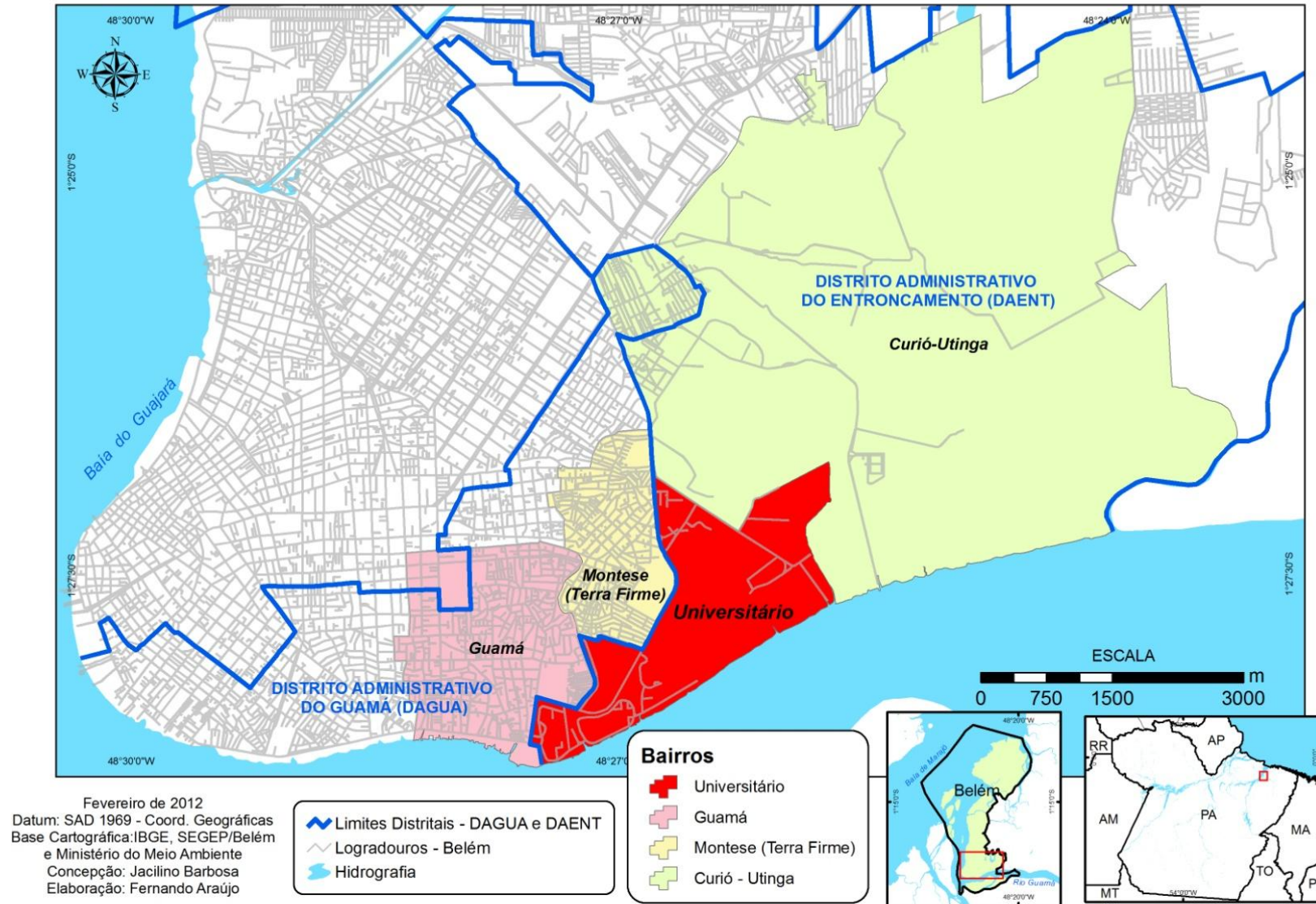
A UFPA é uma das maiores e mais importantes instituições de ensino do Trópico Úmido, abriga uma comunidade de aproximadamente 40.000 mil pessoas e, é considerada uma instituição *multicampi*. A Cidade Universitária da UFPA sedia o centro administrativo da universidade e funciona como uma pequena cidade dentro de outra, - Belém.

Em 1984 o espaço da UFPA foi desmembrado e doado à Empresa Eletrobrás/Eletronorte. Encontra-se em fase de implantação, dentro do espaço patrimonial da Universidade, o Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá (PCT) em parceria com os governos Federal e Estadual, assunto a ser discutido no capítulo IV.

3.3 O BAIRRO UNIVERSITÁRIO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL SOB O PRISMA DO PLANO DIRETOR DE BELÉM

O Plano Diretor de Belém, instituído pela Lei Nº 8.655, de 30 de julho de 2008, ao tratar sobre o ordenamento territorial da cidade, estabeleceu os distritos administrativos como unidade básica de planejamento, totalizando sete Distritos Administrativos: Distrito Administrativo Guamá (DAGUA), Distrito Administrativo Belém (DABEL), Distrito Administrativo Sacramenta (DASAC), Distrito Administrativo Entroncamento (DAENT), Distrito Administrativo Icoaraci (DAICO), Distrito Administrativo Outeiro (DAOUT) e Distrito Administrativo Mosqueiro (DAMOS). O bairro Universitário está localizado no Distrito Administrativo do Entroncamento, adjacente ao Distrito do Guamá formado pelos bairros: Jurunas, Condor, Cremação, Guamá, Canudos e Montese (Terra-Firme), conforme mapa 5.

LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO UNIVERSITÁRIO E SEUS BAIRROS ADJACENTES



Mapa 5 – Localização do Bairro Universitário e seus bairros Adjacentes

O instrumento de zoneamento de Belém identificou os bairros adjacentes ao bairro Universitário como integrantes de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), ou seja, “são porções do território que devem receber tratamento diferenciado, para viabilizar ações de urbanização, regularização fundiária e habitação” (Art. 101), são áreas destinadas a habitação popular, ao passo que o bairro Universitário está inserido numa Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA). Observe que o legislador restringiu o uso e a ocupação do solo nesses dois espaços contíguos e complementares.

Percebe-se então, que fica clara a intenção do legislador no ordenamento territorial com objetivos nitidamente preservacionistas, sobretudo no que diz o *caput* do Art. 108 da Lei Nº 8.655 que conceituou as Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA) como espaços livres ou ocupados, de domínio público ou privado, cujos elementos do ambiente natural assumem função de interesse público, por serem importantes para a manutenção do equilíbrio sócio-ambiental do Município, podendo estar localizadas tanto na área continental como na região insular de Belém.

A instituição do bairro Universitário e sua respectiva nomenclatura ainda são poucos conhecidos da população belenense. Nele se encontram importantes instituições de ensino, pesquisa e extensão como a Universidade Federal do Pará e a Universidade Federal Rural da Amazônia além da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA). Nele, também está sendo instalado o Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá (PCTT-GUAMÁ), assunto tratado a diante no terceiro capítulo.

As destinações dos principais espaços institucionais contidos no bairro Universitário foram se estabelecendo juntamente com a expansão urbana da cidade em direção à periferia, em face das crescentes demandas da sociedade por mais espaço, desde as primeiras ocupações nos anos cinquenta até o presente momento. Os espaços institucionais da UFPA e UFRA, como dito anteriormente, possuem destinação ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária. Neles circulam um número expressivo de pessoas que para lá se deslocam diariamente para as mais diversas atividades: laborativas e de estudos, por exemplo. O espaço da Eletrobrás/Eletronorte, adjacente ao bairro Universitário possui natureza administrativa e de fornecimento/distribuição de energia para a capital paraense. Enquanto que o espaço da COSANPA se destina à coleta e distribuição de água à população. Além dessas atividades identificamos outras relacionadas ao cotidiano da população que habita o entorno desses espaços como a atividade de comércio e de prestação de serviços.

Para o entorno do bairro Universitário foram planejadas ações de intervenção no sentido de ordenar o uso do espaço, como a duplicação da Avenida Perimetral da Ciência, que secciona o terreno da UFPA. Esta avenida é de suma importância para a interligação do centro da cidade com o bairro Universitário. Acredita-se que esta via desempenha um papel importante no transporte de passageiros e de cargas para a zona sul da cidade. Logo, para efetivar a duplicação da rodovia torna-se necessário o remanejamento das famílias que ocupam as suas margens. O Censo Populacional de 2010, do IBGE, identificou 2557 habitantes no bairro universitário (ver mapa 13), certamente essa população identificada é a mesma que ocupa as margens da rodovia, já que o Plano Diretor de Belém veta o uso da área para fins habitacionais.

Por outro lado, a duplicação da rodovia é uma obra que se arrasta por vários governos, tendo apenas uma parte concluída no mandato da Governadora Ana Júlia Carepa (2007-2010), no período que antecedeu o Fórum Social Mundial, em 2009, juntamente com a construção de um terminal de passageiros de ônibus urbano, em frente ao portão III da Cidade Universitária da UFPA.

Em suma, o bairro Universitário encontra-se em fase de estruturação pelo poder público local, necessitando de mais atenção e, sobretudo, de ações que visem oferecer bons serviços aos seus usuários, como por exemplo, de espaços de convivência, equipamentos públicos de prestação de serviços, vias de circulação, etc.. Além do mais, é preciso que o poder público municipal adote medidas para tornar o bairro mais conhecido da população e dos visitantes, através de campanha publicitária ou mesmo de sinalização vertical nas vias públicas.

4 A CIDADE UNIVERSITÁRIA JOSÉ DA SILVEIRA NETTO DA UFPA: DA CRIAÇÃO AOS DESAFIOS PARA A GESTÃO DO ESPAÇO PATRIMONIAL

4.1 A CRIAÇÃO DA UFPA E O CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO BRASILEIRO

Para entender o papel que a UFPA assumiu na condução do ensino superior na Amazônia, é preciso entender primeiro como ela surgiu e se desenvolveu a partir de 1957. Até a década de 1950 o Brasil encontrava-se em fase de implantação das primeiras universidades, e o estado do Pará, se incluía nessa relação, por ainda não possuir uma estrutura de ensino superior consolidada, nos moldes do sistema universitário em vigor atualmente, ou seja, com *status* de universidade. O Pará possuía apenas faculdades e escolas isoladas.

A Universidade Federal do Pará se constituiu a partir da aglutinação de sete instituições de ensino superior existentes na capital paraense até a década de 1950: a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará; a Faculdade de Direito do Pará; a Faculdade de Farmácia de Belém do Pará; a Escola de Engenharia do Pará; a Faculdade de Odontologia do Pará; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará e da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará (UFPA, 2007).

Para a sua criação o governo brasileiro se utilizou do instrumento denominado de federalização, que envolveu a reunião de todas as faculdades e escolas existentes naquele momento em Belém-Pa, já que a maioria esteve vinculada ao governo estadual.

A UFPA surgiu para assumir um importante papel geopolítico na região, num período que “coincidiu” com a construção da Rodovia Belém-Brasília e o processo de integração da Amazônia ao centro-sul do país.

Atualmente, a UFPA é uma instituição federal de ensino superior (IFES), organizada sob forma de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), através da Secretaria de Ensino Superior (SESu). Tem como princípio fundamental a integração das funções de Ensino, Pesquisa e Extensão.



Figura 3 – Solenidade de Fundação da Universidade Federal do Pará. Acervo UFPA

Logo em seu surgimento, a Universidade não dispunha de espaço físico a fim de implantar a sua estrutura acadêmica a fim de concentrar todas as suas atividades num mesmo lugar. Ela herdou a estrutura das faculdades e escola que lhe deram origem, incorporando ao seu o patrimônio os prédios e instalações dispersas em prédios isolados em diversos pontos da cidade. Sobre este momento, o Prof. Dr. ALCYR MEIRA, um dos gestores da época relembra o episódio:

“Então essas escolas que se aglutinaram e criaram a Universidade, elas tinham um patrimônio que foi incorporado ao patrimônio da Universidade, quando foram federalizadas e integralizadas dentro da Universidade. Este patrimônio correspondia o que? A um patrimônio físico, os prédios, e um patrimônio móvel que seria móveis, equipamentos, etc. E esse patrimônio físico, na sua maioria, estava em péssima situação de manutenção, então havia necessidade de reformar esses prédios. Então, o primeiro trabalho da Divisão de Obras foi justamente isso: foi proceder a reforma de todos os prédios que constituíam a Universidade, e adaptá-los já as novas condições de ensino superior universitário” (Depoimento do Dr. Alcyr Meira, ex-gestor da UFPA, in Projeto Univer[s/c]idade, 2007).

A instalação da UFPA se efetivou em 1959, com a presença de Juscelino Kubitschek (figura 3), então presidente da República. Este ato, na visão de Vasconcellos Sobrinho, (2000, p. 46), “não se constituiu em um ato isolado e meramente simbólico, mas sim do próprio contexto histórico, político e econômico do Brasil e da Amazônia”. O contexto

que envolveu a criação desta instituição se deu em um período de intensa atividade econômica do governo brasileiro. A economia brasileira baseada na substituição de importações e na implantação das indústrias de bens de consumo duráveis (*Ibid.*, p.46).

As ideias correntes entre algumas pessoas da classe dirigente do país, do meio político e de professores e pesquisadores da época, acreditavam que a educação era a chave de uma nova era. O contexto político-econômico de inspiração marcadamente desenvolvimentista impõe ao país assumir os pressupostos de que o país precisava se industrializar, e para isto, tinha que atingir um patamar acelerado de crescimento econômico. A universidade brasileira se revestiu de um espaço público criado pelo Estado para dar consistência a essa ideologia. E, baseado nesse cenário, “não há como desvincular a criação da UFPA das políticas de governo para a Amazônia, incluída no projeto de desenvolvimento econômico em marcha” (*Ibid.*, p.46).

A primeira gestão administrativa da UFPA (1957 a 1960) teve à frente o reitor Dr. Mário Braga Henriques, que fora nomeado pelo presidente da República, por indicação do Major Magalhães Barata, então Governador do Pará, com o objetivo de dar início à implantação da instituição e conduzir os rumos nos seus primeiros anos. Nesta época, o reitor já manifestava o interesse em adquirir “área da extensão mínima de dois quilômetros quadrados para doarem à futura Cidade Universitária Paraense” (50 ANOS DA UFPA, 2006, p. 24). A Prefeitura de Belém e o estado do Pará não dispunham de áreas, dentro do perímetro da primeira légua patrimonial, com essas dimensões para doarem à universidade recentemente criada. A disponibilidade de áreas com essas dimensões era para além do município de Ananindeua, que não interessava aos dirigentes daquele momento. Restou à UFPA procurar outras formas de aquisição, e a desapropriação de terras, foi a melhor alternativa encontrada, naquele contexto, para resolver o impasse e atender às suas reais necessidades.

Após um longo período de procura por terrenos e de negociações, com outras instituições públicas para a cessão de áreas à UFPA, e com particulares, para a compra de terrenos, os dirigentes da universidade conseguiram a área que se pretendia.

O *Campus* Universitário se tornou realidade na gestão do segundo reitor, Prof. José da Silveira Netto, um dos pioneiros na criação da universidade, sendo uma de suas mais importantes realizações. A partir de 1964, tiveram início as obras de implantação do *Campus* que se estenderam até o ano de 1968, com a inauguração no dia 13 de agosto daquele ano. As primeiras edificações do *campus* foram os pavilhões de aula do Setor Básico. Situado às margens do Rio Guamá, na parte sul, a 10 km do centro da cidade de Belém.

Em homenagem ao fundador do *Campus* Universitário do Guamá, esta recebeu a denominação de “Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto”, no mês de dezembro de 2007, como forma de reconhecimento do gestor da época, o prof. Alex Fiúza de Melo, pela iniciativa e luta pela implantação e fixação desta instituição de ensino superior.

Em suma, a UFPA se formou à semelhança das primeiras universidades brasileiras, da agregação das faculdades e escola superior existentes em Belém. Sua implantação resultou de acordos entre órgãos estatais e da aquisição de imobiliário entre particulares. Passou a se constituir em um instrumento das políticas nacionais do governo federal, destinado a auxiliar no desenvolvimento do país, sobretudo a partir da década de 1970, com a expansão de suas atividades e o aumento da demanda pelos seus serviços educacionais, somado ao excelente momento econômico que o país atravessava o chamado “milagre-econômico”.

4.2 FORMAÇÃO E A REGULARIZAÇÃO DO ESPAÇO PATRIMONIAL DA UFPA

A análise do espaço deve levar em consideração o tempo e os seus elementos constituintes. Relembrando Santos (1986), o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. Logo, para estudar o espaço cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura (p. 49).

Para expressá-lo em termos mais concretos, sempre que a sociedade sofre uma mudança (a totalidade social), as formas ou objetos geográficos assumem novas funções; a totalidade das mutações cria uma nova organização espacial (p. 49). A forma como diz Santos (1986) é o aspecto do visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Esta categoria é o cerne das discussões sobre a formação e a regularização do espaço patrimonial da UFPA, que se iniciaram a partir das primeiras buscas por espaço, - a constituição do seu patrimônio.

A aquisição de terras para a construção do *campus* universitário se mostrou um processo lento e oneroso. Quase oito anos após sua fundação começa a se concretizar a realização do sonho de implantação do *campus* universitário, através da aquisição dos primeiros terrenos. A demora se deu por várias razões, inicialmente, pela dificuldade em encontrar áreas que atendessem aos anseios da equipe de planejamento da universidade e que pudessem comportar as edificações pensadas para aquele momento.

Em 1963, o reitor, Prof. José da Silveira Netto, determinou ao arquiteto Alcyr Meira, chefe do Departamento de Planejamento e Obras que fosse elaborado um Termo de Referência para o terreno destinado à construção do *campus* universitário, para a aquisição de áreas com as características que atendessem às exigências da equipe de planejamento. A partir de então, foi publicado edital nos jornais de circulação solicitando ofertas de vendas de terrenos nos moldes das referências exigidas. Surgiram então, várias propostas, todavia, nenhuma atendeu aos requisitos mínimos solicitado em edital (UFPA 50 ANOS, MEIRA, 2007, p. 14).

O reitor da UFPA, acatando sugestão do Arquiteto responsável pelo planejamento e construção do futuro *campus*, - o Dr. Alcyr Meira, resolve procurar a direção do Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte – IPEAN (atual EMBRAPA), para consultá-la sobre a possibilidade da cessão de uma área na confluência do Igarapé Tucunduba com o Rio Guamá. Após negociação que resultou na doação da área pretendida, com uma superfície de aproximadamente 200 ha (duzentos hectares), cuja cessão fora autorizada pelo presidente da República, Marechal Castelo Branco através de Decreto publicado no Diário Oficial da União, o Ministério da Agricultura cedeu a área ao Ministério da Educação, para que ali fosse implantado o *Campus* da Universidade Federal do Pará (*Ibid.*, p.14).

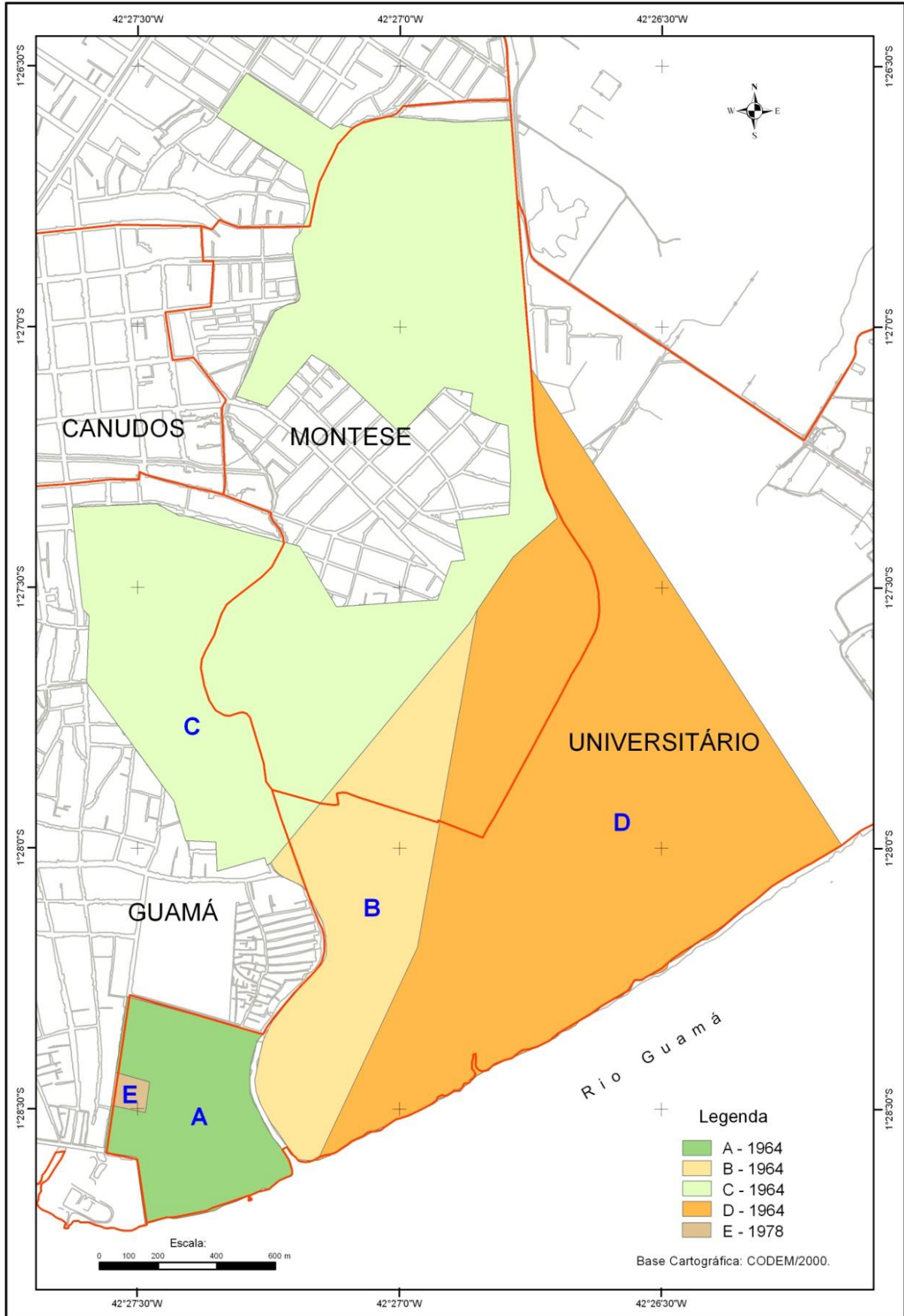
Para o arquiteto Alcyr Meira (2007), a área adquirida era insuficiente para abrigar a totalidade do território universitário, mas segundo ele, foi o máximo que se conseguiu obter sem ônus para a Universidade. Entretanto, o trabalho de pesquisa “*in loco*” para a compra ou desapropriação das áreas adjacentes à área doada, não apresentou o resultado esperado, restando, apenas a desapropriação onerosa (*Ibid.*, p.15).

Para isto, o reitor nomeou uma Comissão Especial para encaminhar os processos de negociação e desapropriação dos terrenos, a fim de formar a área necessária que a equipe de planejamento requeria. Assim, concluídas as primeiras transações, os terrenos foram incorporados à área cedida pelo Ministério da Agricultura, no que resultou numa superfície de 449,83 ha (*Ibid.*, p.15).

O Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, decreta de utilidade pública para efeito de desapropriação outros terrenos para compor o “Núcleo Universitário” da Universidade Federal do Pará. O decreto presidencial de nº 53.934 de 27 de maio de 1964 refere-se às partes A, B e C (mapa 6).

Em 28 de junho de 1978, cerca de quatorze anos após sua criação legal, a UFPA adquiriu o direito de ocupação do terreno de Marinha, através de escritura pública. Esta porção corresponde à parte E (mapa 6).

A partir dessas aquisições, o patrimônio fundiário da UFPA estava finalmente formado. Composto por cinco áreas de terras, pelas partes A, B, C, D e E. O Mapa 6 representa a forma adquirida do espaço patrimonial totalizando 4.566.246,83 m². A área total da UFPA corresponde a 2,5% das áreas continentais de Belém. Foi com este patrimônio que a UFPA pôde se fixar e posteriormente se expandir. O espaço patrimonial da UFPA estava finalmente constituído, contendo as dimensões ideais e a forma representada no mapa abaixo.



Mapa 6 – Patrimônio Fundiário da UFPA (1967-1978)

Essas terras pertenciam à periferia de Belém, constituindo parte dos bairros do Marco, Guamá e Montese, inseridos na bacia do Tucunduba, em área de várzea.

Os terrenos adquiridos pela UFPA, no Tucunduba, possuíam, outrora, diversos usos e benfeitorias antes da desapropriação para fins educacionais. Os espaços construídos contavam com estruturas térreas ou em dois pavimentos, de madeira, alvenaria ou enchimento, algumas cobertas de telhas ou palha, piso de chão batido, assoalhado ou cimentado, construções em diferentes estados de conservação e extensão. Algumas benfeitorias ou propriedades destinavam-se ao uso agropastoril, com estábulos, hortas de feijão, alface, couve ou então eram capinzais e áreas cultivadas para pasto; sítio com 156 árvores frutíferas, entre coqueiros, laranjeiras, limoeiros, limeiras, pupunheiras, caneleiras, bananeiras, jambeiros, cupuaçuzeiros, etc, e áreas com árvores silvestres, como açazeiros; plantações de pimenta-do-reino, macaxeira, cana-de-açúcar e áreas simplesmente desmatadas ou pouco desmatadas. Eram níveis de transformação da natureza diferentes dos atuais e que ainda mantinham as características da drenagem e da topografia, embora já representassem uma produção espacial, articulada com o contexto urbano de Belém, porém com graus de alteração dos componentes naturais bem menores que os atuais. Hoje, essas terras da UFPA, na várzea do Tucunduba, apresentam-se totalmente ocupadas e com um uso eminentemente urbano como veremos adiante (FERREIRA, 1995).

O patrimônio fundiário para implantar o *campus* universitário do Guamá estava então formado. Foi a partir da constituição deste espaço patrimonial que serviu de base para a fixação da primeira Universidade no Pará.

As aquisições dos terrenos se deram basicamente no ano de 1964. A área “A” foi adquirida de Durvalino Barbosa de Lima, através do Decreto de desapropriação nº 53.934, de 27 de maio de 1964, encontra-se registrado em escritura pública em nome do antigo proprietário, com área de 350.378,44 m². Todavia, a Comissão de Regularização Fundiária da UFPA reconhece 346.533,55 m², constatando uma pequena diferença da área efetivamente desapropriada com a área real.

A área “B”, adquirida de José Paulo de Oliveira e Antonio Cabral Abreu, através do Decreto de desapropriação nº 53.934 de 27 de maio de 1964, encontra-se registrado em cartório em nome da UFPA com área de 523.650 m².

A área “C”, adquirida de Odete Vale de Leal Martins e Outros, através do Decreto de desapropriação nº 53.934 de 27 de maio de 1964, com área de 1.962.313,28 m².

A área “D” corresponde à área cedida pelo IPEAN, com superfície de 1.733.750,00 m². A área “E” está computada na área “A”.

Somando-se todas as cinco áreas adquiridas, o patrimônio fundiário da UFPA totalizou 4.566.246,83 m², conforme quadro 3. Observa-se que a nova Universidade reuniu, oito anos depois de sua fundação, as condições físicas e materiais para fixar num mesmo espaço todas as suas atividades.

Quadro 3 – Terras Adquiridas pela UFPA

Ano	Parte	Originário	m ²
1964	A	Durvalino Barbosa de Lima	346.534
1964	B	José Paulo de Oliveira e Antonio Cabral Abreu	523.650
1964	C	Odete Vale de Leal Martins e Outros	1.962.313,28
1964	D	IPEAN	1.733.750,00
1978	E	Luiz Geólas de Moura Carvalho	-
Total			4.566.246,83

Fonte: Produzido pelo autor a partir de informações da PCU

Entretanto, em 1984, a UFPA teve a “redução” do seu espaço físico em decorrência da cessão de 255.300,00 m² para a Empresa ELETRONORTE (hoje ELETROBRAS/ ELETRONORTE). E da ocupação de terras ocorrida no mesmo ano aonde se formou uma favela. Essas áreas corresponderam a mais da metade da área “B” e da área “C”. Em decorrência desses fatos, o Governo Federal autorizou a alienação de 1.849.000 m² a fim de atender às famílias que ali se instalavam.

Na década de 1980, o país passou por séria crise econômica e social. A ausência de ação efetiva do poder público local no combate a esses problemas e, de uma política efetiva de habitação contribuiu para acentuar o quadro das ocupações de terras e de prédios de habitações populares nos conjuntos residenciais em Belém (PA).

Considerando o aspecto físico das aquisições e das cessões de áreas, seja através da cooperação ou mesmo das ocupações ocorridas a partir da década de 1980, constatamos uma redução substancial no patrimônio fundiário da UFPA. Todavia, não se pode aferir se as mesmas se traduziram em prejuízos para o desenvolvimento das suas funções institucionais.

A implantação da Cidade Universitária pela natureza de sua localização a expôs à forte pressão de grupos sociais excluídos e das expansões de outras instituições públicas localizadas às adjacências.

Com o crescimento populacional da cidade e o aumento na demanda por serviços educacionais, a universidade precisou se adequar às novas expectativas da sociedade. Fato

determinante para fazer com que a instituição passasse a se abrir mais à sociedade e interagir com mais intensidade com a comunidade do seu entorno.

A partir da década de 1990, a ideia de *campus* isolado intramuros começou a ser superada pela ideia de uma universidade mais participativa e atuante na vida do cidadão. E os projetos de extensão foram fundamentais para intensificar a relação e o diálogo com a comunidade local. Nesse mesmo período, a UFPA criou a Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN, com a finalidade do planejamento das ações universitárias, entre outros e, de diagnosticar os anseios da sociedade paraense, a fim de adequá-la às novas demandas sociais. (Depoimento de José Freire, ex-gestor da UFPA, Projeto Univer[s/c]idade, 2007).

No que tange à regularização fundiária, a Comissão de Regularização Fundiária da Prefeitura da Cidade Universitária reconhece o seguinte:

A parte A, está registrada no cartório de imóveis do 2º Ofício da Comarca de Belém/PA, sob nº. 43.337, livro 4-E, fls. 226, em nome de Durvalino Barbosa de Lima, conforme certidão emitida em 05 de dezembro de 2006. Está registrada no SPIUNET – Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União sob o nº. 0427 00549.500-5. A área definida no cartório de imóveis é de 99.000 m².

A parte B, está registrada no cartório de imóveis do 2º Ofício da Comarca de Belém/PA, sob matrícula nº. 115, livro 2-CJ, fls. 115, em nome da Universidade do Pará. Conforme certidão emitida em 04 de abril de 1989. Em 10 de abril de 1984 a Universidade transmitiu parte do imóvel para as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A. - ELETRONORTE, conforme certidão emitida em 04 de abril de 1989. Esta parte encontra-se registrada no SPIUNET sob o nº. 0427 00695.500-0. A área definida no cartório de imóveis é de 523.650 m². A parte transmitida pela Universidade à ELETRONORTE foi objeto de registro no mesmo cartório sob matrícula nº. 205, fls. 205, livro 2-CJ, certidão expedida em 20 de novembro de 2006, com área é de 237.780 m².

A parte C corresponde a 1.962.313,28 m², está registrado no cartório de imóveis do 2º Ofício da Comarca de Belém/PA nos seguintes termos:

1- sob nº. 25.128, livro 3-S, fls. 19, em nome do Governo da União, representado pela Universidade d Pará, conforme certidão emitida em 20 de outubro de 1964. Foi emitida outra certidão em 12 de Dezembro de 2006, na qual consta como proprietário, provavelmente por equívoco de digitação, o governo do Estado do Pará.

2- sob nº. 25.211, livro 3-S, fls. 37, em nome da União Federal, representado pela Universidade d Pará, conforme certidão emitida em 21 de junho de 2004.

3- sob nº. 25.229, livro 3-S, fls. 37, em nome da União Federal, representado pela Universidade d Pará, conforme certidão emitida em 21 de junho de 2004.

4- sob nº. 25.213, livro 3-S, fls. 33, em nome da União Federal, representado pela Universidade d Pará, conforme certidão emitida em 21 de junho de 2004.

5- sob nº. 25.212, livro 3-S, fls. 33, em nome da União Federal, representado pela Universidade d Pará, conforme certidão emitida em 21 de junho de 2004.

6- sob nº. 25.127, livro 3-S, fls. 19, em nome do Governo da União, representado pela Universidade do Pará, conforme certidão emitida em 09 de junho de 1976.

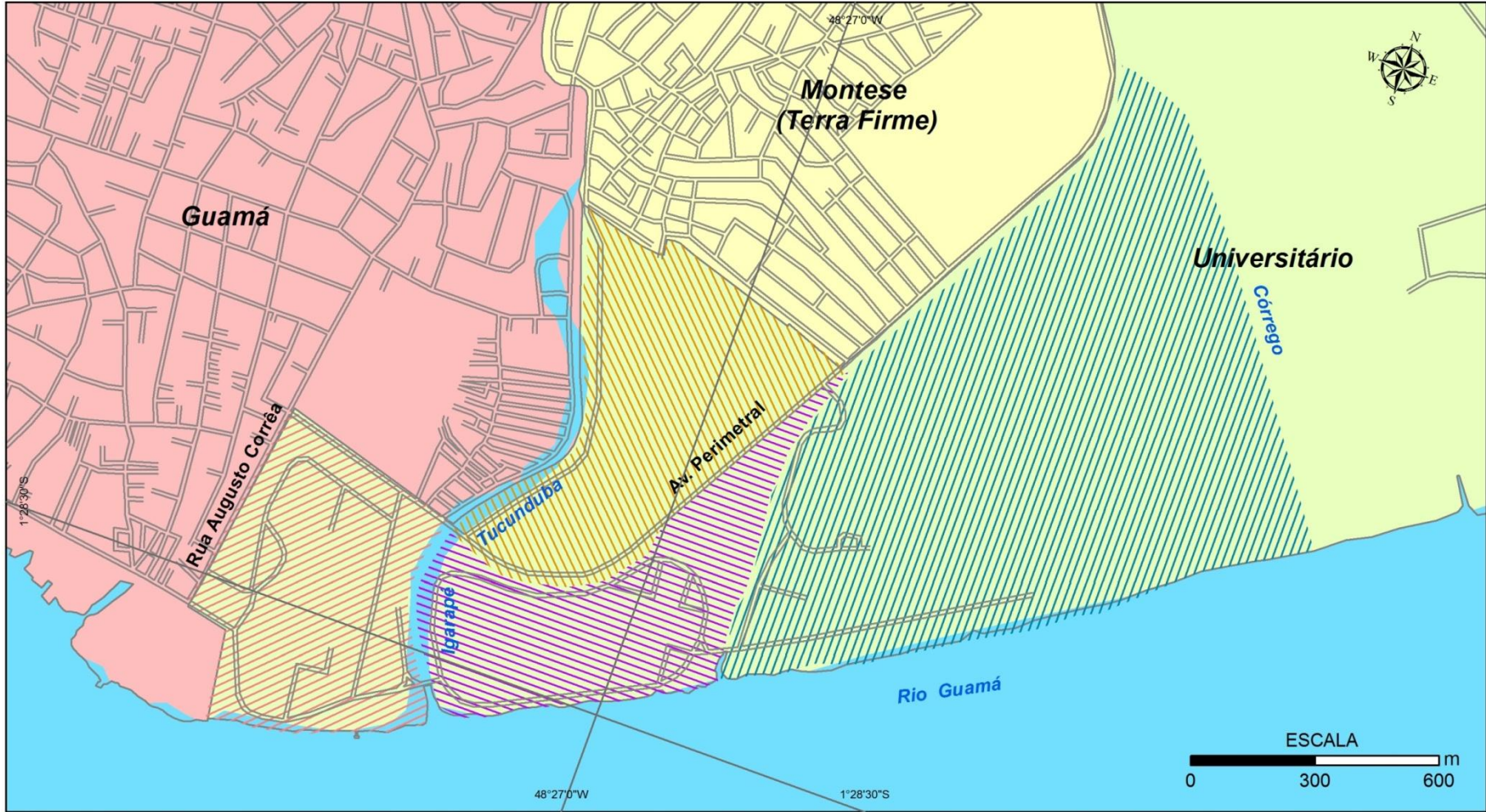
Esta parte também está registrada no SPIUNET sob os nºs. 0427 00687.500-6, 0427 00692.500-3 e 0427 00696.500-5.

A parte D, está registrada no cartório de imóveis do 2º Ofício da Comarca de Belém/PA, sob nº. 25.197, livro 3-S, fls. 30, em nome da Universidade do Pará, conforme certidão emitida em 21 de junho de 2004. Está registrada no SPIUNET sob o nº. 0427 00693.500-9. A área documentada corresponde a 1.733.750,00 m²

Já a parte E, não foi identificado registro no cartório de imóveis do 2º Ofício da Comarca de Belém/PA. Esta parte também está registrada no SPIUNET sob o nº. 0427 00549.500-5. Existe um decreto presidencial datado de 11 de novembro de 1991 que autoriza a Universidade Federal do Pará a alienar 1.849.000 m², aonde se encontram parte dos bairros do Guamá e Montese.

Hoje, após o cômputo final entre o patrimônio adquirido e o patrimônio “cedido” restam pouco mais de 2.135.000,00 m². Porém, esta comprovação física deste patrimônio só será possível através de levantamento topográfico e verificação “*in loco*” por equipe de trabalho constituída para este fim. A PCU dispõe de uma Comissão de Regularização Fundiária responsável por essas atividades e pela titulação e desmembramento das áreas cedidas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - ÁREA REMANESCENTE



Bairros	UFA - Setores
Montese (Terra Firme)	Básico
Universitário	Esporte
Guamá	Profissional
	Saúde

Logradouros
 Hidrografia

UFA - Área Total (Aprox):
2.135.775 m²

Fevereiro de 2012.
 Datum: SAD 1969 - Coord. Geográficas.
 Base Cartográfica: IBGE, Prefeitura/UFA
 Ministério do Meio Ambiente e SEGE/PA
 Concepção: Jacilino Barbosa
 Elaboração: Fernando Araújo.



Mapa 7 - Universidade Federal do Pará – Área Remanescente

4.3 A INSTALAÇÃO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ DA SILVEIRA NETTO

Formado o espaço patrimonial da UFPA, era preciso atribuir-lhe uma função à nova forma adquirida, função esta que já vinha se desenvolvendo nos espaços “dispersos” no centro da cidade. A função sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa, como diz Santos (1986), p. 50. Entretanto, esta função só se efetivaria a partir da formação do novo espaço que consistiria na sua efetiva instalação, cujo objetivo era de reunir todas as suas funções (atividades) num mesmo lugar, o que justificava a construção do *campus* Pioneiro do Guamá.

O reitor José Rodrigues da Silveira Netto ocupou a Reitoria por aproximadamente oito anos e meio, em substituição ao Dr. Mário Henriques. A implantação do *campus* da Universidade Federal do Pará foi uma iniciativa pioneira na Amazônia, já que iniciativas semelhantes ocorriam no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

A ideia de construção de um *campus*, local onde ficassem abrigadas todas as instalações, edificações e equipamentos já era secular na Europa e começava a dar seus primeiros passos nos EUA. No Brasil, estava ocorrendo a construção de três *campus* universitário: no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife (FONTES, 2007, p. 27).

Ferreira (1995), destaca a instalação do *Campus* Universitário do Guamá, em trecho meridional da várzea do Tucunduba, como um marco histórico na produção do espaço urbano daquela área a partir do anos 60. O *Campus* surgiu com a reforma universitária de 1963, como medidas para concentrar e unificar a Universidade em termos arquitetônicos, culturais e educacionais, uma vez que a estrutura material da Universidade Federal do Pará (UFPA) era dispersa e heterogênea, o que também dificultava o controle militar-estratégico da Instituição. Além disso, a instalação do *Campus* representava o ensejo de formação de mão-de-obra qualificada na região para os grandes projetos do Governo na Amazônia e de criações urbanísticas para esta parte da cidade de Belém.

Para Ferreira (1995), a construção do Núcleo Pioneiro requereu diversas medidas e suscitaram problemas de ordem topográfica, locacional e de acesso. O governo federal realizou inúmeras desapropriações, além de construir a infraestrutura urbana básica para o funcionamento efetivo do *Campus*.

A construção do *Campus* acarretou a produção de um novo ambiente com a alteração principalmente das características da várzea e da cobertura vegetal na área da confluência entre o igarapé do Tucunduba e o rio Guamá, e num trecho de cerca de 3 Km na margem direita deste rio, pela quantidade de trabalho humano que foi materializado. Eram terrenos constituídos de formação sedimentar holocênica, planície de inundação, com camadas superficiais argilosas orgânicas moles em espessura variável de 20 a 40 m aproximadamente, e onde o lençol freático se encontra, em média, a 1,4 m de profundidade (CONSTRUÇÃO NORTE NORDESTE, 1980). Em função de serem periodicamente inundados, houve a necessidade, para a construção do *Campus*, de serviços básicos, como aterros, que variaram de 80 centímetros a 1,5 metro, e trabalhos de fundações profundas por meio de estaqueamento para a maioria dos prédios construídos, além, é claro, de toda a infraestrutura urbana necessária ao acesso e ao funcionamento do *Campus* (O ESPAÇO ACADÊMICO DA UFPA, 1979).

Na década de 1960 houve aumento expressivo no número de alunos nas faculdades em todo o Brasil. No Pará, as maiores faculdades tiveram de adaptar suas instalações físicas para receber os “excedentes²⁰”. Esse fato reforçou ainda mais a necessidade de se construir um *campus* (50 ANOS DA UFPA, 2006).

A figura dos excedentes trouxe resultados inesperados para a recém-criada Universidade que precisou se adaptar ao conturbado momento de crise vivido pela educação brasileira em 1964, conforme opinião do arquiteto Alcyr Meira, que vivenciou esse período:

quando eclodiu até a Revolução de 64, houve muitos problemas na parte física, não só física como administrativa, e muito mais ainda na parte curricular da Universidade, porque num determinado momento (...) foi criada a figura do excedente (...). Nós tínhamos um número claustro de estudantes matriculados na Universidade em função das vagas, mas foi criada numa época muito conturbada, na época do João Goulart, a política estava muito conturbada, estava havendo uma inversão até de valores, e nessa altura então eclodiu: o estudante começou a ir para a rua, a fazer protesto, e viravam os carros e tocavam fogo... Estava tudo em pé de guerra e surgiu a figura do excedente. O que era o excedente? Alguém chegou com o raciocínio, suponhamos: a Faculdade de Medicina no vestibular apresentava 100 vagas (porque tinham alcançado a nota mínima) passavam 180, mas só se podiam matricular os 100 melhores colocados porque só tinham 100 vagas. Então foi feito um apelo para o Ministério (da Educação) de que aqueles excedentes que também haviam passado mereciam ingressar na Universidade. Isto foi criando um movimento nacional com uma pressão tão grande, que o Ministério de repente não teve outra alternativa se não

²⁰ Alunos que haviam passado no vestibular, mas que não poderiam ingressar na Universidade devido ao reduzido número de vagas.

matricular esse pessoal. Então, o que aconteceu? Aqui no Pará na nossa Universidade, os cursos maiores como Direito, Medicina e Engenharia, em parte dobraram a massa inicial, em função dos excedentes (...) Cadê o espaço? Não tinha. Aí foi feito então coisas incríveis, situações emergenciais de você construir anexos, pavilhões pré-fabricados, se fez tudo que era possível para crescer o número de salas de aula que viessem atender os excedentes. Isso criou uma pressão muito grande não só em termos de recursos, como também em termos de repor os professores, porque você começava a dispor das salas de aula, e quem ia ensinar? Os professores já estavam limitados àquele número de alunos, aí foram feitas então as contratações e surgiu também o professor temporário, emergencial. Então, isso tudo levou num determinado momento, a Universidade a uma crise muito grande, muito séria, e aí mais do que nunca se começou a pensar com mais afirmação, que era necessário se partir para a construção de um campus (Depoimento do Dr. Alcyr Meira, ex-gestor da UFPA, Projeto Univer[s/c]idade, 2007).

Na opinião do Dr. Alcyr Meira, coordenador responsável pela implantação do *Campus* Universitário da UFPA o MEC percebeu que

havia necessidade de criar novos conhecimentos visando à implantação de *campi* em todo o país, mas nós não detínhamos nenhuma tradição para fazer isso. Então foi feito um convênio MEC/BID de recursos do MEC junto com recursos do BID e, dentro desse convênio foram estabelecidos contratos com universidades americanas que mandaram especialistas para que aqui fizessem no Brasil, uma série de seminários visando justamente a implantação dos *campi*. Então nesse acordo MEC/BID foi feito um convênio com as universidades do Texas mais especificamente com Huston e vieram então arquitetos das *Lite... University e United State of Huston University*, e como teve bastantes seminários: o primeiro se não me falha a memória foi na Paraíba, João Pessoa, depois teve Vitória, teve em Brasília, teve em Salvador, teve em Fortaleza, depois Juíz de Fora, Rio de Janeiro, foram sete ou oito seminários e os arquitetos americanos vinham com toda aquela experiência mostrando o que já haviam feito e auscultando o que nós estávamos fazendo também, e dentro desta conjugação de esforços e de experiências, começaram a surgir os primeiros modelos de *campi* universitários brasileiros. Como nós estávamos na cabeça do movimento, e durante estes seminários tivemos um certo destaque na proposta que nós levamos. (nós já estávamos iniciando o projeto do *campus*) então o Pará assumiu uma certa liderança. Na realidade o planejamento do Campus já havia começado(...) (Depoimento do Dr. Alcyr Meira, ex-gestor da UFPA, Projeto Univer[s/c]idade, 2007).

Segundo o ex-gestor, havia naquela altura a [Universidade] Federal do Rio de Janeiro, que estava em construção, um mega projeto que foi iniciado na ilha do Fundão.

“Aquilo ali era um arquipélago de ilhas, um alagado cercado essas ilhas. Foi feito um grande aterro e aí se fez uma ilha só, e nessa ilha então foi iniciado o projeto da Universidade” (Depoimento do Dr. Alcyr Meira, ex-gestor da UFPA, Projeto Univer[s/c]idade, 2007).

Até então, as experiências sobre a construção de *campus* universitário que se tinha de acordo com Dr. Alcyr Meira

era a do Jorge Moreira o arquiteto responsável pela implantação do *campus* da Universidade do Rio de Janeiro. Depois também paralelamente surgiu a da [Universidade] de São Paulo, a USP. Então havia essas duas no Sudeste, e havia uma no Nordeste que era a de Recife, que foi a terceira grande Universidade a ser construída naquela época. Mas todas as Universidades, as grandes universidade, elas como não se detinha no Brasil uma experiência muito grande com relação a este tipo de construção, elas fugiram muito da realidade brasileira, porque elas foram decalcadas em mega projetos do exterior e se incorporou, se trouxe, se importou uma série de soluções que realmente estavam fadadas a não funcionar direito no Brasil, mas de qualquer modo, aquela equipe era a que detinha maior número de conhecimento sobre a matéria e que teria que ser fatalmente consultada” (Depoimento do Dr. Alcyr Meira, ex-gestor da UFPA, Projeto Univer[s/c]idade, 2007).

Para o arquiteto José Freire, Coordenador do Escritório Técnico Administrativo (ETA), em 1979, o *Campus* do Guamá “foi implantado (...) com o objetivo de dar uma solução mais adequada aos problemas trazidos pelo grande aumento da UFPA”.

O arquiteto destaca também que o fator preponderante para essa evolução se deu por conta da Reforma Universitária que “definiu profundas modificações nos conceitos organizacionais da UFPA, induzindo-a a uma modificação global, tanto administrativa quanto física”. Ele aponta também, que o *campus* da UFPA surgiu antes da Reforma [Universitária] e para ela serviu como laboratório.

Era preciso ainda superar os desafios ligados à natureza geomorfológica dos terrenos como o aterro de parte da área para receber as primeiras construções. A primeira área a receber intervenção foi o denominado *campus* básico, que precisou ser aterrado, pois este era entrecortado por pequenos igarapés e vivia constantemente alagado devido à inundação provocada pelas águas das marés.

Para a construção do *campus* o reitor José da Silveira Netto criou a Comissão de Planejamento do Conjunto Universitário – COPLANCU, responsável pela implementação das

obras, reunia arquitetos, engenheiros e técnicos da própria UFPA, e outros profissionais vindos do Rio Grande do Sul.

Em 1967, as primeiras edificações ficaram prontas: os pavilhões de aulas teóricas (*Campus Básico*), com 10 unidades, totalizando 3.670 m² de área construída; o pórtico de acesso ao campus, com 226 m²; a subestação de energia, com 32 m²; e o reservatório de água (Elevado Subterrâneo) de 180.000 litros.

Em 1968, foi concluída a construção do pórtico de serviço, com 18 m² e no ano seguinte a construção de uma cantina e vestiários (*Campus Básico*), com 248 m². Essas edificações representaram o início da implantação do *Campus* do Guamá.

Depois do período de implantação, a instituição passou aproximadamente dez anos sem investir massivamente na infraestrutura. Outra expansão semelhante só ocorreu pouco mais de vinte anos depois através do Plano de Expansão das Universidades Públicas Brasileiras (PREMESU).

4.4 A UFPA E OS PLANOS DE EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

4.4.1 O PREMESU IV

O Programa PREMESU, instituído pelo Decreto nº 73.857, de 14 de março de 1974, reestrutura a Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior - CEPES. Logo no Art. 1º, o Executivo brasileiro transforma esta Comissão, que fora criada pelo Decreto nº 60.461, de 13 de março de 1967 e modificada pelo Decreto nº 66.396, de 30 de março de 1970, em Programa de Expansão e Melhoramento das Instalações do Ensino Superior - PREMESU. Tendo como objetivos: a) gerir e coordenar projetos específicos, na área do ensino superior, relativamente à expansão e equipamento dos "campi" universitários; b) administrar acordos e convênios com organismos financiadores nacionais e internacionais formados com aquele fim; c) analisar e compatibilizar, com as diretrizes do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura, os programas das instituições de ensino superior, atendidas as prioridades do Plano Setorial da Educação e Cultura; d) assessorar as instituições de ensino superior na elaboração dos programas a que se refere a alínea anterior; e) promover ou realizar levantamentos, estudos e pesquisas destinadas à avaliação e atualização do planejamento físico universitário.²¹

²¹ Brasil. Decreto nº 73.857 de 14/03/1974

No âmbito das instituições que aderiram ao PREMESU, a UFPA foi contemplada por uma fonte externa de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e de contrapartida de fontes locais. O PREMESU IV começou em 1974 na quarta gestão (1973 – 1977), do Prof. Dr. Clóvis da Cunha Gama Malcher. O programa foi oficializado em 1976 e o processo de expansão continuou até a sexta gestão, do Prof. Daniel Coelho de Souza (1981 - 1985).

Em 1975, os projetos para a construção do Campus Pioneiro do Guamá já estavam providenciados em nível de estudos preliminares e com orçamentos-base prontos. Este fato contribuiu para a inclusão da UFPA no Programa de Expansão do Governo Federal.

Em 06 de junho de 1976 foi celebrado convênio entre o Ministério da Educação e Cultura - MEC e a UFPA para repasse de recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de contrapartida de fontes locais para a implementação do Programa PREMESU IV.

Ainda em 1976, por imposição do MEC, outra unidade administrativa passou a fazer parte da estrutura da UFPA - o Escritório Técnico Administrativo - ETA. A nova unidade coordenadora do PREMESU era formada pelo coordenador geral (o Arq. Prof. José Freire), pelo gerente de obras (o Eng. Prof. Antonio Bouez) e por um gerente de equipamentos (o Prof. Luiz Otávio Brito de Souza Ferreira).

Nesse período, a Universidade Federal do Pará recebeu um impulso expressivo tanto na área física como na área aquisição de equipamentos.

O PREMESU IV proporcionou a construção de prédios; a aquisição de equipamentos; o treinamento de professores, a qualificação do corpo administrativo e da parte física da UFPA. A contrapartida da UFPA foi possível em razão da venda de alguns de seus prédios antigos, porém nem todos foram alienados, alguns prédios entraram no processo de alienação, somente mais tarde, para complementar as obras planejadas.

Programa PREMESU foi o maior Programa de Planejamento do Espaço Físico das Universidades no Ministério da Educação. Esse Programa gerou farta bibliografia técnica sobre variados assuntos como projetos de biblioteca, de biotérios, etc. Infelizmente com o fim do PREMESU, perdeu-se todo o esforço feito durante dez anos na definição de métodos e processos para Planejamento Físico de Universidades (Depoimento do Dr. Alcyr Meira, ex-gestor da UFPA, Projeto Univer[s/c]idade, 2007).

A partir de 1976 houve expansão das unidades acadêmicas da UFPA, a maioria das obras foi executada dentro do Programa PREMESU IV, convênio entre MEC e BID, conforme quadro 4.

Quadro 4 – Edificações na Cidade Universitária (Período 1970 – 1978)

Ano	Edificação	m ²
1970	Pavilhões de Aulas Teóricas (Campus Básico) K e L	974
	Laboratório de Física (Campus Básico)	1.346
	Laboratório de Química (Campus Básico)	1.174
	Total	3.494
1971	Pavilhões de Aulas Teóricas (Campus Básico) M e N	974
	Oficinas – Física	426
	Ensino – Geologia	486
	DERCA (Departamento de Registro e Controle Acadêmico)	817
	Garagem e Oficina de Veículos (1ª Etapa)	1.224
	Total	3.927
1972	Laboratório de Biofísica	305
	Laboratório de Geologia (Pesquisa)	923
	Centro de Ciências Exatas e Naturais	2.523
	Serviço de Computação (SECOM)	652
	Biblioteca Central (1ª Etapa)	2.482
	Ginásio de Esportes	3.120
	Total	10.005
1973	Laboratório de Física (Anexo)	426
	Centro de Filosofia e Ciências Humanas	2.523
	Laboratório de Ciências Biológicas (1ª Etapa)	6.960
	Pórtico 2 (Acesso Av.Perimetral)	52
	Garagem e Oficina de Veículos	919
Total	10.880	
1974	Centro de Letras e Artes	2.523
	Escola de Aplicação (1ª Etapa)	4.396
Total	6.919	
1975	Laboratório de Geofísica (1ª Etapa)	2.109
	Laboratório de Mecânica (1ª Etapa)	1.934
	Laboratório de Hidráulica	1.150
	Laboratório de Materiais de Construção (1ª Etapa)	1.088
	Setor de Aulas Teóricas 1 – Profissional (1ª Etapa)	2.860
	Recreação e Assistência (Complexo Vadião)	3.765
	Biotério	884
	Almoxarifado Geral	1.245
	Pavilhões de Aulas Teóricas (Campus Básico) O, P e Q	1.290
	Subestação 2	28
	Reservatórios – Profissional (Elevado e Subterrâneo)	320.0001
	Vestiário Setor de Esportes	201
	Quadras Bivalentes	6 unid

	Quadras Polivalentes	3 unid
	Total	18.011
1976	Laboratório de Eletrônica e Eletricidade	2.164
	Muro de Contenção	550 m
	Total	2.164
1977	Piscina Semiolímpica	
	Escritório Técnico Administrativo – ETA	380
	Total	380
1978	Setor Didático Administrativo do Centro Tecnológico	2.814
	Setor Didático Administrativo do Centro de Educação	2.526
	Setor Didático Administrativo do Centro Sócio-Econômico	2.814
	Aulas Teóricas 1 (2ª Etapa)	2.902
	Aulas Teóricas 2	6.864
	Laboratório de Geofísica (2ª Etapa)	976
	Biblioteca Central (2ª Etapa)	4.635
	Auditório Setorial 1	562
	Auditório Setorial 2	562
	Almoxarifado Central de Medicamentos	591
	Laboratório de Eng. Química	2.930
	Laboratório de Mecânica (2ª Etapa)	1.511
	Laboratório de Química (Ensino e Pesquisa)	1.756
	Laboratório de Física	532
	Laboratório de Estudos da Linguagem	796
	Laboratório de Ciências Biológicas (2ª Etapa)	2.914
	Laboratório de Mat. de Construção (2ª Etapa)	425
	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)	2.148
	Laboratório de Farmácia	3.057
	Cantina Setor Profissional*	310
	Pórtico*	32
	Muro*	1500 mL
	Total	41.657

Fonte: PCU.ETA. O Espaço Acadêmico da UFPA (1979, p. 57-61)

* Obras não fazem parte do PREMESU

Além das edificações integrantes do Programa PREMESU a gestão universitária tinha planos de construir mais 45.489 m² para os anos de 1979 a 1981 (quadro 5). Todas as obras foram construídas à medida que os recursos iam sendo disponibilizados.

Quadro 5 - Edificações Planejadas para a Cidade Universitária (Período 1979 – 1981)

Ano	Edificação	Área
1979	Reitoria	5.900
	Laboratório de Psicologia	756
	Atelier de Arquitetura	1.900
	Serviço de Computação (Ampliação)	439
	Prefeitura do Campus	1.086

	Oficinas de Manutenção	931
	Complementação Setor Esportivo	-
	Total	11.012
1980	Restaurante Universitário	4.060
	Imprensa Universitária	1.862
	Almoxarifado de Inflamáveis	180
	Laboratório de Odontologia	4.085
	Setor Didático-Administrativo do Centro Bio-Médico	2.814
	Total	13.001
1981	Hospital Escola	20.000
	Almoxarifado – Acervo Patrimonial	591
	Administração dos Almoxarifados	185
	Antropologia	913
	Templo Ecumênico	250
	Total	21.939

Fonte: PCU.ETA. O Espaço Acadêmico da UFPA (1979, p. 57-61)

Os prédios da Reitoria e o Atelier de Arquitetura foram construídos, com o que foi economizado da construção dos demais prédios e da diferença de câmbio dos recursos em moeda estrangeira utilizada para o financiamento do projeto.

A quinta gestão da UFPA, sob o comando do Prof. Aracy Amazonas Barretto (1977 – 1981), foi marcada pelo dinamismo que envolveu o processo de expansão do Campus Universitário. Neste período, assumiu a Prefeitura do Campus o Eng. Prof. Osmar Pinheiro de Souza e a coordenação do ETA, o Arq. Prof. José Freire. Também foram implantadas a Pró-Reitoria de Administração e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.



Figura 4 - Atelier de Arquitetura – obra finalizada na 6ª gestão. Acervo da UFPA

O Escritório Técnico Administrativo (ETA) e a Prefeitura do Campus (PCU) tiveram importância fundamental na quinta gestão do *campus* universitário, pois deveriam programar, planejar e prever novas áreas, além de implementar uma política de expansão física dentro da UFPA. A PCU supervisionou recursos decorrentes do Convênio assinado entre a UFPA e o MEC (provenientes dos contratos e empréstimos do BID e de Contrapartida Nacional), na ordem de CR\$ 225.722.570,40 para investimento na área de construção civil, incluindo obras de infraestrutura (Sistema viário, aterro, eletrificação, comunicação e redes de água fria e esgoto); CR\$ 34.763.000,00 para equipamentos, materiais e móveis e CR\$ 34.4999.000,00 oriundos da contrapartida da UFPA, para investimento em recursos humanos.

O sub-programa de assistência técnica teve no ETA uma unidade vinculada à Coordenação de Assuntos Internacionais do Departamento de Assuntos Universitários do MEC desenvolvendo no âmbito da UFPA o apoio, acompanhamento e a orientação de Consultorias Nacionais e Internacionais nas áreas de Planejamento e Administração Acadêmica, Administração Financeira e Orçamentária, Processamento de Dados, Administração Geral, Administração Hospitalar e Sistemas de Bibliotecas Universitárias.

Até 1979, a UFPA possuía 72.141 m² de área construída, dos quais 58.517 m² localizados no *campus* universitário do Guamá e 13.624 m² em edificações distribuídas pelo centro urbano de Belém.

Além das atividades do ETA, importantes para o crescimento do *campus* de Belém, na quinta gestão teve início as atividades de interiorização da UFPA e que foram implementadas na sétima gestão, quando foram criados polos regionais de atuação da Universidade com a instalação dos *campi* de Abaetetuba, Altamira, Santarém, Bragança, Cametá, Marabá e Soure.

Em 1977, o *Campus* do Guamá já apresentava contornos de um espaço definido com funções estritamente voltadas à educação superior. O espaço da UFPA estava com a infraestrutura mínima para entrar em funcionamento.



Figura 5 - Vista aérea do Campus pelo acesso da Av. Perimetral na gestão do Reitor Aracy Barretto (5ª gestão), em foto de 1977 – Acervo da UFPA.

As edificações do Programa PREMESU se concentraram, basicamente, no Setor Básico. Além delas, houve também a construção de importantes prédios no Setor Profissional, com recursos provenientes de outras fontes (quadro 6).

Quadro 6 – Prédios construídos na “Cidade Universitária” da UFPA com outras Fontes de Recursos

Ano Projeto	Unidade Acadêmica	M ²
1976	Centro de Educação	2.502,18
1976	Laboratório de Eletrônica e Elétrica	2.480,00
1976	Centro Tecnológico	2.851,48
1976	Centro de Educação	2.502,18
1976	Centro Sócio Econômico	2.846,00
1991	Atelier de Artes	2.028,00
-	Núcleo de Meio Ambiente – NUMA (Chalé de Ferro)	282,44
2000	Sede do Projeto Mamirauá	122,00
1994	Camelódromo	37,00
1991	Incubadora de Empresas	753,72
1976	Laboratório de Construção Civil	1.561,63
1979	Auditório do Profissional - Tribunal do Júri	564,44
1976	Pavilhões de Salas de Aula – Pav. (A,B,C,D,E,F,G,H,I,J,K,L,M)	7.895,29
Total		26.426,26

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de PCU.ETA. O Espaço Acadêmico da UFPA (1979, p. 57-61)

As obras do PREMESU se estenderam até 1985. O mapa 8 mostra a distribuição espacial das construções prediais ocorridas na Cidade Universitária. Até 1964 o setor com a maior densidade de ocupação do solo era o Básico, onde predominava os primeiros pavilhões

de salas de aula.

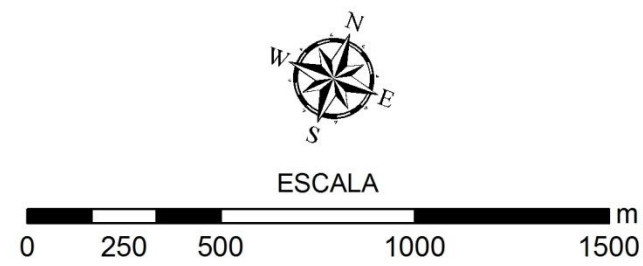
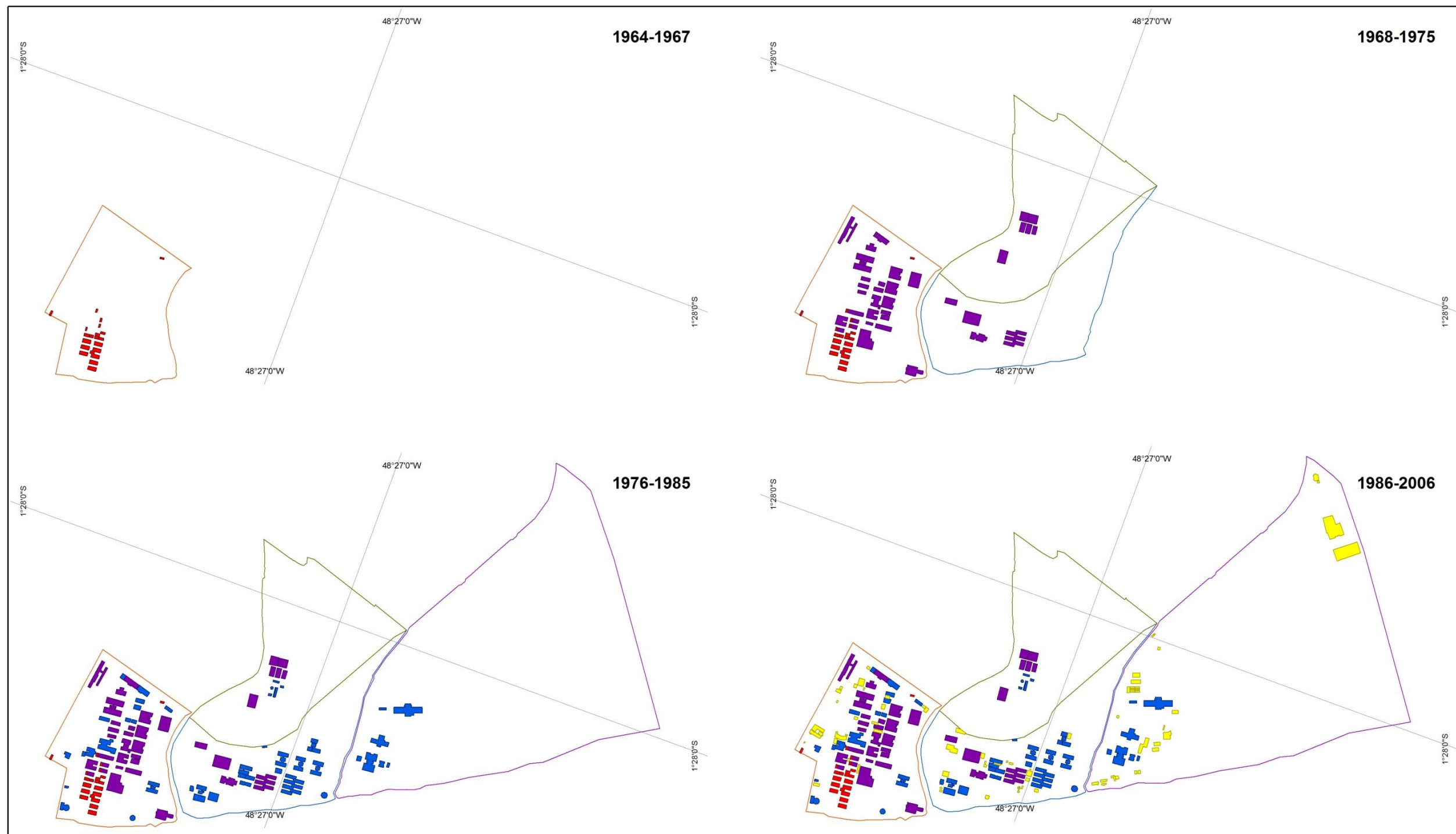
Até 1975 ocorreu o aumento da ocupação do solo no Setor Básico e a expansão para o Setor Profissional e de Esportes. As principais construções foram de prédios para abrigar os Institutos da UFPA e para servir de apoio às atividades administrativas e acadêmicas (quadro 5).

O período de 1976 até 1985 sobrevém o aumento da concentração predial no Setor Básico, que se estende pelo Profissional e de Esportes e, se expande pelo Setor de Saúde. Através do Programa PREMESU, em 1985, todos os quatro grandes setores da UFPA estavam finalmente ocupados.

A partir de 1986 a disponibilidade de espaço já não era tão considerável. Como dito anteriormente, nesta década começaram as ocupações de terras por famílias carentes ao espaço patrimonial da UFPA. Já não havia tanto espaço para construir. A disponibilidade de áreas estava para além do Setor de Saúde. Entretanto, em razão das longas distâncias para realizar a expansão da infraestrutura básica (arruamento, calçadas, rede de eletricidade, água, esgoto, internet, etc) e o deslocamento de pessoas entre as unidades acadêmicas, fez com que os dirigentes de unidades optassem por utilizar os espaços vazios próximos à suas respectivas unidades. Em decorrência disso, continuaram as apropriações dos espaços vazios e a concentração nos três principais setores da Cidade Universitária: Básico, Profissional e de Saúde.

O mapa 8 mostra a configuração espacial da Cidade Universitária até 2006. Deste momento até hoje, a UFPA passou a receber novos financiamentos para expandir suas instalações físicas provenientes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Porém, a Instituição já começa a enfrentar desafios para a gestão do seu espaço patrimonial. Assuntos tratados a diante.

CONSTRUÇÕES PREDIAIS NA CIDADE UNIVERSITÁRIA JOSÉ DA SILVEIRA NETTO ENTRE 1964 E 2006

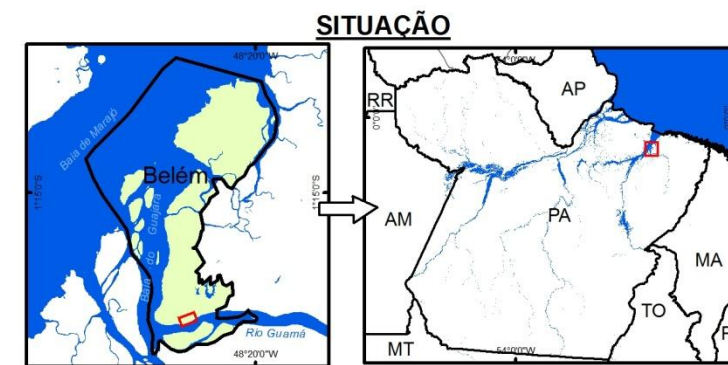


Fevereiro de 2012
 Datum: SAD 1969 - Coord. Geográficas
 Base Cartográfica: GAPTA/UFPA,
 Prefeitura/UFPA (CAD) e IBGE
 Concepção: Jacilino Barbosa
 Digitalização: Fernando Araújo

LEGENDA

Prédios - Período Setores (Atuais)

	1964-1967		Básico
	1968-1975		Profissional
	1976-1985		Saúde
	1986-2006		Esportes



Mapa 8 – Construções Prediais na Cidade Universitária (1964-2006)

4.4.2 O REUNI

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto federal nº 6.096, de 24 de Abril de 2007, se propõe financiar planos de reestruturação e expansão das Universidades federais durante o período de cinco anos. Tem por objetivo ampliar o acesso aos cursos de graduação, reduzir o tempo de permanência neles, promover melhorias na estrutura física das instituições e prover recursos humanos para o cumprimento de metas. A adesão ao Reuni é voluntária, mediante aprovação do plano de reestruturação e expansão pelos conselhos superiores das universidades federais.

A adesão da Universidade Federal do Pará ocorreu no dia 19 de outubro de 2007, quando o Conselho Universitário aprovou o Plano de Reestruturação e Expansão 2008-2012. Antes de submeter a proposta ao Conselho Universitário (CONSUN), a Reitoria realizou consulta eletrônica aberta a qualquer membro da comunidade universitária, com o objetivo de fornecer subsídio à decisão da reitoria em submeter ou não o plano ao CONSUN. A maioria dos votantes manifestou-se favorável à adesão. Mas, a decisão não agradou a todos, houve inclusive, movimento de alunos contrários à adesão da UFPA ao Programa.

O Plano de Reestruturação e Expansão da UFPA está estruturado em eixos, detalhados em metas, com especificação das estratégias para atingi-las. O cumprimento do Plano está estabelecido em etapas anuais e seu cumprimento pode determinar uma mudança significativa na instituição. Entre os principais eixos estão, ampliação da oferta de vagas; redução das taxas de evasão; ocupação das vagas ociosas; revisão da estrutura acadêmica e reorganização dos cursos de graduação; capacitação pedagógica; articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica; política de inclusão, programas de assistência estudantil; política de extensão universitária; suporte da pós-graduação ao desenvolvimento qualitativo da graduação; contratação de pessoal docente para graduação e pós-graduação e de pessoal técnico administrativo; ampliação da infraestrutura física.

A UFPA planeja expandir até o final do REUNI sua infraestrutura total (Belém e interior) em mais 27.207 m², por meio de obras orçadas, hoje, em R\$ 44.698.526,00. O maior aporte de recursos vai para o campus de Belém, cujas obras foram orçadas em R\$ 26.294.100.

Os demais *campi* receberão os seguintes valores: R\$ 5.673.526,00 para Altamira; R\$ 2.629.000,00 para Castanhal; R\$ 1.446.900,00 para Cametá; 1.193.500,00 para Abaetetuba, R\$ 1.418.500,00 para Breves; R\$ 1.149.500,00 para Soure e Marabá R\$

2.881.000,00. Os investimentos em infraestrutura e em equipamentos para laboratórios somam R\$ 32.503.924,00.

Tabela 1 – Planejamento de Obras para a Cidade Universitária no Programa Reuni

ITEM	DESCRIÇÃO	ÁREA (m ²)	R\$
1	Centro de Treinamento e Acesso à Informação para 235 computadores.	954	1.144.800,00
2	Centro de Treinamento e Acesso à Informação para 235 computadores.	954	1.144.800,00
3	Construção do novo prédio da Escola de Música da UFPA	2.000	3.000.000,00
4	13 Blocos de 720 m ² , contendo em cada bloco 50 gabinetes individuais para professores	9.360	18.726.500,00
5	4 Blocos de 290 m ² , contendo em cada bloco 20 gabinetes individuais para professores	1.160	2.278.000,00
TOTAL		14.428	26.294.100,00

Fonte: Reuni da UFPA (2007)

No que tange à implementação do Reuni, sobretudo as construções em andamento, existem atualmente 16 obras sendo construídas na cidade universitária. Após a repactuação realizada em 01 de julho de 2009, com todas as unidades acadêmicas, incluídas no Reuni a nova distribuição de recursos de capital ficou de acordo com tabela 2, totalizando R\$ 24.410.546,61.

Tabela 2 - Obras do REUNI para a Cidade Universitária (Período 2007 – 2011)

Obras/Instalações	2007	2009	Total
Construção 1 Bloco de 720 m ² p/ Administração do ICS	1.440.650,00		1.440.650,00
Construção 1 Bloco de 720 m ² p/ C. Nutrição do ICS	1.440.650,00		1.440.650,00
Construção 1 Bloco de 720 m ² p/ Fac. De Medicina do ICS		1.440.500,00	1.440.500,00
Construção do novo prédio para a Esc. De Música da UFPA		5.881.000,00	5.881.000,00
Construção 1 Bloco de 720 m ² p/ sala de aula do ITEC		1.440.500,00	1.440.500,00
Construção 1 Bloco de 720 m ² p/ Fac. de Geologia – Lab de Ensino - IG		1.440.500,00	1.440.500,00
Construção 1 Bloco de 720 m ² p/ sala de aula, sala p/ prof. e laboratórios do ICEN		1.440.500,00	1.440.500,00
Construção 2 Bloco de 720 m ² p/o CTDS (Centro de Tecnologia de Desenvolvimento Sustentável)		2.881.000,00	2.881.000,00
Construção 1 Bloco de 720 m ² p/ Fac. de Odontologia e Farmácia		1.440.500,00	1.440.500,00
Construção e Reforma do ICB		2.289.600,00	2.289.600,00
Construção 1 Bloco de 720 m ² p/ Fac. de Biotecnologia do ICB		1.440.500,00	1.440.500,00
Construção 1 Bloco de 290 m ² p/ NPADC		596.488,89	596.488,89
Construção 1 Bloco de 200 m ² p/ Lab. De Demonstrações		400.000,00	400.000,00
Construção 1 Bloco de 200 m ² p/ NMT (Núcleo de Medicina Tropical)		400.000,00	400.000,00
Construção do Bloco PPGCM do NPADC		139.113,59	139.113,59
Conclusão do Auditório Nobre		299.044,13	299.044,13

Fonte: Vice-Reitoria da UFPA

Após anos sob a égide da política social-democrata, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sem promover grandes investimentos na educação superior brasileira, o Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em seu segundo mandato, incluiu nas prioridades de governo os investimentos na educação. Algumas universidades federais se encontravam com sua infraestrutura em completo abandono. O Reuni se configurou numa iniciativa de resgate da educação superior.

Até o final de 2012, a UFPA pretende ampliar a oferta de vagas aos cursos de licenciatura em até 50% no interior do Estado. Pretende também consolidar os cursos em funcionamento. Para cumprir essas metas planejou a contratação de 341 novos docentes, elevando o número de professores do quadro permanente do interior dos atuais 68 para 419 docentes e de 116 novos funcionários técnico-administrativos.

Também se compromete em reduzir para 10% o número de vagas ociosas mediante o estabelecimento de novas normas e mecanismos de controle acadêmico processado em um novo sistema computacional que atenda às necessidades da atual estrutura. Outra medida será dar ampla divulgação dos programas de mobilidade acadêmica interna e externa, passando a incluir no calendário acadêmico anual os seus cronogramas, buscando sensibilizar docentes, técnicos e gestores à importância da participação dos alunos nesses programas (<<http://www.beiradorio.ufpa.br>>).

4.5 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E O USO DO SOLO NA CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFPA

A organização espacial e uso do solo na Cidade Universitária da UFPA exige o resgatar dos conceitos de estrutura e processo utilizados por Santos (1986). Para o autor, a estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo, ou seja, o modo de organização ou construção, enquanto que processo é definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer. Para Santos “quando se estuda a organização espacial, esses conceitos são necessários para explicar como o espaço social está estruturado, como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças” (p. 53). Este processo, sobre a produção do espaço, foi descrito no item 4.4 que abordou a UFPA e os planos de expansão das universidades públicas responsável pela implantação da infraestrutura.

A organização do espaço interno da UFPA se desenvolveu em pouco mais de 50 anos, em contextos políticos e econômicos diferenciados comandados por políticas educacionais emanadas do governo federal.

Ao longo de pouco mais de 50 anos de existência a UFPA foi dirigida por doze reitores, totalizando treze gestões, cujos mandatos predominantemente se deram sem eleição até final da sétima gestão, em 1989, quando teve início eleição para escolha do reitor, pela comunidade acadêmica e nomeação do Presidente da República para o mandato de quatro anos (ver quadro 7).

Quadro 7 – Reitores e suas respectivas Gestões

PRIMEIRA	Mário Braga Henriques	1957 - 1960
SEGUNDA	José Rodrigues da Silveira Netto	1960 - 1969
TERCEIRA	Aloysio da Costa Chaves	1969 - 1973
QUARTA	Clóvis Cunha da Gama Malcher	1973 - 1977
QUINTA	Aracy Amazonas Barretto	1977 - 1981
SEXTA	Daniel Coelho de Souza	1981 - 1985
SETIMA	José Seixas Lourenço	1985 - 1989
OITAVA	Nilson Pinto de Oliveira	1989 - 1993
NONA	Marcos Ximenes Ponte	1993 - 1997
DÉCIMA	Cristovam Wanderley Picanço Diniz	1997 - 2001
DECIMA-PRIMEIRA	Alex Bolonha Fiúza de Mello	2001 - 2005
DECIMA-SEGUNDA	Alex Bolonha Fiúza de Mello	2005 - 2009
DECIMA-TERCEIRA	Carlos Edilson de Almeida Maneschy	2009 - 2013

Fonte: Atualizada pelo autor a partir do “Projeto Univer[s/c]idade, Uma leitura sobre a infraestrutura, estrutura e super-estrutura da UFPA no espaço-tempo, 2007.

No que tange à manutenção do patrimônio fundiário da UFPA foi marcada por conflitos envolvendo a instituição e famílias de baixa renda que resultou em perda expressiva de seu patrimônio. A UFPA, nesse contexto, se privou de 2.129.181 m² de área em decorrência das ocupações e, nem por isso, deixou de cumprir com a sua função institucional. O fim primeiro da instituição ainda no início de suas atividades, em 1957, foi concebido para o ensino. Em razão do crescimento econômico do país, a partir da década de 1970 a função institucional foi ampliada também à pesquisa e à extensão. Em decorrência dessas funções é

que a estrutura acadêmica foi concebida e instalada. Isto reflete, inclusive, na distribuição espaço-temporal das salas de aula e laboratórios na cidade Universitária. Pois, é neste tripé que a instituição se fundamenta. Quando exerce as funções de ensino está exercendo o seu papel de transmissão do saber já conquistado. A pesquisa representa uma reflexão crítica sobre a investigação e a busca por novos saberes. Ao passo que a extensão é uma forma de articulação com a sociedade que a insere. Desse modo, ela cumpre a sua função social e a sua missão institucional.

Nesse sentido, o arranjo espacial da Cidade Universitária da UFPA traz na distribuição dos seus prédios e nas suas construções o registro de cada um desses tempos.



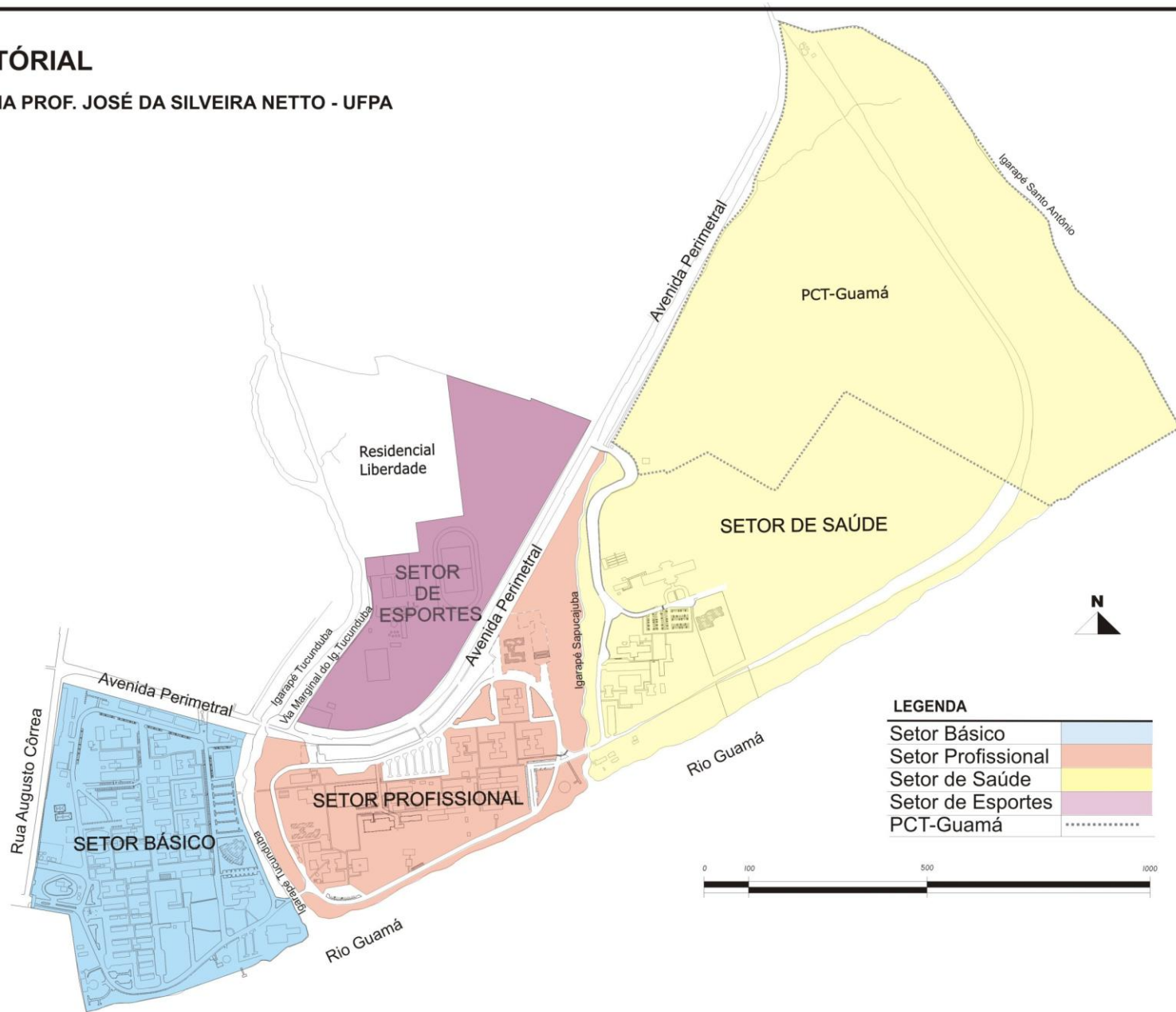
Figura 6 - Prefeitura da Cidade Universitária da UFPA. Fonte: Jacilino, Barbosa. 2012

Tempo como propósito organizar e planejar o seu espaço físico a UFPA dispõe de uma Prefeitura (figura 6) e de pessoal especializado para assessorar as suas atividades. As intervenções no espaço universitário são acompanhadas por profissionais das diversas áreas do conhecimento: engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia sanitária, arquitetos, urbanistas, etc. Dentro de sua estrutura administrativa existe a Comissão de Regularização Fundiária responsável pelos registros, análises e acompanhamentos de processos e procedimentos que envolvam os bens imóveis da instituição, tanto os de sua propriedade quanto aos de seu uso e de propriedade de terceiros.

Atualmente a organização da Cidade Universitária se concentra em uma área remanescente do seu patrimônio totalizando 470 ha, dos quais 203 ha estão ocupados. Está dividida em quatro grandes setores: Básico; Profissional; Esporte e de Saúde (mapa 9).

DIVISÃO TERRITÓRIAL

CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ DA SILVEIRA NETTO - UFPA



Mapa 9 - Mapa da divisão territorial da Cidade Universitária
 Fonte: Memorial do Plano Diretor da Cidade Universitária da UFPA (2011)

O Setor Básico possui ao todo 30,03 ha de área, foi a primeira área do *campus* a ser ocupada, limita-se pela Rua Augusto Corrêa, Avenida Perimetral, igarapé Tucunduba e Rio Guamá. Possui dois portões de acesso; um pela Rua Augusto Corrêa, na confluência com a Avenida Bernardo Sayão, e outro na Avenida Perimetral, a pouco mais de 100 m do igarapé Tucunduba. Suas maiores dimensões são de 750 m (sentido Norte/Sul) e de 620 m (sentido Leste/Oeste). É constituído com os pavilhões de salas de aula, composto, em sua maioria, por pavilhões (nomeados com letras do alfabeto de A a Q), por sedes de Institutos da UFPA: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Instituto de Ciências Exatas e Naturais (ICEN), Instituto de Geologia (IG), Instituto de Letras e Comunicação (ILC), a Prefeitura da Cidade Universitária (PCU), Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação Matemática e Científica (NPADC), Ginásio de Esportes, a Reitoria, Restaurante Universitário, a Capela Ecumênica, o Vadião, (espaço de convivência) e por laboratórios, além de outras atividades e equipamentos importantes para toda a comunidade universitária, como Agência Bancária, Correios, Posto de atendimento à saúde, etc. Abriga cursos de licenciaturas, ciências exatas, naturais e da terra, biológicas, humanas e de estudos linguísticos. O Setor Básico concentra atividades importantes para toda a comunidade universitária, pois seus equipamentos não são de interesse exclusivo dos Institutos nele sediados. Devido a este aspecto o Setor possui centralidade na Cidade Universitária, atraindo fluxos para os serviços dispostos em seu espaço. Desta forma, teria um número de usuários expressivo, não necessariamente sediado nas atividades dos edifícios do Setor (p. 9).

O Setor Profissional, segundo grande Setor da Cidade Universitária tem área total de 30,97 ha, medindo aproximadamente 755 m (sentido Leste-Oeste) e de 409 m (sentido Norte-Sul). Este local abriga as Faculdades, Institutos e Núcleos ligados às ciências aplicadas, às tecnologias e aos programas de pós-graduação destas áreas, predominantemente. É no Setor Profissional que estão situadas as Engenharias e o Instituto de Tecnologia (ITEC), bem como os cursos da maioria das Ciências Sociais Aplicadas (Serviço Social, Administração, Arquitetura e Urbanismo, etc.) e seu Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), além do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ), Instituto de Ciências da Educação (ICED), o Núcleo de Altos Estudos Amazônico (NAEA), e o Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), entre outros equipamentos de uso frequente. O Setor possui também uma sequência de pavilhões de aulas teóricas, bem como laboratórios. (p. 21)

O Setor Profissional está estruturado em torno de uma grande quadra central, que concentra 93,18% de suas estruturas e usos. Não há propriamente “limites” de lotes no interior da Cidade Universitária; no entanto, há certa diluição da escala urbanística no Setor, a partir da implantação dos blocos, do arranjo de quadra e do traçado do sistema viário principal (p. 22).

O Setor de Saúde tem área total de 120,29 ha, é considerado área de expansão do *campus*. Em sua área está incluída a construção do Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá (PCT), com uma área de 72 ha (inclui o projeto urbano e as áreas de proteção ambiental (SEDECT, 2009), restando aproximadamente 37,84 ha de área edificável. Comporta unidades acadêmicas do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), o Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) e o Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza, onde estão localizadas atividades dos cursos de Odontologia, Farmácia, Enfermagem. É mais recente que os Setores Básico e o Profissional. Como dito anteriormente é uma área preferencial para a expansão dos equipamentos urbanos de maior porte da Cidade Universitária, dispendo de uma área de 8 ha para este fim, e já apresenta tendências a problemas futuros quanto à carência de diretrizes de zoneamento e de regulação de usos do solo, pois as atividades do setor de saúde devem existir no mesmo setor em que algumas atividades tecnológicas devem tomar lugar (p.29).

Encontra-se em fase de construção, no Setor de Saúde, o Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá (PCT), projeto de porte, objeto de convênio do Governo do Estado do Pará com a UFPA, visando à implantação de um polo de tecnologia dentro da Cidade Universitária, nos moldes dos polos de pesquisa e desenvolvimento europeus. Esta atividade, a julgar por iniciativas semelhantes já implantadas no país (como no caso da Cidade Universitária da Ilha do Fundão, da UFRJ no Rio de Janeiro-RJ), demanda cuidados quanto às incomodidades decorrentes do uso (p. 29).

Outro uso em vias de implantação é o complexo de Engenharia Naval, objeto de discussão sobre a localização, porte e eventuais incomodidades ao Hospital Universitário, inclusive no âmbito da comissão de elaboração do Plano Diretor da Cidade Universitária, devido à mistura de usos. É importante frisar que, enquanto na cidade “externa” as misturas de uso são em geral interessantes e economicamente produtivas, no caso da Cidade Universitária há que se obedecer a certos parâmetros funcionais no sentido de preservar a coexistência de usos, e de usos com afinidades, em certas ocasiões (p. 29). Não se pode pensar a Cidade Universitária à semelhança da cidade que a comporta. Mas, como uma unidade regional destinada ao cumprimento de uma função pública.

Setor de Esportes possui área total de 32,64 ha, de ocupação eventual e com problemas de manutenção, o parque de esportes da UFPA tem características específicas em relação às demais estruturas da Cidade Universitária. De certa forma é a sua parcela mais próxima, integrada e em contato com as porções urbanizadas do entorno; no caso, as ocupações vizinhas do Riacho Doce e Pantanal, nas proximidades do igarapé Tucunduba. Os limites do Setor são, portanto, a ocupação Riacho Doce a Oeste, o bairro Montese a Norte, a ocupação da Avenida Perimetral a Leste e a fronteira da Avenida Perimetral com a Cidade Universitária, ao Sul. Esta área é também, considerada de expansão para a universidade (p. 34).

Nota-se que a desarticulação urbanística, além da falta de manutenção colaboram para a dificuldade de apropriação do Setor para a população usuária. São relatados casos de assaltos e roubos a alunos e frequentadores nas proximidades, já que é necessária uma caminhada até as quadras e piscinas para a utilização dos equipamentos do Setor (p. 34).

O Setor de Esportes tem uso e ocupação eventuais, por parte da comunidade universitária. Obviamente há intensividade de uso, mas não há expediente propriamente no Setor. Suas densidades ficam, portanto, baixas, tanto em função da expressiva área territorial que a ele corresponde, quanto ao número de turmas praticantes das modalidades ou simplesmente pelos visitantes, abaixo dos 20 usuários/ha. O problema do Setor de Esportes, no aspecto urbanístico, reside na necessidade de integração espacial com o seu entorno, a própria Cidade Universitária e a cidade que o contorna (p. 35).

Estudos preliminares realizados pela Comissão de elaboração do Plano Diretor da UFPA, formada em 2008, na gestão do Reitor Prof. Alex Bolonha Fiúza de Mello, diagnosticaram densidades variadas por trecho, segundo dados fornecidos pelas unidades acadêmicas e administrativas da UFPA, apontados no Relatório Preliminar: análise de parcelamento, densidades ocupacionais e aspectos morfológicos gerais do ambiente construído, de 2007, coordenado pelo Arquiteto e Urbanista Prof. Juliano Ximenes, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, que visa subsidiar a elaboração do Plano Diretor da UFPA, os quais serão descritos, destacando os aspectos principais de cada setor.

No que tange à ocupação do solo, cada setor apresentou graus diferenciados de ocupação. O Setor Básico possui taxa de ocupação de 30% o Setor Profissional 21% e o Setor de Saúde 6%. A Taxa de Ocupação é, em síntese, um índice urbanístico que mede a quantidade de solo urbanizado que se encontra efetivamente ocupada.

O estudo parte da ideia de densidade ocupacional (isto é, de usuários por turno), o cálculo registrou uma densidade bruta, para o Setor Básico, de 239 pessoas por hectare. A densidade líquida, de onde se excluiu áreas de sistema viário e vazios de quadra, totalizou 266 pessoas por hectare. Em síntese, o cálculo apontou o número de usuários de 7.176 pessoas no Setor, e uma população usuária total de 18.699 pessoas (p.18).

O Índice (ou Taxa) de Aproveitamento é, por sua vez, um índice urbanístico que mede o grau de adensamento intensivo, tipológico e frequentemente vertical, do solo urbanizado. O seu cálculo consiste em uma divisão entre a área construída total (na somatória dos pavimentos, inclusive) da estrutura e a área de seu terreno (SOUZA, op. cit.). O Índice de Aproveitamento permite quantificação mais fiel da relação entre densidade construída e demográfica, embora não necessariamente pelo viés populacional, e sim pelo tipo de apropriação das infraestruturas; quanto mais vertical e tipologicamente intensivo, maior tende a ser o seu compartilhamento.

O Setor Profissional apresenta característica de ocupação e de sua intensidade diferenciada em relação ao Setor Básico. Apesar de haver semelhanças na distribuição dos contingentes populacionais que compõem a densidade ocupacional, no Setor Profissional as densidades se apresentam ainda mais concentradas nos pavilhões de aula teóricas. Em linhas gerais, a densidade bruta do Setor foi de 112,95 usuários/ha, considerando a afluência de pessoas no turno da noite, e de 260,09 usuários /ha durante o dia. Tais dados puderam ser refinados desta forma devido à distribuição dos relatórios dos Institutos do Setor Profissional. É curiosa a diferença de ocupação do Setor, entre turnos; mais de 130% (p. 26).

Da mesma forma, no Setor de Saúde houve a constatação dos dados do ambiente construído no cálculo de densidade ocupacional. A área denominada de Quadra 01 apresentou mais altos índices de densidade de uso, acima de 120 usuários/ha de densidade de população usuária total, e com 60,6 usuários/ha de densidade ocupacional flutuante, por turno. A densidade geral líquida foi de 104,4 usuários/ha, para população usuária total, e de 52,20 usuários/ha para densidade considerando a população flutuante, por turno (p. 33).

Tabela 3 – Índices Urbanísticos da Cidade Universitária

Setor	Área (ha)	Taxa de ocupação	Usuários	Densidade Bruta (usuário/ha)	Densidade de Ocupação	Coef. de Aproveitamento
Básico	30,03	30%	18.699	239	Alta	80%

Profissional	30,97	21%	11.533	112,95	Baixa	31%
Saúde	120	6%	604	104,4	Baixa	7%
Esportes	32,64	10,5%	--	20	Baixa	10,5%

Fonte: Primeiro Relatório preliminar do Diagnóstico do Plano Diretor : análise de parcelamento, densidades ocupacionais e aspectos morfológicos gerais do ambiente construído, UFPA, 2008

De acordo com o Normativo do Plano Diretor da UFPA, o zoneamento de uso do solo da Cidade Universitária tem por objetivo consolidar a setorização do espaço e evitar a aproximação de usos conflitantes (2010, p. 3).

Quanto ao uso do solo a Cidade Universitária dispõe da seguinte classificação:

- a) Ensino: Prédios com predominância no serviço de educação, a exemplo de blocos de salas de aulas teóricas de graduação e pós-graduação.
- b) Institucional: Atividades administrativas como coordenações, secretarias, diretorias e etc. Serviços públicos em geral como auditórios, bibliotecas, ginásio, alimentação e outros.
- c) Laboratorial: Prédios destinados ao ensino e pesquisa com atividades desenvolvidas predominantemente em laboratórios e manipulação de agentes químicos, micro-organismos ou uso de equipamentos especializados que exijam controle físico-ambiental para desenvolvimento de atividades (iluminação especial, temperatura controlada, paredes laváveis, etc.)
- d) Hospitalar: Serviços de saúde em hospitais, ambulatórios, laboratórios, consultórios e etc.
- e) Uso Misto: Edificações com diversos usos.
- f) Áreas verdes: Áreas florestadas, margens de cursos d'água e/ou bosques definidos como áreas de preservação de interesse institucional.

O setor básico se destaca pelo uso predominantemente de ensino, com taxa de 53%, seguida pelo uso de atividades institucionais com 27% e laboratorial de 19%. As principais atividades da instituição se concentram nesse espaço, talvez em razão dele ser o espaço pioneiro concebido no interior da Cidade universitária.

No setor Profissional o uso predominante é o laboratorial, com uma taxa de 41%, seguido pelo uso voltado ao ensino com taxa de 34%, seguido do uso institucional, com 25%.

No setor de Saúde predomina o uso laboratorial, com taxa de 78%, uso destinado ao ensino com taxa de 15%, seguido do uso institucional, com 7%.

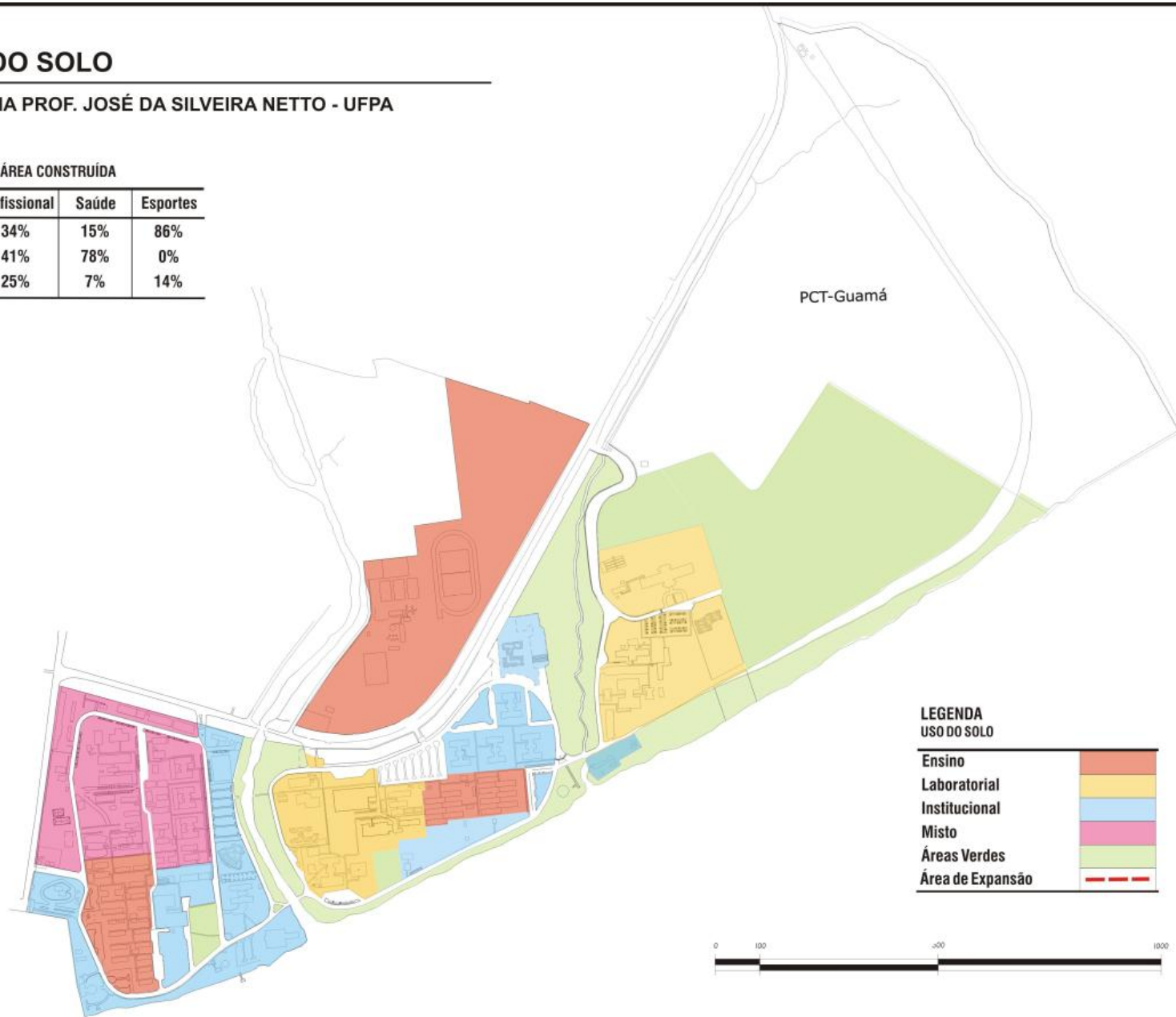
E finalmente, o setor de Esporte com predominância do ensino com taxa de 86%, com 14% de uso institucional e sem uso laboratorial. O mapa 10 apresenta o uso do solo e o quadro 8 traz uma síntese dos usos do solo na Cidade Universitária da UFPA.

MAPA DE USO DO SOLO

CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ DA SILVEIRA NETTO - UFPA

USO DO SOLO POR ÁREA CONSTRUÍDA

Uso do solo	Básico	Profissional	Saúde	Esportes
Ensino	53%	34%	15%	86%
Laboratorial	19%	41%	78%	0%
Institucional	27%	25%	7%	14%



Mapa 10 - Mapa de uso do solo da Cidade Universitária.

Fonte: Memorial do Instrumento Normativo do Plano Diretor da Cidade Universitária - 2010.

Quadro 8 – Síntese do Uso do Solo na Cidade Universitária da UFPA, por Setor

Setor	Uso
Setor Básico	<ul style="list-style-type: none"> • Predomina o de ensino com 53% de sua área construída destinada a esse uso, este se concentra ao sul da quadra central através de 17 blocos de salas de aula. Nas faixas periféricas da quadra estão os usos de caráter administrativo e de serviços como a Prefeitura, Livraria universitária, Restaurante Universitário, Capela Ecumênica, Reitoria, Auditório, Ginásio de esportes etc. Ao norte do setor o uso apresenta-se heterogêneo, com a presença de prédios administrativos (FADESP, Almoxarifado geral, CAPACIT e etc), laboratórios e os Institutos, que possuem função mista: administrativa, ensino e laboratorial.
Setor Profissional	<ul style="list-style-type: none"> • O uso de maior presença no setor é o laboratorial devido ao fato da maior parte das edificações serem laboratórios dos cursos de engenharias, os quais estão concentrados a leste da quadra. O segundo maior uso é o de ensino através de dois pavilhões de salas de aulas com 13 blocos cada um possuindo em média 12 salas. • Há pequenas áreas de mata, situada às margens da quadra central. Essa presença se dá pelas matas ciliares ao longo das margens do Rio Guamá, Igarapé Tucunduba e Igarapé Sapucajuba. Nas margens dos igarapés estão localizadas as coberturas vegetais mais densas, como pode ser vistos no Bosque Prof. Benito Calzavara e Bosque Prof. Camilo Viana, as quais são definidas como áreas de interesse à preservação ambiental.
Setor da Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • O uso predominante é o laboratorial/hospitalar, o qual apresentou 78% da área construída do setor. • Possui maior quantidade de área livre disponível para a construção de novos prédios e por isso é visto como área de expansão do Campus a presença da área verde com intenção de preservação ambiental, a massa vegetada poder ser encontrada na mata ciliar do igarapé Sapucajuba e Rio Guamá, e em uma mata de aproximadamente 25 ha considerada uma rara amostra do ambiente natural da floresta amazônica.
Setor de Esportes	<ul style="list-style-type: none"> • O uso predominante é o de ensino através do projeto Riacho Doce (Departamento de Educação Física do Instituto de Ciências da Educação), que atende crianças que moram nas áreas circunvizinhas à Universidade. São previstos para esse Setor a construção de prédios administrativos como o Prédio da Defensoria Pública do Estado, Prédio da ADUFPA (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará) e da sede para o Luamin, (programa de extensão interdisciplinar desenvolvido na Faculdade de Serviço Social) o qual desenvolve atividades com crianças, jovens, adolescentes e familiares de comunidades próximas à UFPA através de oficinas de artes e informática (TRINDADE, 2010).

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações do Memorial do Instrumento Normativo do Plano Diretor da Cidade Universitária de 2010.

A intensificação do uso do solo na Cidade Universitária se deu em consequência do crescimento da demanda pelos serviços educacionais a partir da década de 1970, esses fatos determinaram a expansão das instalações prediais e de pessoal a fim de suprir a demanda daquele contexto. Houve o aumento da oferta de cursos de graduação, do número de alunos matriculados, e conseqüentemente, a procura por novos serviços, até então indisponíveis no *Campus* Universitário.

Esses episódios demonstraram que a expansão pela qual a Cidade Universitária passou se concentrou inicialmente no Setor Básico, se irradiou para o Setor Profissional e, posteriormente se estendeu ao Setor de Saúde. Não se pode negar inclusive, que existem disputas territoriais dos dirigentes de unidades por mais espaço. Cada um tenta impor a sua vontade numa demonstração de força e poder pelo que o curso ou programa de pós-graduação representa no contexto da economia regional. É este jogo que define quem pode obter mais ou menos espaço na Cidade Universitária da UFPA.

... O espaço físico do *campus* da Universidade é também um espaço político, que tem dono, no qual o professor se acha o dono da sala de aula ou do laboratório. Os alunos e funcionários também. É um espaço compartimentado. O jogo de poder dentro da Universidade faz com que as pessoas disponham de mais ou menos espaço, e de espaços mais ou menos ocupados. Quanto mais poderosa a Unidade, mais espaço e mais equipamento o professor dispõe. Esse jogo existe na Universidade e isso não é nenhuma novidade. Quando o Lourenço (reitor) assumiu, as demandas que as pessoas queriam construir eram coisas absurdas. Os departamentos queriam mais trezentas salas de aula, mais quatrocentos laboratórios e, hoje o DEMEF deve continuar recebendo solicitações as quais não sabe se são verdadeiras ou não, porque, muitas vezes são solicitações injustificadas. Então pensou-se em fazer um trabalho para verificar o que as unidades realmente necessitam, se necessitam, quanto e onde. O Sebastião Lopes da UFMG sempre foi preocupado com a necessidade de um programa para levantar o uso real do espaço físico das Universidades, ou seja, o uso real do espaço físico, através do uso de alguns programas de análise. Na época fizemos outro levantamento físico de todas as salas e laboratórios. Uma matriz informava a área, o tipo de equipamento, o uso da sala e quem a usava, isso com todos os dados do Sistema de Facilidades. Do levantamento do potencial físico utilizado na Universidade, e do potencial que a Universidade tinha para utilizar, detectou-se que em algumas áreas haviam espaços que eram usados duas horas por dia. Não tinham utilização plena. Então chegamos a uma equação de uso médio ou do uso adequado. Acima, significava super uso e abaixo, sub uso. Com base nisso começou-se uma análise das solicitações do Centros. Verificou-se que um determinado Centro não precisava de mais espaço físico, já tinha suficiente, só que mal utilizado.. Esse foi o segundo momento do Planejamento do Espaço Físico. Esse trabalho, porém foi feito só para atividades Fim e não para atividades Meio” (Depoimento de José Freire, ex-gestor da UFPA, Projeto Univer[s/c]idade, 2007).

Ainda hoje é difícil mensurar a real necessidade de espaços pelas unidades acadêmicas. O que se percebe é que o espaço está se tornando raro na Cidade Universitária e isto vai exigir dos gestores pensar em espaços cada vez mais de uso-múltiplo, aonde cada

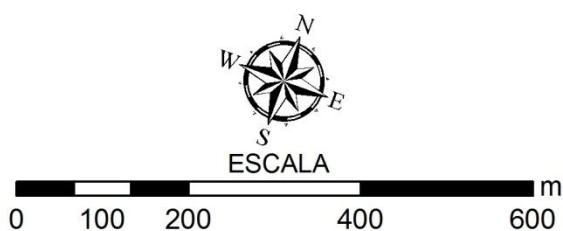
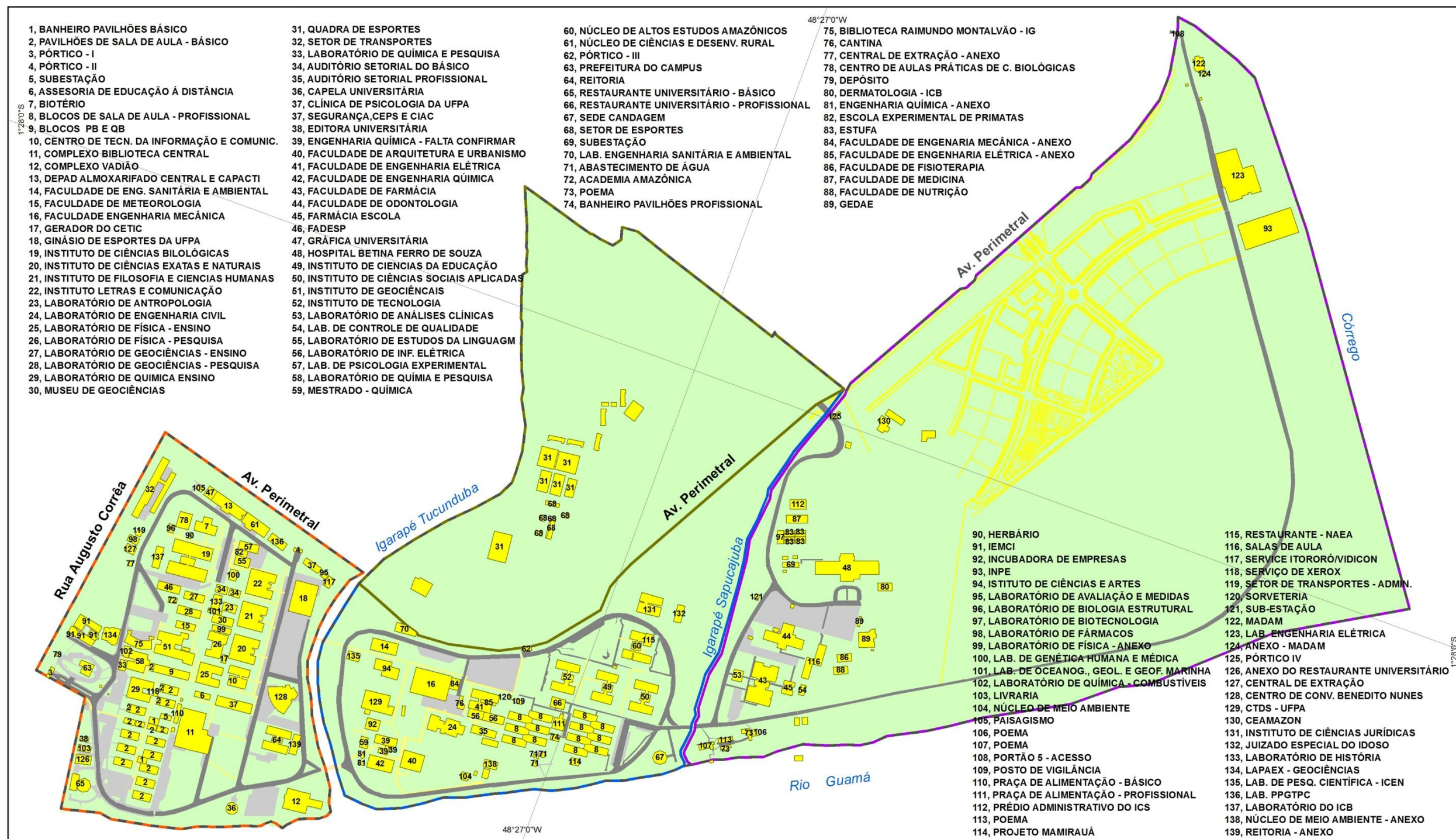
unidade vai poder usufruir e compartilhar com outras unidades e ninguém vai se intitular “proprietário”.

Em resumo, hoje a Cidade Universitária da UFPA se encontra com quase a totalidade dos seus espaços ocupados. É visível a concentração predial no Setores Básico e Profissional. O mapa 11 retrata a ocupação do solo na Cidade Universitária. Chamamos a atenção para a densificação do uso do espaço nos dois principais setores da Cidade Universitária. O Setor Básico encontra-se com disponibilidade área reduzida. O cenário no Setor Profissional também não é diferente. Os números mostraram e as imagens confirmam que existem poucas áreas para expansão sinalizando uma tendência de verticalização.

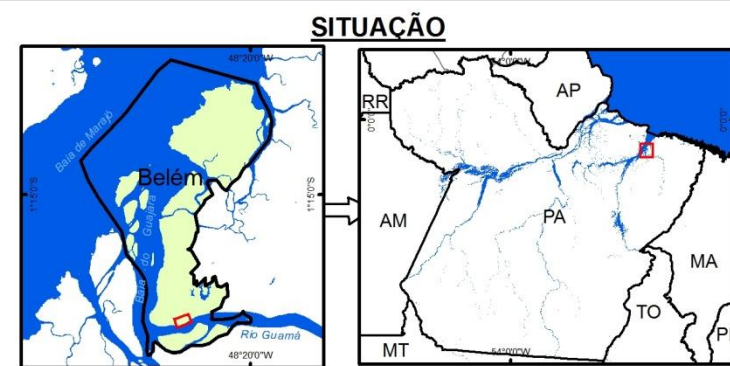
Constatamos que a ocupação e o uso do solo na Cidade Universitária se dão em razão da sua função institucional e, que o aumento da demanda por seus serviços tem consequências imediatas na ampliação da sua infraestrutura física. Partindo desses pressupostos, os gestores necessitam pensar melhor a universidade e utilizar de forma ordenada o seu espaço patrimonial.

E para finalizar, lembramos a lição de Santos (1985, p. 1) de que a essência do espaço é social. O espaço não pode ser formado apenas pelas coisas, por objetos naturais e artificiais. Ele é um produto humano e sua organização deve refletir as necessidades humanas. O espaço social fruto das relações entre os homens é também o resultado das suas ações projetadas no tempo. Foi o que expressou o espaço institucional da UFPA.

OCUPAÇÃO DO SOLO NA CIDADE UNIVERSITÁRIA PROF. JOSÉ DA SILVEIRA NETTO



Fevereiro de 2012
 Datum: SAD 1969 - Coord. Geográficas
 Base Cartográfica: GAPTA/UFPA,
 Prefeitura/UFPA (CAD) e IBGE
 Fonte: Prefeitura/UFPA e GAPTA/UFPA
 Concepção: Jacilino Barbosa
 Digitalização: Fernando Araújo



Mapa 11 - Ocupação do solo na Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto.

4.6 O PARQUE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO GUAMÁ – PCT GUAMÁ

Proveniente de convênio entre o Governo do Estado do Pará e a Universidade Federal do Pará, o Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá (PCT Guamá), encontra-se em fase de instalação, em uma área de aproximadamente 72 ha cedida pela UFPA. O objetivo dessa parceria consiste na implantação de um polo de tecnologia dentro da Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto.

Com esse objetivo, o parque estimula e gera o fluxo de conhecimento e tecnologia entre universidades, instituições de pesquisa, empresas e mercados; promove a criação e o crescimento de empresas inovadoras mediante mecanismos de incubação e de spin-off; e proporciona outros serviços de valor agregado, como, por exemplo, espaço e instalações de alta qualidade. Trata-se de uma tentativa estratégica de modernização que se fundamenta na indução da utilização mais qualificada dos recursos naturais da região e do aproveitamento de potencialidades locais latentes. Esta estratégia requer, por um lado, o fortalecimento do capital social e do capital humano, em nível estadual, e, por outro, a incorporação de ciência, tecnologia e inovação à produção regional. (<http://www.pctguama.pa.gov.br/>, acesso em 27/01/12 às 14:58h).

Segundo a *International Association of Science Parks* (IASP) um parque de ciência e tecnologia é uma organização cujo objetivo fundamental é incrementar a riqueza de sua comunidade, promovendo a cultura da inovação e da competitividade das empresas e das instituições geradoras de conhecimento instaladas no parque ou associadas a ele (op.cit.).

Através desse projeto busca-se impulsionar um Novo Modelo de desenvolvimento. A área do PCT- Guamá é contígua ao Setor de Saúde da UFPA e possui formas de uso e ocupação do solo próprias. Está localizado no perímetro urbano da cidade de Belém. Sua localização permite acesso fácil a outras capitais do país através da BR 316 e da proximidade ao Aeroporto Internacional de Belém. Além de facilitar o escoamento da produção local, dispõe também de um facilitado acesso ao Porto de Belém, distante cerca de 11 km para operação em contêineres e o Porto de Vila do Conde, no município de Barcarena, distante cerca de 52 km do Parque, ver mapa 8. (op.cit.).



Mapa 12 – Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá.

Fonte: <http://www.pctguama.pa.gov.br>

O PCT- Guamá de acordo com o Art. 1º do seu Regimento Interno foi constituído como entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará. Tem por objetivo prestar assistência à pesquisa, à ciência e à inovação, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico de Belém, do Pará e do Brasil, mediante a estruturação e gestão sustentável de ambientes de inovação capazes de potencializar as atividades de pesquisa científica e tecnológica; a introdução de inovações e a transferência de tecnologia, bem como criar e consolidar empreendimentos de classe mundial em desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica e de novas tecnologias, produtos e processos (art. 2º).

De acordo com a missão e os objetivos elaborados para o PCT- Guamá, este deverá se configurar como um elemento fundamental de apoio/fomento à criação e atração de empresas estratégicas ao Estado e concebido para ser elo potencializador da transferência do conhecimento científico às empresas que gerem produtos de alto valor agregado.

A implantação do PCT Guamá gera grandes expectativas e oportunidades para a comunidade acadêmica, para as empresas que pretendem investir em desenvolvimento de

novas tecnologias de produtos e serviços e para a comunidade do entorno. É importante destacar que o caso do PCT Guamá, encontra-se inserido na periferia de Belém, nas proximidades dos bairros Guamá e Montese.

Atualmente, o PCT Guamá encontra-se em fase de obras de infraestrutura e urbanização. Estão previstos a instalação de sistema viário, o calçamento, a caixa d'água, as redes de esgoto, a energia e o telefone, além do pórtico de entrada do complexo. O PCT terá espaços para um Laboratório de Alta Tensão; uma Incubadora de Empresas; Laboratório de Monitoramento de Florestas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Laboratório do CEAMAZON, em parceria da UFPA com a Eletrobrás; Laboratório de Qualidade do Leite, que integrará a Universidade Federal Rural da Amazônia, a Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI), a Embrapa e o Ministério da Agricultura; e um Laboratório de Tecnologia do Alumínio, que será instalado pela mineradora Vale (<www.beiradorio.ufpa.br>).

Importante ressaltar também, que para a consolidação do PCT Guamá há de se investir fortemente em infraestrutura como, por exemplo, na duplicação da Avenida Perimetral. Para isso, torna-se necessário a remoção de inúmeras famílias que ocupam atualmente as margens da rodovia. Desde a gestão da Governadora Ana Júlia Carepa (2007-2010), o estado do Pará vem tentando realizar a desapropriação e a remoção das famílias que ocupam as margens da rodovia visando à duplicação, porém sem obter êxito até o presente momento. A duplicação desta avenida ajudaria a melhorar o fluxo de veículos e de pessoas para o bairro Universitário, sobretudo, por se constituir em única alternativa de acesso a essa parte da cidade, por rodovia, sem passar pela movimentadas avenidas do centro da Belém.

Em síntese, o PCT Guamá já é uma realidade, todavia, ainda é cedo para avaliar o sucesso de sua implantação. No momento, o que se sabe é que existe um longo caminho a percorrer. E, para que o parque efetivamente, venha a tornar-se parte da vida comunitária é necessário que os parceiros do projeto intensifiquem suas ações na estruturação do parque e consequentemente, na criação de oportunidades às populações carentes do entorno do projeto.

4.7 CONCEPÇÃO DE PLANO DIRETOR PARA A UFPA

A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 182 e 183 colocaram como premissa a função social da cidade, mas remeteram aos planos diretores municipais para cidades com mais de 20 mil habitantes a aplicação dos seus preceitos. Sua regulamentação só se concretizou em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, Lei 10.257/01, quando foram regulamentados os artigos da constituição sobre a função social da propriedade e da cidade.

O Estatuto da Cidade “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Cap. I, art. 1º, par. Único). Dispõe que “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno funcionamento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana...” (Art.2º).

Para que a cidade cumpra sua função social é necessário que a propriedade individual seja, no mínimo, relativizada, para garantir o acesso a todos os moradores à cidade. Essa relativização é expressa no Estatuto, em especial nos artigos que reconhecem o direito de usucapião urbano e, assim, indicam limites à especulação imobiliária.

O Estatuto da Cidade foi criado com o propósito de estabelecer limites e desvendar conflitos relacionados ao planejamento, à apropriação, à propriedade, à gestão e ao uso do solo nas áreas urbanas.

Visando o cumprimento da função social da cidade, o Estatuto da Cidade estabeleceu a obrigatoriedade de aprovação do Plano Diretor para todos os municípios com mais de 20 mil habitantes. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei (Art. 39).

O ordenamento territorial da propriedade se realiza através de instrumentos criados para este fim. De 1968 a 1970 existia na UFPA um Plano Diretor que era uma concepção em planta. Para um dos gestores da época, o arquiteto José Freire, “o desenho do Campus era chamado Plano Diretor. Hoje a concepção de Plano Diretor para uma Universidade é diferente”. Para o arquiteto “um Plano Diretor é fundamental para qualquer empresa ou instituição. Em uma Universidade o Plano deve considerar todos os aspectos

relativos a atividades administrativas e acadêmicas, assim como os objetivos a curto, médio e longo prazos. A complexidade deste Plano em uma Instituição de Nível Superior está em saber dimensionar múltiplas faces dos problemas e das necessidades universitárias. O cenário deve ser sempre a sociedade e suas demandas e a perspectiva deve ser o futuro da Instituição. Um Plano Diretor é um documento técnico que define como está a Universidade hoje, qual seu potencial, suas carências, seus problemas, e o que é necessário fazer para atender suas necessidades. Por outro lado, identifica também o ambiente externo e, em que este necessita da Universidade, além do que tem que ser feito nesta para atender as necessidades da sociedade (Depoimento José Freire, ex-gestor da UFPA, Projeto Univer[s/c]idade, 2007)

Para a Comissão responsável pelo diagnóstico e estudos do Plano Diretor da UFPA seria, portanto, um instrumento de planejamento e gestão do solo no território do campus o qual era entendido como um conjunto de medidas de caráter nitidamente urbanístico, associado a outras medidas de disciplinamento das obras civis edilícias, de modo a codificar regras claras a fim de garantir um padrão mínimo de qualidade ambiental e funcionalidade na expansão da ocupação futura do campus (MEMORIAL DO INSTRUMENTO NORMATIVO DO PLANO DIRETOR DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFPA, 2011, p. 6).

Atualmente o Plano Diretor deve ser reconhecido como a alma da Instituição, uma norma a ser aprovada pelo Conselho Universitário e implantada pela Administração superior. Não apenas um instrumento normatizador da organização interna da cidade universitária. Mas, sobretudo, um instrumento catalisador de recursos para o financiamento de sua estrutura física e acadêmica.

4.8 OS DESAFIOS PARA A GESTÃO DO ESPAÇO PATRIMONIAL DA UFPA

Manter a propriedade de um bem é considerado por muitos um grande desafio. O que dizer então quando esse bem público se localiza numa metrópole regional como Belém (PA), cidade que viveu uma crise de moradia nas décadas de 1980 e 1990? A UFPA dispõe hoje de pouco mais da metade do seu espaço patrimonial, e em razão das perdas ocorridas nas décadas pretéritas já enfrenta alguns problemas de ordem interna que podem se traduzir, no futuro, em prejuízos à sua função social.

Conforme expressa o Plano de Desenvolvimento (PD) 2001-2010 da UFPA, a Universidade, como toda e qualquer instituição é um organismo de natureza histórica, para

estar apta a desempenhar funções sociais relevantes precisa acompanhar a evolução dos tempos e adequar-se a cada conjuntura e contexto, compatibilizar-se, permanentemente, com as metamorfoses sociais mais amplas, comprometendo-se, através dessa inserção ativa, com a construção consciente do devir (p. 15).

Os PD são compromissos sociais assumidos com a sociedade, através de documentos públicos, onde a instituição projeta as suas ações visando atingir algumas metas. Nele se projeta o futuro da instituição, no seu PD 2001 a 2010 e no PDI 2011 a 2015 a UFPA se comprometeu entre outras ações, a expandir suas atividades acadêmicas.

É possível que hoje a instituição não tenha dificuldade em cumprir com os compromissos sociais acordados nos PD e PDI. Todavia, mantido o atual modelo de apropriação e ocupação do solo na cidade universitária Prof. José da Silveira Netto isto possa realmente comprometer as futuras expansões.

A maneira como a instituição ocupa e usa o solo da cidade universitária traz sérias preocupações, porque todo recurso natural, quando não se esgota tem seu uso limitado. Então, como usar de forma sustentável esse recurso sem deixar de atender aos interesses de todos os agentes envolvidos no processo? Visando responder a esse questionamento apresentaremos os principais desafios identificados neste trabalho para a gestão do espaço patrimonial da UFPA:

a) Com o crescimento das atividades acadêmicas a instituição tem que expandir os seus institutos, faculdades e núcleos e a “ausência” de espaço já é visto como um obstáculo para promover tal expansão. A ocupação das áreas do setor básico e profissional, por exemplo, se encontra com elevada taxa de ocupação, 30% e 21% respectivamente. Suas quadras estão completamente tomadas por edificações, fazendo com que algumas unidades se utilizem dos espaços “vazios” contíguos para sua ampliação construindo pequenas “puxadas” para expandir o seu espaço físico. Inclusive as áreas reservadas ao estacionamento de veículos foram utilizadas para a construção de edificações. Em décadas passadas alguns institutos expandiram seus espaços físicos construindo “anexos” e até mesmo ocupando área de estacionamento, este procedimento, ocorre em parte do poder institucional do qual dispõe em relação a outras unidades acadêmicas e, em face das atividades que desempenham e dos altos investimentos que recebem. É inaceitável que uma grande instituição como esta se utilize de mecanismos tão primários

como estes, demonstrando muitas vezes a completa falta de organização e planejamento na apropriação dos seus espaços, transformando os mesmos em verdadeiros territórios de disputa entre os gestores de unidades.

b)A verticalização das edificações e a necessidade de recursos para o seu financiamento correspondem a dois grandes desafios. O solo de várzea é considerado instável para a construção de grandes edifícios, requer o desenvolvimento de tecnologia avançada de construção e exige a aplicação de muito recurso financeiro. Quando o *campus* do Guamá foi concebido o espaço patrimonial da UFPA possuía grande extensão territorial o que fazia com que os planejadores não se preocupassem o tamanho do espaço, isto pode ser comprovado no estilo das edificações daquele contexto. A maioria das edificações era distribuída espacialmente por toda a extensão do *campus* universitário. Hoje não é mais possível fazer tal arranjo porque os não há disponibilidade de espaço como ocorria no passado. É bom frisar também, que os setores básico e profissional são os principais setores e se encontram com quase a totalidade do espaço comprometido, ou seja, ocupado.

c)A necessidade de estabelecimento de ordenamento espacial na perspectiva de um código de postura. Sem querer aprofundar nas discussões que envolvem o zoneamento e propriamente o ordenamento territorial, ordenar em poucas palavras significa por em ordem, e o código de postura deve trazer no seu bojo esta proposta. “Os documentos oficiais apresentam o ordenamento territorial como um instrumento técnico e político para tomada de decisão” (BENATTI, 2003, p.1-2). Como diz Dominguez (2000) citado por Benatti há de se compreender que o espaço físico que se pretende ordenar num determinado território é um espaço socialmente construído, portanto um produto humano, e o indivíduo se reconhece como parte de sua produção. O código de Postura da UFPA deve ser mais rigoroso e em sintonia com o Plano Diretor contemplar medidas que visem desde a escolha dos locais para construção até o tipo de edificação mais apropriada para àquele espaço. Vale lembrar também que, em caso de impasse envolvendo várias unidades acadêmicas pela disputa de terrenos na cidade universitária, a decisão deverá ser encaminhada à instância administrativa superior para a tomada de decisão, ou seja, ao CONSUN. Para obter êxito na gestão patrimonial, as medidas

administrativas devem ser convertidas em normas a fim de produzir os resultados esperados.

d)Redistribuição dos equipamentos e sua transformação em espaços de uso comum entre unidades acadêmicas. Como dito anteriormente, a universidade precisa se adequar aos novos tempos (...). Significa que há necessidade de se buscar alternativas para otimizar o uso dos espaços a redistribuição de equipamentos é uma forma de melhorar a utilização dos espaços. Essa iniciativa vem sendo estimulada pela CAPES quando orienta a compra de equipamentos para uso em laboratórios e exige o uso compartilhado por vários programas de pós-graduação. Essas medidas precisam ser adotadas em todos os níveis, desde a graduação até a pós-graduação. A universidade precisa pensar mais na construção de espaços de usos-múltiplos onde possa realizar o maior número possível de atividades. À medida que os espaços e equipamentos são utilizados com maior frequência importa em economia de recursos financeiros, de tempo e de espaço. Essas medidas geram economia que pode ser revertida em novos investimentos educacionais.

e)Articulação e integração entre os setores I, II, III e IV. Os quatro grandes setores que compõem a cidade universitária da UFPA estão distribuídos geograficamente de forma esparsa. Os *campi* I, II, e IV se encontram em áreas contíguas, ou seja, estão mais integradas entre si, ao passo que o *campus* III se localiza numa área em frente às demais e é seccionada pela Avenida Perimetral das Ciências. As principais atividades educacionais da UFPA: ensino e pesquisa estão concentradas nas áreas contíguas enquanto que na área seccionada concentra apenas alguns projetos de extensão. Vale lembrar que o estudo da Comissão do Plano Diretor indicou os *campi* III e IV como potenciais para a expansão. Por que então não promover a articulação desses espaços dando-lhes mais utilidade? Além do mais por que não abolir o uso da terminologia *campus* para designar tais setores e assumir a terminologia Cidade Universitária como unidade administrativa? Fazendo com que o espaço institucional da UFPA seja visto e reconhecido pela comunidade acadêmica e pela população em geral como uma unidade orgânica.

f) Estacionamento de veículos e a circulação interna na cidade universitária. A circulação de veículos e de pessoas na cidade universitária ocorre dentro da normalidade. Entretanto, nos dias em que acontece evento de grande porte como a realização de feiras, encontros, convenções etc, é que se percebe o quanto as áreas de estacionamentos são reduzidas e insuficientes para atender toda a demanda. Na área que circunda o prédio da Reitoria foi construído o Centro de Convenções com capacidade para 936 pessoas, e encontra-se em estudos a construção de um anexo para a administração e de área para a realização de feiras. Quando acontece um grande evento, todas as quadras dos arredores são tomadas por veículos, dificultando, inclusive a circulação de pessoas. Está em construção um prédio de três pavimentos anexo à Reitoria para abrigar a Pró-Reitoria de Administração. Significa aumento no número de pessoas e de veículos circulando, não houve a respectiva ampliação no número de vagas para estacionamento. Esses dois exemplos ilustram muito bem que, se não houver o cuidado na tomada de decisões na hora de construir, pode afetar a vida de toda a comunidade acadêmica.

g) Espaços, densificação de construções e as áreas verdes. Os espaços dos setores Básico e Profissional apresentam respectivamente densidade ocupacional de 467 usuários por hectares e de 160 usuários por hectares. O primeiro possui densidade de ocupação considerada alta, enquanto que o segundo possui densidade de ocupação baixa. Mas o uso do solo não se limita somente às edificações, há de levar em consideração as áreas verdes que compreende os bosques, as áreas dominiais, e as áreas de preservação permanente, constituída para manter o patrimônio ambiental. Nota-se que existe limitação para construir nessas áreas sob risco de afetar o equilíbrio ambiental local.

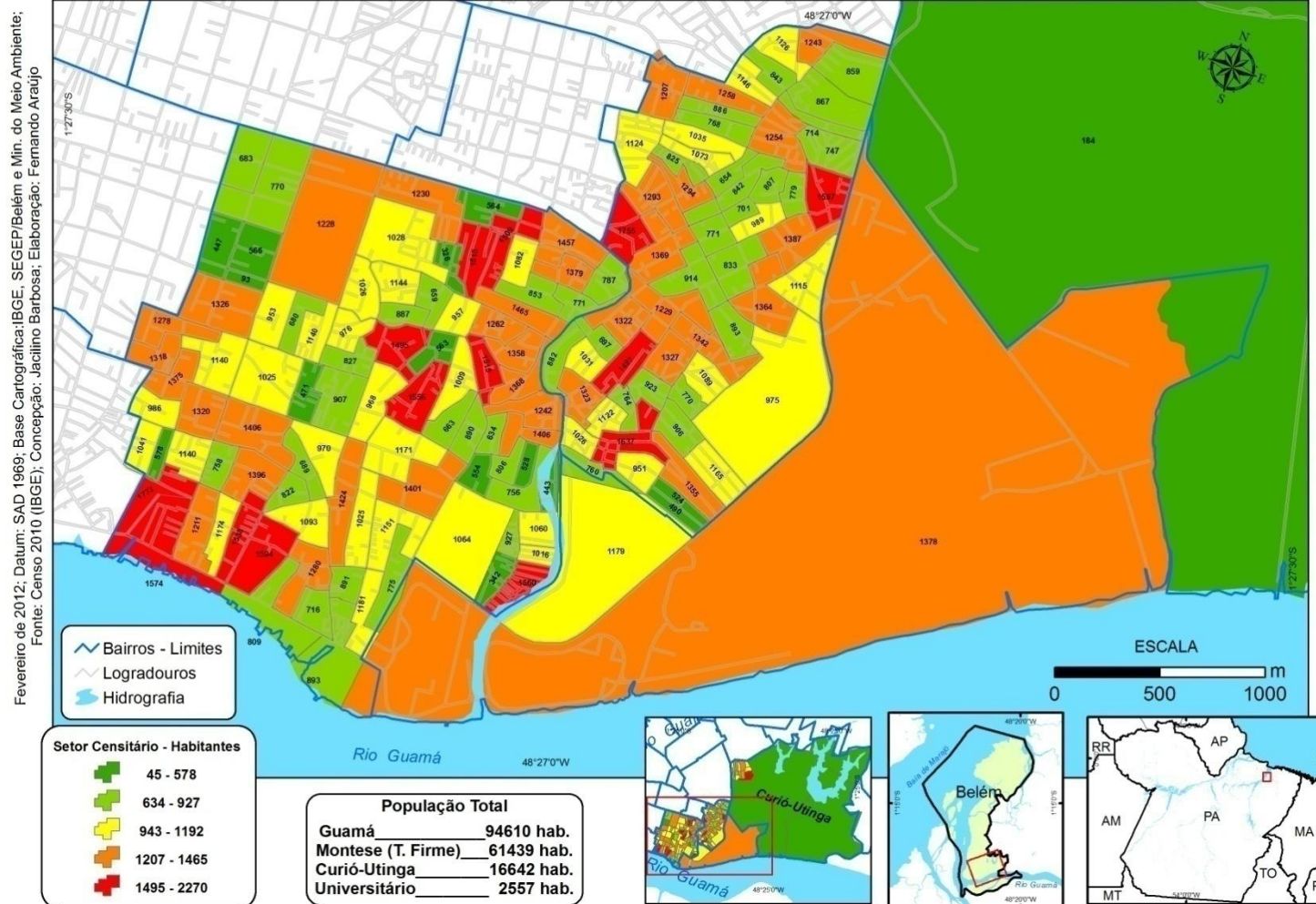
h) Recuperação da orla da Cidade Universitária e a definição de espaços de convivência. A proximidade da Cidade Universitária ao Rio Guamá a expõe a problemas naturais causados pela erosão do solo e desbarrancamento da orla. Por conta disso, torna-se urgente a recuperação e urbanização da orla, visando em primeiro lugar proteger o patrimônio público e ao mesmo tempo criar um espaço de convivência à margem do rio. A Cidade

Universitária recebe, além dos habituais frequentadores, muitas visitas diariamente de pessoas para conhecê-la, fazer caminhada pelas suas vias internas de circulação e até mesmo para contemplar a beleza da paisagem. A definição de um espaço para convivência pode valorizar ainda mais esse espaço e tornar-se, no futuro, uma área de visitação turística.

i) O espaço institucional e o bairro universitário: diálogo e convivência. A UFPA está localizada na periferia de Belém-Pa, às proximidades de dois grandes e populosos bairros: Guamá, com população de 94.610 habitantes e Montese, com população de 61.439 habitantes. Como podemos ver no mapa 13 os setores censitários apresentam elevada concentração populacional. São bairros carentes de vários serviços públicos. A convivência da UFPA com esses bairros hoje é considerada harmônica. Mas nas décadas de 1980 e 1990 a relação entre a instituição e os movimentos sociais pela moradia se estremeceu por ocasião das ocupações no interior do espaço patrimonial da UFPA. Desse conflito resultou na alienação de parte do patrimônio desta última aos seus ocupantes. Hoje, o diálogo está mais presente nas relações cotidianas. Isso porque os a Cidade Universitária supre a necessidade de muitos moradores do entorno que a procuram diariamente para resolver algum problema particular. A UFPA disponibiliza além dos serviços de saúde, atendimento às comunidades dos moradores através de diversos projetos de extensão.

Manter o domínio e a propriedade de um bem público das dimensões do espaço patrimonial da UFPA é realmente um grande desafio. Esta proteção exige dos seus dirigentes ações enérgicas no âmbito administrativo e do planejamento, porque só dessa forma é possível assegurar o usufruto ao patrimônio que é de todos. Mesmo que para isso contrarie interesses particulares. Pois a vontade coletiva deve prevalecer ao individual.

HABITANTES POR SETOR CENSITÁRIO NOS BAIRROS
GUAMÁ, MONTESE (TERRA FIRME), UNIVERSITÁRIO E CURIÓ-UTINGA EM 2010.



Mapa 13 – Habitantes por Setor Censitário nos Bairros Guamá, Montese (Terra-Firme), Universitário e Curió-Utinga em 2010

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando-se a questão central apontada no início desta dissertação, que versa sobre o processo de produção do espaço institucional em Belém (PA), especialmente a Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, da UFPA, no contexto da formação do “cinturão institucional”, na década de 1940, se chega ao final deste trabalho afirmando que a institucionalização dos espaços em Belém (PA) direcionou a expansão urbana da cidade para além dos limites da Primeira Léngua Patrimonial, em direção à ocupação das baixadas.

Reafirma-se a constatação de que a formação do espaço da UFPA se configurou em decorrência, por um lado, da ação política de implementação de campus na periferia das cidades capitais e, por outro lado, em função da expansão urbana da cidade

O espaço institucional da UFPA foi formado seguindo a mesma lógica de apropriação do espaço dirigida pelo Estado no que diz respeito ao seu espaço patrimonial, procedente do desmembramento de parte do patrimônio do antigo IPEAN (atual EMBRAPA) e doada pelo Ministério da Agricultura ao MEC e, da desapropriação de áreas de terras de terceiros, adjacentes à área cedida, localizados numa área de várzea, na periferia urbana de Belém, às proximidades dos Igarapés Tucunduba e Sapucajuba, para a instalação do *Campus* da Universidade Federal do Pará, em 1963.

Nesse contexto, a partir da formação do espaço patrimonial e da implantação do seu *campus* Universitário, a UFPA se afirma como instituição de ensino superior com *status* de Universidade, sendo a primeira instituição do Estado do Pará a constituir um *campus* universitário para congregar suas faculdades. Cerca de vinte anos após a construção do seu *campus*, já em 1985, o espaço patrimonial da instituição de ensino passou por forte pressão dos movimentos sociais urbanos que perduraram até a década seguinte. Tendo como resultado a redução de aproximadamente 46% da sua área por “ocupações” de famílias de baixa renda e por cessão de terras a outras entidades estatais.

Na elaboração desta dissertação buscamos sempre direcionar a construção dos capítulos, a partir de uma busca das respostas às nossas indagações iniciais: Como o espaço da Universidade Federal do Pará tem sido usado e ocupado ao longo do tempo? Qual é a interação que tem se estabelecido entre a Universidade Federal do Pará e o seu entorno imediato em função do exercício de sua função principal? Quais os desafios que se apresentam à gestão do espaço patrimonial da UFPA no atual contexto?

As respostas aos questionamentos levantados foram ao encontro dos objetivos propostos e, que após intensa pesquisa documental, mostraram que as três hipóteses levantadas se confirmaram:

- A produção do espaço da UFPA ao longo do tempo foi motivada pela cooperação interinstitucional e, ao mesmo tempo, pela cooperação e conflito entre os agentes sociais envolvidos face a complexificação das relações entre a cidade e o *campus*.
- À interação existente entre a UFPA e o seu entorno imediato baseia-se no uso desse espaço em função da sua natureza institucional e, ao mesmo tempo, por diversos atores sociais do entorno para as mais diversas atividades (acadêmicas, comerciais, serviços, etc), motivados pela expansão urbana e dinâmica da cidade.
- Os principais desafios que se colocam ao ordenamento territorial do espaço patrimonial da UFPA dizem respeito à consolidação do espaço dominial, das perspectivas acadêmicas e da interação entre a cidade e a UFPA.

Em relação à primeira hipótese percebeu-se que o uso e a ocupação do espaço no interior da Cidade Universitária são derivados do planejamento do desenvolvimento institucional. O uso e a ocupação do solo são determinados pela demanda dos serviços educacionais, que em razão da sua natureza e localização são escolhidos e utilizados para os fins planejados pela gestão administrativa e acadêmica da instituição. É importante destacar que nas unidades acadêmicas as decisões são colegiadas. Resulta de processo democrático baseado na vontade da maioria. Porém, algumas decisões são tomadas levando-se em consideração o “prestígio” da unidade, programa ou curso, como aconteceu com as apropriações do solo pelo Instituto de Geociências. O prestígio de que a unidade dispõe é o resultado, muitas vezes, do poder financeiro de que dispõe e do *status* do curso oferecido.

Na Cidade universitária da UFPA não existe limite de terrenos separando uma unidade da outra. Daí emana o impasse pela apropriação do solo, haja vista que todas as unidades tem o mesmo direito de se apropriar e usá-lo livremente. O uso do solo se determina em decorrência da natureza institucional que a Universidade desenvolve. Ensino, Institucional, Laboratorial, Hospitalar, Uso Misto e Áreas verdes.

O espaço da UFPA encontra-se organizado em quatro grandes setores: Básico, Profissional, Saúde e de Esportes. O Setor Básico se apresenta com a maior concentração de edificações, seguido pelo Setor Profissional. O Setor de Saúde é de ocupação recente, tendo disponibilizado parte de sua área para instalação do Parque de Ciência e Tecnologia do

Guamá e de área destinada à preservação ambiental. O Setor de Esportes é o menos articulado aos demais. Apenas os dois últimos dispõem de área para expansão.

A densidade de ocupação no Básico e Profissional encontra-se com taxa de ocupação do solo em torno de 30% e 21%, respectivamente, próxima do limite máximo recomendado. Diante dessas comprovações tem-se a confirmação da primeira hipótese.

A Cidade Universitária mantém relações com vários segmentos da sociedade. Tem importância e representação política no âmbito estadual e municipal e, desenvolve o papel de sede administrativa da instituição. O espaço universitário é um espaço público, de livre acesso a todos, dispõe de serviços variados, tem na educação superior o seu principal sustentáculo. Suas atividades não se limitam ao atendimento exclusivo dos usuários habituais (comunidade acadêmica), elas se estendem a serviços de outra natureza, como de algumas atividades comerciais, bancárias, restaurantes, lazer, etc. São atividades complementares às suas atividades fins. Os beneficiários dessas atividades são também moradores do entorno. Isto se deve à sua localização. Devido à sua proximidade, dezenas de moradores do entorno se dirigem diariamente à Cidade Universitária em busca serviços. No nosso entendimento, este é o verdadeiro papel que a Cidade Universitária deve desenvolver: integração com o seu entorno e diálogo permanente com a sociedade em geral. O que reforça a segunda hipótese.

A terceira hipótese está amparada nos desafios para o ordenamento territorial do espaço patrimonial. Os principais desafios que se colocam ao ordenamento territorial do espaço patrimonial da UFPA dizem respeito à consolidação do seu espaço dominial, das perspectivas acadêmicas e da interação entre a cidade de Belém e a UFPA.

Os desafios apontam na direção da expansão das unidades acadêmicas e na ausência de espaço para este fim e, como alternativa, a instituição assinala a verticalização das edificações nos setores básico e profissional e, a necessidade de recursos para o seu financiamento; a redistribuição dos equipamentos e a transformação dos espaços em espaços de uso-comum entre as unidades acadêmicas; e, a articulação e integração entre os grandes setores da Cidade Universitária: os campi I, II, III e IV.

Os resultados assinalam que: mantidos o modelo de apropriação e ocupação do solo, visualiza-se a médio e longo prazos o esgotamento de área para expansão física das unidades acadêmicas; a necessidade de estabelecimento de ordenamento territorial por um Plano Diretor e Código de Postura visando ordenar as apropriações e os usos do solo.

Manter o domínio e a propriedade do patrimônio fundiário se tornou um grande desafio para a instituição. Localizada em um bairro periférico de Belém, o bairro

Universitário, o espaço institucional da UFPA atende diariamente a milhares de usuários em busca de serviços educacionais. A Cidade Universitária encontra-se circundada por dois grandes e populosos bairros da cidade: Guamá e Montese, abrigando uma população de aproximadamente 155.000 mil habitantes (IBGE, Censo 2010). Hoje o convívio da UFPA com o seu entorno é mais harmônico, o oposto de décadas passadas. Todavia, é recorrente, casos de violência e de roubos no interior da Cidade Universitária, um fator negativo da proximidade com os bairros imediatos.

Em suma, faremos aqui um breve comentário sobre cada capítulo, mostrando como chegamos à nossa conclusão, bem como quais os argumentos utilizados para referendá-las.

No primeiro capítulo abordamos teoricamente o assunto. Vimos que a teoria do espaço social tem como parâmetro a vida cotidiana na sociedade moderna. E que a produção do espaço na cidade capitalista é o resultado da ação de vários agentes agindo numa mesma base territorial. Os processos sociais e os agentes sociais são inseparáveis e a cidade é o lugar onde essas relações se manifestam com maior intensidade, é lá que os atores se encontram.

Foi possível examinar a ação do Estado e compreender as consequências para a organização do espaço urbano.

O Estado foi o principal responsável pela configuração que a cidade de Belém (PA) possui no momento. Isto foi constatado empiricamente no processo de institucionalização do espaço.

Vimos também as diferentes conceituações de espaço. Harvey conceituou o espaço de três maneiras distintas. Espaço absoluto, compreendido como uma coisa em si mesma, independente da localização geográfica ou das relações sociais. O espaço constitui-se um fenômeno único relacionado com os eventos contidos dentro dele. O espaço relativo pode ser traduzido como sendo aquele que depende da distância entre os objetos, ou seja, o movimento de pessoas, do capital, de informações está amarrado ao tempo e ao dinheiro gastos. Logo, o espaço é designado pela localização e pela relação custo-benefício que na sociedade capitalista torna-se um problema real. O espaço relacional é visto como aquele que contém e assinala dentro de si as relações contidas em outros espaços.

Já para Lefebvre, na Teoria da Produção do Espaço, o espaço envolve as contradições da realidade à medida que é um produto social. O espaço social para o autor contém dois tipos de relações a partir das quais o homem interage/modifica a natureza: são as relações sociais de reprodução e as relações de produção.

Porém, foi na concepção de Santos (1996) sobre espaço social que buscamos a fundamentação teórica para as análises realizadas neste trabalho. O autor definiu espaço social teórica e metodologicamente pelas categorias: forma, função, estrutura e processo. As leituras e interpretações do espaço seguiram os princípios contidos nessas categorias.

Através das discussões sobre o espaço produzimos algumas proposições sobre os espaços institucionais, na tentativa de introduzir o assunto aos debates acadêmicos.

Apresentamos algumas considerações sobre bens públicos e patrimônio da União baseado nos preceitos do Novo Código Civil Brasileiro, e um resgate histórico sobre a origem e concepções de universidade no Brasil, destacando o nascimento das primeiras universidades brasileiras.

Fechando o primeiro capítulo, abordamos o tema sobre a universidade na Amazônia, situando-a no contexto da educação brasileira. Apresentamos um quadro do ensino superior para o início do século XXI e as concepções de *campus* e de cidade universitária.

No segundo capítulo apresentamos dados empíricos sobre o processo de criação dos espaços institucionais em Belém. Vimos que a urbanização é um fenômeno social importante para compreender a expansão urbana e contar a história da cidade. A criação do “cinturão institucional” serviu de marco temporal para entender a forma que a cidade adquiriu.

Os espaços institucionais em Belém se formaram pela ação dos três entes federativos: União, Estados e Municípios. Esses espaços são tão expressivos que possuem aproximadamente, a mesma extensão da Primeira Léguas Patrimonial, divergindo apenas 100 hectares um do outro. As tipologias das instituições são as mais variadas: civis, militares, científicas, de pesquisa, ensino, recreativas, administrativas, e outras.

No terceiro capítulo tratou especificamente da Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, da UFPA. Nele, discutimos desde a criação aos desafios para a gestão do seu espaço patrimonial. Recontamos a história da formação e organização da cidade universitária. Realizamos uma análise sobre o processo de produção espaço-temporal, descrevendo as transformações físicas ocorridas no seu interior, desde sua fundação até os dias atuais e analisamos os desafios para a gestão patrimonial da Cidade Universitária.

Conclui-se reafirmando a constatação de que a formação do espaço da UFPA se configurou em decorrência da expansão urbana da cidade, motivada pela cooperação institucional entre os agentes sociais envolvidos e, induzida pelas ocupações de terras dos movimentos sociais das décadas de 1980 e 1990. Avaliamos que a boa gestão do espaço

patrimonial da UFPA é sem dúvida o maior desafio para os seus dirigentes, somente desse modo, poderá assegurar o futuro da instituição e o cumprimento da sua função social.

Finalizando essa dissertação, acreditamos que as discussões ora levantadas, servirão para refletir sobre a organização dos espaços institucionais nas grandes metrópoles e a gestão do espaço patrimonial das Cidades Universitárias, tendo como modelo o caso da Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, da UFPA.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação. **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ª Edição São Paulo: Contexto, 2011. p. 19-39.

AQUINO, Italo de Souza. **Como escrever artigos científicos: sem "arrodeio e sem medo da ABNT**. 7ª Edição São Paulo: Saraiva, 2010.

BECKER, Bertha K.. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: **Conceitos e Temas**. 13ª ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 271-307.

BENATTI, José Heder. **Ordenamento Territorial e Proteção Ambiental: Aspectos legais e constitucionais do zoneamento ecológico econômico**. Belém, 2003.

BORDALO, C. A. Leão. **O Desafio das Águas numa Metrópole Amazônica: Uma reflexão das Políticas de Proteção dos mananciais da Região Metropolitana de Belém-PA (1984 – 2004)**. 339 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento - Plades, Universidade Federal do Pará, Belém-pa, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Gráfica do Senado, 2010.

_____. **Novo Código Civil**. Brasília:Senado Federal, 2005

_____. **Estatuto da Cidade**. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001.

_____. **Decreto nº 73.857**, de 14 de março de 1974.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 6ª ed São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a Geografia).

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação. **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ª Edição São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação. **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ª Edição São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Novos caminhos da Geografia**. 5ª ed São Paulo: Contexto, 2010. p. 173-186. 2ª reimp.

_____. **A cidade**. São Paulo: contexto, 2004.

_____. O consumo do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Novos caminhos da Geografia**. 5ª ed São Paulo: Contexto, 2010. p. 173-186. 2ª reimp.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. **A Pesquisa Qualitativa: enfoque epistemológico**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CLAVAL, Paul. **Terra dos homens: a geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação. **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ª Edição São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação. **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ª Edição São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

_____. (Org.). Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 13ª ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. Cap. 1, p. 15-47.

_____. **O Espaço Urbano**. 4ª ed São Paulo: Ática, 2002. (Princípios). 3ª reimp.

CUNHA, L. Antonio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4ª ed Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 151-204.

DAMIANI, Amélia Luiza. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Novos caminhos da Geografia**. 5ª ed São Paulo: Contexto, 2010. p. 161-172. 2ª reimp.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 13ª ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 141-162.

FERNANDES, Florestan. Universidade e Desenvolvimento. In: IANNI, Otávio. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1986. p. 170-197. (Grandes Cientistas Sociais).

FERREIRA, Carmena, F. **Produção do Espaço Urbano e Degradação Ambiental: Um estudo sobre a várzea do Igarapé do Tucunduba (Belém - PA)**. Belém: UFPA, dissertação de Mestrado, 1995.

FONTES, Edilsa, O. F. A. invenção da Universidade Federal do Pará. In: **UFPA 50 anos: Histórias e memórias**. Belém: Edufpa, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 13ª ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 165-205.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

_____. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano: Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbana: Belém, Natal e Recife**. Brasília, 2002.

_____. **Espace et politique. Le droit a la ville II**. Paris: Ed. Anthropos, 2000.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4ª ed Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MARQUES, M. A. da S. Pinto. **Planejamento e Gestão Urbana no Município de Belém (1997-2000): práticas e representações sobre a política de saneamento ambiental a partir da experiência de intervenção na bacia do Tucunduba**. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento - Plades, Universidade Federal do Pará, Belém-pa, 2001.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da Historia na dialética de Lefebvre . In: MARTINS, José de Souza. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.p. 13-24.

MEIRA, Alcyr. Universidade Federal do Pará: como tudo começou. In: **UFPA 50 anos: Relatos de uma trajetória**. Belém: Edufpa, 2007.

MORTARI, Cezar A.. Lógicas não clássicas. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológico**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

OLIVEIRA, José Ademir de; SCHOR, Tatiana. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JUNIOR, Saint-clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa. **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: Edufpa, 2008. p. 15-26.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Para compreender o "Leviatã Urbano" - a cidadania como nexo político-territorial. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação. **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ª Edição São Paulo: Contexto, 2011. p. 175-206.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – PMB. Plano Diretor Urbano do Município de Belém. Belém, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. 5ª ed São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **O Espaço do Cidadão.** 7ª ed São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Pensando o espaço do homem.** 4 ed São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O Espaço & Método.** São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção Espaços).

SERPA, Ângelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação. **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** 1ª Edição São Paulo: Contexto, 2011. p. 97-108.

_____. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2011.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. rev. atualizada São Paulo: Cortez, 2007.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade Brasileira no Século XXI: Desafios do Presente.** São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 1991.

SILVEIRA, Maria José (Org.). A Evolução da Concepção de Universidade no Brasil. In: TUBINO, Manoel José Gomes. **A Universidade Ontem e Hoje.** São Paulo: Ibrasa, 1984. p. 53-79.

SOUZA, Charles B Gemaque. **Gestão Urbana no Lugar: Uma interpretação da intervenção municipal no Riacho Doce, Belém-PA.** Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Geografia. CFCH/UFPA, Belém, 2001.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades.** 5ª ed São Paulo: Contexto, 2009. (Repensando a Geografia).

SPOSITO, Maria Encarnação B.. **Capitalismo e Urbanização.** 15 ed São Paulo: Contexto, 2010. (Repensando a Geografia). 2ª reimp.

TUBINO, M. J. Gomes. (Org). **A Universidade Ontem e Hoje.** São Paulo: IBRASA, 1984.

TRINDADE JUNIOR, Saint-clair Cordeiro da; TAVARES, M. G. da Costa (Orgs.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA, 2008.

TRINDADE JUNIOR, Saint-clair Cordeiro da. **A cidade dispersa: Os novos Espaços de Assentamentos em Belém e a Reestruturação Metropolitana.** 395 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. **Produção do Espaço e Diversidade do Uso do Solo em Área de Baixada Saneada - Belém (PA).** 258 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento - Plades, Universidade Federal do Pará, Belém-pa, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (Brasil). **Cartografia da Cidade Universitária José da Silveira Netto, UFPA**. 2012.

_____. **Relatórios Anuais de Gestão da UFPA**. 2011 (1998-2011).

_____. **Segundo Relatório do Plano Diretor Participativo da Cidade Universitária José da Silveira Netto, UFPA** (2011). 2009.

_____. **Memorial do Instrumento Normativo do Plano Diretor da Cidade Universitária - 2010**

_____. **Segundo Relatório do Plano Diretor Participativo da Cidade Universitária José da Silveira Netto, UFPA**. 2009.

_____. **Primeiro Relatório preliminar do Plano Diretor Participativo da UFPA: análise de parcelamento, densidades ocupacionais e aspectos morfológicos gerais do ambiente construído**. 2008.

_____. **Plano de Reestruturação e Expansão (2008-2012)**, 2008.

_____. **Iconografia 50 anos da UFPA [DVD]**, Belém, 2007.

_____. **UFPA 50 anos: Histórias e memórias**. Belém: Edufpa, 2007.

_____. **UFPA 50 anos: Relatos de uma trajetória**. Belém: Edufpa, 2007.

_____. **Projeto Univer[s/c]idade, Uma leitura sobre a infra-estrutura, estrutura e super-estrutura da UFPA no espaço-tempo**, 2007.

_____. **Projeto História do Patrimônio Imobiliário do Campus**, 2006.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará: 2001-2010**. Belém: Edufpa, 2003.

_____. **Relatório Final de Projeto de Pesquisa- Renovação Urbana e Gestão Ambiental: Análise de uma proposta de Intervenção na Bacia do Tucunduba**. Belém, 2002.

_____. **PCU.ETA. O Espaço Acadêmico da UFPA**. Belém. UFPA,1979.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. **Universidade, Modelo Nacional Desenvolvimentista e Financiamento da Pesquisa na UFPA**. 2000. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Plades, NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém-pa, 2000.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo?. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação. **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1ª Edição São Paulo: Contexto, 2011. p. 75-96.

SITES CONSULTADOS

<<http://www.pctguama.pa.gov.br/>. PREFEITURA DE BELÉM> acesso em 10 de janeiro de 2012.